

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS DE TOLEDO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AGRONEGÓCIO

CLÉDIO ROBERTO MARSCHALL

PEQUENA PROPRIEDADE E COOPERATIVISMO NO OESTE DO PARANÁ
UM ESTUDO A PARTIR DA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR

TOLEDO

2005

CLÉDIO ROBERTO MARSCHALL

**PEQUENA PROPRIEDADE E COOPERATIVISMO NO OESTE DO PARANÁ
UM ESTUDO A PARTIR DA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Erneldo Schallenberger

TOLEDO

2005

CLÉDIO ROBERTO MARSCHALL

**PEQUENA PROPRIEDADE E COOPERATIVISMO NO OESTE DO PARANÁ
UM ESTUDO A PARTIR DA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Erneldo Schallenberger
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Walter Frantz
Universidade Regional do Noroeste do Rio
Grande do Sul

Prof. Dr. Valdir Gregory
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Toledo, novembro de 2005.

À minha família, fonte de alento, compreensão e amor; personagem principal e causa maior de mais esse desafio de vida.

“Todo o nosso saber começa nos sentimentos”. (Leonardo da Vinci)

AGRADECIMENTOS

Ao Criador, pela graça da existência, por esta oportunidade e pelo fortalecimento nos momentos difíceis.

À Izabel, Gabriel e Guilherme, meus tesouros, que compreenderam os momentos de ausência e souberam esperar, pacientemente, o desfecho do curso.

Aos meus pais, Irineo e Marlene, pelo amor, dedicação, incentivo e ensinamento dos valores e princípios cristãos.

Aos meus irmãos, Clemar e Cléia, por partilharem comigo a alegria de se ter uma família.

Um agradecimento especial ao amigo e Professor Erneldo Schallenberger, pela paciência, sabedoria e altruísmo empregados durante a orientação. Quis a Providência Divina me dar a honra de fazer assinar a minha dissertação de mestrado aquele que também assinou meu diploma de graduação.

À Cooperativa Agroindustrial Lar, especialmente ao Sr. Irineo da Costa Rodrigues e ao Sr. Ademir Pereira da Silva, pela liberação e pelo desprendimento e apoio na realização da pesquisa, tanto junto aos pequenos produtores associados, quanto no fornecimento dos dados secundários.

Aos Professores do Curso de Mestrado Erneldo, Jefferson, Pery, Weimar, Piacenti, Moacir, Silvio, Yonissa, Miguel, Ricardo, Edson e Alfredo, pelos ensinamentos conceituais e, principalmente, humanos, que levaremos para o resto de nossas vidas.

MARSCHALL, Clélio Roberto. Pequena propriedade e cooperativismo no Oeste do Paraná: um estudo a partir da Cooperativa Agroindustrial Lar. 2005. 197 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Toledo, 2005.

RESUMO

A realização do presente estudo objetivou examinar a relação existente entre uma estratégia de fortalecimento do pequeno proprietário e o seu comportamento associativo, no universo do cooperativismo agropecuário. Definiu-se, como hipóteses, que essa estratégia estaria materializada na necessidade de defesa dos interesses econômicos, de valorização da produção e de construção da identidade do pequeno proprietário. Os resultados do estudo de caso demonstraram que o social-catolicismo, concretizado nas relações de cooperação, forneceu as bases para o desenvolvimento do associativismo da região de abrangência da Cooperativa Agroindustrial Lar, no extremo oeste paranaense, especialmente quando da necessidade de colonização de parte daquela região, bem como para fazer frente ao fenômeno da mecanização agrícola, no início da década de 1960. De maneira geral e não se limitando à temporalidade, a realização da pesquisa junto aos pequenos produtores rurais e a complementação do estudo com informações secundárias conduziram para a aceitação das hipóteses formuladas. Sobre a necessidade de defesa de interesses econômicos, constatou-se a ênfase dada pelo pequeno proprietário a aspectos como assistência técnica e segurança como estratégias de melhoria das suas condições econômicas, constituindo-se nas principais motivações para a associação na cooperativa. A hipótese de valorização da produção foi confirmada na opinião dos associados, que reconheceram, em sua maioria, a valorização dada pela cooperativa à pequena produção. Além disso, afirmaram que a organização tem atendido aos interesses da pequena propriedade, e enxergam na diversificação de atividades e na agroindustrialização as bases para o seu incremento. O elemento identidade confirmou-se também como hipótese, uma vez que se observou, na opinião dos associados, a importância atribuída aos laços de coleguismo, amizade e sentimento de pertença a um grupo com os mesmos valores e elementos culturais, referindo-se ao ambiente de sociabilização encontrado na cooperativa. A organização dos pequenos produtores em torno da cooperativa pôde ser vista, ainda, como instrumento de desenvolvimento regional, pois a intercooperação, constatada no sistema de organização social por comitês de atividades e na valorização da diversidade das atividades agrícolas, representa um elo de construção de redes de complementaridade, favorecendo a criação, distribuição e multiplicação dos excedentes econômicos nos municípios em que se faz presente, marcando o perfil do desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Pequena propriedade. Cooperativismo. Desenvolvimento regional

MARSCHALL, Clélio Roberto. The small landowner and cooperativism in Paraná west: a study of Lar Cooperative. 2005. 197 f. Dissertation (Master of Science Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Toledo, 2005.

ABSTRACT

The realization of the study objectified to examine the existing relationship between a strategy of the small landowner strengthening and his associative behavior, in the universe of the agricultural corporatism. Was defined, as hypothesis, that that strategy would be materialized in the necessity of defending economic interest, valorizing of the product and of construction of the small landowner's identity. The results of the case study demonstrated that the social-catholicism, supplied the bases for the development of the cooperation relationships of the area of inclusion of Cooperativa Agroindustrial Lar, in the far west of Paraná, especially when of the need of part colonization of that area, as well as to do front to the phenomenon of the agricultural mechanization, in the beginning of the 1960's decade. In a general way and not limiting the temporality, the realization of the search together with the small rural producers and the complementation of study with secondary information lead to the accepting of the formulated hypothesis. About the need of economic interest defenses verified the emphasis given by the small owner to aspects such as technical attendance and safety as strategies of improvement of its economic conditions, being constituted in the main motivations for the association in the cooperative. The hypothesis of production valorizing confirmed the opinion of the associated, the recognized, in majority, the valor given by the cooperative to the small production. Besides that, they affirmed that the organization has been assisting to the interests of the small property, and they see in the diversification of activities and in the agroindustrialization the foundation for its growth. The identity element confirmed as well like hypothesis, once it was observed, in the associates' opinion, the importance to the collegueship liaisons, friendship and feeling of belonging to one group with the same values and cultural elements, referring to the sociable atmosphere found in the cooperative. The organization of small producers in turn of the cooperative could be seen, still, as instruments of regional development, for the interoperations, established in the system of social organization by activity committees and in the valorizing of diversity of the agricultural activities, represent a component of construction of nets of complementarily favoring the creation, distribution and multiplication of the economic surpluses in the municipal districts in that makes himself present, marking the profile of the regional development.

Key-words: Small landowner. Cooperativism. Regional development

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	xi
LISTA DE GRÁFICOS.....	xii
LISTA DE QUADROS.....	xiii
LISTA DE TABELAS	xiv
1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 Problema	18
1.2 Hipótese	23
1.3 Objetivos	23
1.3.1 Objetivo Geral.....	23
1.3.2 Objetivos Específicos.....	24
1.4 Delimitação da área de estudo	24
1.5 Justificativas e resultados esperados	30
1.6 Metodologia	32
2 COOPERATIVISMO: UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL E HISTÓRICA.....	37
2.1 Aproximação teórico-conceitual.....	37
2.1.1 Referencial teórico: os doutrinários e os críticos.....	41
2.1.2 Cooperativismo: espaço público de defesa de interesses e de desenvolvimento.....	46
2.1.3 Uma alternativa para a manutenção da identidade	49
2.2 Aproximação histórica	51
2.2.1 Evolução no mundo	54
2.2.2 Evolução no Brasil.....	58
2.2.3 O cooperativismo e a participação na economia nacional	64
2.2.4 O cooperativismo agropecuário brasileiro	65
2.3 O cooperativismo agropecuário no Paraná	67
2.3.1 Perspectiva histórica	67
3 A CARACTERIZAÇÃO ESPAÇO-PRODUTIVA DA PEQUENA PROPRIEDADE E A ORGANIZAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS	72
3.1 O Conceito de Pequena Propriedade.....	72

3.2 A produção do espaço agrícola – fundamentos sociológicos e históricos	75
3.3 A participação do cooperativismo no contexto da colonização agrícola do Oeste do Paraná.....	81
3.4 A Cooperativa Agroindustrial Lar	86
3.4.1 A educação cooperativa e a assistência social	95
4 O PEQUENO PRODUTOR DA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR	97
4.1 As pequenas propriedades no espaço de atuação da Lar	97
4.1.1 Tamanho médio das propriedades	98
4.1.2 As atividades e a produção na pequena propriedade	100
4.1.3 A renda e a mão-de-obra na pequena propriedade.....	109
4.2 Caracterização dos pequenos proprietários associados: de quem estamos falando?	112
4.2.1 Características etárias e nível de educação formal dos associados.....	113
4.2.2 Origem dos pequenos proprietários	115
4.2.3 Estrutura familiar e educacional	117
4.3 Os pequenos proprietários associados e suas relações com a cooperativa	119
4.3.1 Nível de interação social na cooperativa e na comunidade	119
4.3.2 Motivações para a associação	122
4.3.3 Significados e percepções sobre a pequena propriedade e o cooperativismo.....	124
4.3.4 Instrumento de defesa dos interesses econômicos?	126
4.3.5 Ações cooperativas mais valorizadas e a presença do elemento identitário	128
4.3.6 Representações construídas sobre o conceito de cooperativismo.....	133
4.4 Amostra de controle	137
5 A COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR E SUAS AÇÕES E RELAÇÕES COM OS PEQUENOS PRODUTORES.....	141
5.1 Considerações sobre o capital social.....	141
5.1.1 Forma de ingresso	144
5.1.2 Formas de organização e participação democrática dos associados	146
5.1.3 Outras formas de participação	160
5.2 A propriedade e a produção na cooperativa.....	161
5.2.1 As políticas de agroindustrialização e as relações com a estruturação da produção na propriedade.....	161
5.2.2 Atividades Agrícolas (Cooper Agri, Cooper Amidos, e Cooper Vegetais).....	163
5.2.3 Atividades Pecuárias (Cooper Leite, Cooper Sui, Cooper Ovos e Cooper Aves) .	167

5.2.4 Outras formas de atuação econômica para o desenvolvimento dos associados.....	173
5.2.5 Atividades sociais com mães (Cooper Mães) e com jovens (Cooper Jovens).....	176
5.2.6 Atividades do Cooper Jovem nas escolas	177
5.3 Desenvolvimento regional	178
CONSIDERAÇÕES FINAIS	182
REFERÊNCIAS.....	187
ANEXOS.....	193

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Área de ação da Cooperativa Agroindustrial Lar no Paraná.....	25
Figura 2 - A forma de organização social da Cooperativa Lar	151

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do número de sócios da Cooperativa Agroindustrial Lar – 1998/2004	21
Gráfico 2 - Cooperativas do Brasil, por região.....	64
Gráfico 3 - Motivações para a associação na cooperativa.....	122
Gráfico 4 - Opinião dos associados sobre a hipótese de ausência da cooperativa	126
Gráfico 5 - Opiniões sobre a contribuição da cooperativa para a estabilidade econômica dos associados.....	127
Gráfico 6 - As ações mais valorizadas pelos associados	128
Gráfico 7 - Os associados e sua identidade com a vida no campo	132
Gráfico 8 - Principais motivos pelos quais os associados deixam a cooperativa	138
Gráfico 9 - Evolução da produtividade da soja	164
Gráfico 10 - Evolução do recebimento de soja e milho, em sacas – 1990-2004.....	165
Gráfico 11 - Evolução do recebimento mandioca, em quilogramas – 1996-2004	166
Gráfico 12 - Evolução do recebimento de vegetais, em quilogramas – 1999-2004.....	166
Gráfico 13 - Evolução da produção de leite, em litros – 1996-2004.....	168
Gráfico 14 - Evolução da produção de suínos, em quilogramas – 1997-2004.....	170
Gráfico 15 - Evolução da produção de ovos, em dúzias – 1996-2004	171
Gráfico 16 - Evolução do recebimento de aves, em cabeças – 1999-2004	172

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Diferenças entre a sociedade cooperativa e a sociedade comercial	40
Quadro 2 - Principais atividades desenvolvidas na pequena propriedade e suas principais regiões	108
Quadro 3 - Síntese da questão: o que você mais valoriza na sua cooperativa atualmente? ...	129
Quadro 4 - Síntese da questão: o que a sua propriedade significa para você e sua família?..	131
Quadro 5 - Os associados e o significado do cooperativismo	133
Quadro 6 - Opiniões sobre assuntos que poderiam melhorar na cooperativa	137
Quadro 7 - Os comitês por atividades	154
Quadro 8 - Os comitês e a divisão por núcleos	154

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Registro do saldo entre admissões e demissões de associados – 1999-2004.....	22
Tabela 2 - Desempenho dos municípios na produção agropecuária paranaense – Safra 2002/2003	26
Tabela 3 - Dados da Mesorregião Oeste do Paraná	27
Tabela 4 - Dados demográficos dos municípios estudados.....	27
Tabela 5 - Principais cooperativas e empresas de capital na área de ação da Cooperativa Lar - 2005.....	28
Tabela 6 - Pequenas propriedades, por unidade – abril 2005.....	29
Tabela 7 - Números do cooperativismo agropecuário brasileiro – dezembro 2003.....	65
Tabela 8 - Participação das cooperativas na produção agrícola brasileira – dezembro 2003 ..	66
Tabela 9 - Participação das cooperativas na armazenagem dos produtos agrícolas – dezembro 2003.....	66
Tabela 10 - Verificação da amostragem e retorno dos questionários	98
Tabela 11 - Características fundiárias das propriedades	99
Tabela 12 - Ano de chegada à Região Oeste do Paraná.....	100
Tabela 13 - Diversificação da pequena propriedade	101
Tabela 14 - Renda e mão-de-obra na pequena propriedade	110
Tabela 15 - Idade média dos associados por unidade	113
Tabela 16 - Evolução da idade do quadro social – base ano da admissão	114
Tabela 17 - Estados de origem dos pequenos proprietários	116
Tabela 18 - Principais cidades de origem dos associados.....	116
Tabela 19 - A cooperativa favorece a participação nas decisões?	121
Tabela 20 - A cooperativa e o atendimento aos interesses e necessidades da pequena propriedade.....	125
Tabela 21 - Motivos pelos quais os associados permanecem na cooperativa	135
Tabela 22 - Amostra de controle – ex-sócios da Cooperativa Lar – 1999-2005.....	138
Tabela 23 - Composição do Comitê Educativo Central.....	155
Tabela 24 - Cooperativismo nas escolas - 2005	178

1 INTRODUÇÃO

A importância e as alternativas para a pequena propriedade familiar no Brasil têm sido objeto de intensas discussões, tanto pelos estudiosos das Ciências Sociais, no segmento acadêmico, quanto pelos movimentos sociais rurais e órgãos da esfera governamental. As condições desiguais tanto econômicas quanto sociais, geradas especialmente no âmbito da agricultura pelo desenvolvimento capitalista, acabaram por intensificar o processo de segregação das unidades de produção, originando uma clara divisão entre a grande e a pequena propriedade rural brasileiras, com diferenças e características importantes. As principais diferenças fazem-se evidentes quando analisadas sob a ótica do acesso aos instrumentos produtivos básicos, como crédito, insumos, máquinas e assistência técnica para a produção, em que o grande produtor, pelo seu aporte de capital, percebe maiores facilidades. Nas grandes propriedades as grandes extensões de terras possibilitam a formação das chamadas empresas rurais, com a exploração do capital sob forma do emprego da mão-de-obra contratada, produção em grande escala e, não raro, a agroindústria. Já a pequena unidade de produção é caracterizada, na maioria dos casos, pela limitada quantidade de área disponível e pelo baixo nível de capital de exploração, com uma produção oriunda da força de trabalho da própria família, pequena escala e excedente de produção relativamente baixo. Além disso, a unidade familiar de produção pode ser referida como um patrimônio, um lugar de trabalho e de reprodução de relações sociais. A principal finalidade atribuída à unidade produção familiar é a reprodução da família (LIMA, 2001).

Na Região Sul do Brasil, esses fatores de diferenciação, somados à ausência de políticas públicas para a categoria¹, suscitaram, inicialmente na comunidade de imigrantes

¹ Schneider (2003) integra os pequenos produtores, agricultores familiares, assentados, dentre outros, num “conjunto de categorias sociais”. Lamarche (1998) trata da agricultura familiar como uma “forma social de produção”.

pequenos proprietários do Rio Grande do Sul, no final do século XIX, a necessidade de organização de um “poder de articulação para solidificar um referencial identitário e promover as mudanças sociais necessárias que assegurassem o avanço social” (SCHALLENBERGER, 2003a, p. 8). A organização desse poder local decorreu da reunião dos sujeitos sociais da colonização através de uma rede de associações que, mediados pelas lideranças da Igreja da Imigração e inspirados na utopia do social-catolicismo, idealizavam a promoção da superação dos limites dos pequenos produtores rurais e elevação do seu nível cultural e material através da cooperação (SCHALLENBERGER, 2001, Cap. IV).

Na consolidação dessas organizações surgiram as primeiras associações cooperativas, inspiradas na Doutrina Social da Igreja Católica, largamente difundida através de Encíclicas, dentre elas, a *Rerum Novarum*, de Leão XIII, em 1891, *Quadragesimo Anno*, de Pio XI, em 1931 e *Mater et Magistra*, de João XXIII, em 1961. Esses documentos tratam de questões sociais e universalizaram-se no pós-guerra, estendendo-se a todas as classes, países e à própria sociedade internacional, ressaltando o compromisso da Igreja com a comunidade cristã ante as desigualdades existentes entre países e setores econômicos, denunciando os fenômenos da superpopulação e do subdesenvolvimento, por falta de entendimento e de solidariedade.

Destarte, embora presente na representação social ideal dos imigrantes e implementada no Rio Grande do Sul sob a condução dos agentes eclesiásticos,² a doutrina social-cristã, que entende o associativismo como uma das formas de sobrevivência da pequena propriedade, se expandiu por outras áreas e regiões do país, inclusive como estratégia de ampliação das áreas de colonização (SCHALLENBERGER, 2003).

Na Região Oeste do Paraná, que recebeu um contingente de produtores

² Segundo Schallenger (2003), os fundamentos do social-catolicismo alemão serviram de referência básica para a formulação do estatuto da Doutrina Social da Igreja Católica.

rurais do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, o associativismo cristão foi utilizado como modelo para o estabelecimento da colonização da Gleba dos Bispos, no início da década de 1960, no atual município de Missal. O cooperativismo representou, naquele ambiente de desbravamento, o meio engendrado pela Igreja para dar aos pequenos produtores, imigrantes e descendentes de imigrantes o amparo e sentido para a continuidade das atividades e, especialmente, para a sobrevivência familiar, seja no aspecto econômico ou no social, como forma de manutenção de sua identidade através dos costumes e da religião. Fundou-se, em 1964, a partir dessa estratégia, a Cooperativa Mista Agrícola Sipal Ltda. (COMASIL³).

Além da necessidade da união de forças para o enfrentamento das questões relativas ao processo de colonização, como a aquisição de insumos e suprimentos, na fundação da cooperativa já se esperava também proporcionar aos pequenos proprietários as condições de sobrevivência no campo ante ao fenômeno da mecanização agrícola.

O crescimento, portanto, do número de cooperativas e também o número de cooperados nas cooperativas existentes, especialmente pelos pequenos proprietários, tem sido creditado a uma expectativa de participação no mercado, através da aplicação de tecnologias de ponta para a produção, orientação técnica, acesso a insumos, armazenagem, crédito, além do envolvimento e participação social possibilitado pela organização cooperativista. Contudo, a necessidade da busca da viabilização das empresas cooperativas, integrando-se no mercado global, aliada à presença cada vez maior do capital internacional, pode estar fazendo com que muitos produtores escolham outras formas alternativas de sobrevivência.

Neste contexto, o presente estudo trata de uma reflexão acerca das motivações que levam os pequenos produtores a se organizarem de forma associativa, numa cooperativa agropecuária localizada no Oeste do Paraná, firmada sob bases sociais-cristãs,

³ A partir de 1973 passou a denominar-se Cooperativa Agropecuária Três Fronteiras Ltda. (COTREFAL) e, a partir de 2001, Cooperativa Agroindustrial Lar (LAR).

onde o capital internacional está também presente com serviços e produtos atrativos, e num momento em que se questionam os objetivos e atuais rumos das cooperativas enquanto empresas.

1.1 Problema

O cooperativismo agropecuário⁴ teve relevância maior na história do cooperativismo brasileiro especialmente a partir da década de 1960, época em que se dava o processo de modernização da agricultura. Já a partir de 1965, com a intensificação da industrialização da agricultura, iniciada no pós-guerra, juntamente com outras medidas modernizantes, as políticas públicas implementadas se deram com o objetivo de desenvolver um complexo industrial com olhos voltados para o mercado externo, buscando redirecionar o posicionamento comercial do Brasil. Essas políticas voltadas para o mercado exportador, somadas à diminuição da intervenção do Estado na agricultura, quando visualizadas em setores como o da agricultura, acabaram por aumentar as diferenças sociais no campo, uma vez que privilegiavam, especialmente, os interesses do capital monopolista.

Essa nova realidade fez com que se acelerasse o fenômeno do êxodo rural, porque ajudou a intensificar a concentração de capital e da propriedade no campo, provocando a descapitalização e a exclusão social de grande contingente de pequenos produtores rurais.

Para além dos aspectos econômicos, essa situação de exclusão também acabou desencadeando no processo de desconstrução da identidade dos pequenos produtores, que foram obrigados a adaptarem-se a novas realidades urbanas sem estarem, muitas vezes,

⁴ O cooperativismo agropecuário é formado pelas cooperativas de produtores rurais, agropastoris e de pesca, em que os meios de produção pertençam ao associado. Geralmente abrange toda a cadeia produtiva, desde o preparo da terra até a industrialização e comercialização dos produtos.

preparados social e culturalmente para isso. Pierre Lévy⁵ (1999 apud Frantz, 2001, p. 12) afirma que:

A desterritorialização muitas vezes fabrica a exclusão ou rompe os laços sociais. Quase sempre confunde as identidades, pelo menos aquelas que fundavam sobre pertenças ou “raízes”. Resultam um terrível desajuste, uma imensa necessidade de coletivo, de laço, de reconhecimento e de identidade.

A continuidade dessa categoria de produtores dependia, contudo, da inserção nesse novo contexto, marcado por um mercado agrícola altamente competitivo e formado por empresas rurais ligadas ao capital financeiro nacional e internacional. A não-inclusão nessa nova realidade desencadearia a busca de outras opções de trabalho no meio urbano, como muitos o fizeram. Segundo Frantz (2001, p. 12),

A própria diminuição dos espaços públicos estatais, a crise do Estado do Bem-Estar Social, ao lado da exclusão de milhares de pessoas do sistema produtivo privado, no contexto das políticas neoliberais, ampliam os espaços para as organizações cooperativas enquanto instrumento de organização da sociedade civil ou como formas de enfrentamento do desemprego.

Foi nesse contexto que se inseriu a Cooperativa Agroindustrial Lar, fundada em 1964, no extremo Oeste do Paraná, no auge do processo de industrialização e modernização da agricultura. Apesar de ter sua origem vinculada ao processo de colonização inspirado no modelo de organização social do social-catolicismo, a cooperativa pode ainda ser percebida como a representação de uma saída para a situação que se engendrava, seja de perda de patrimônio – encarando a propriedade como fonte de renda – e ainda de deterioração dos laços de identidade e culturais. A situação que se desenhava parecia não dar muitas opções aos produtores: ou uniam forças para tornarem-se mais fortes a ponto de poder concorrer com o capital que se instalava no campo, ou poderiam ser tomados pelas forças monopolistas.

⁵ LÉVY, P. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

A realidade atual apresenta poucas variações à situação do início das atividades da cooperativa. O capital internacional é intenso e, grosso modo, domina as relações econômicas e políticas das esferas governamentais. O Estado é incapaz de conter ou de compensar esse avanço do capital externo, trazendo o capitalismo monopolista até o setor primário.

Esse avanço neoliberal e a necessidade de as organizações empresariais adequarem-se às exigências do mercado, sob pena de sucumbirem, tem colocado os empreendimentos cooperativos nas discussões acerca de seus princípios. Apesar de terem sido mencionadas como minimizadoras do processo de exclusão por que passaram e passam os produtores rurais (SINGER, 1998; SCHNEIDER, 2004; WAUTIER, 2001 e FRANTZ, 1985), ganham cada vez mais espaço as opiniões adversas quanto à real aplicação dos princípios cooperativistas, advertindo que essas organizações deixaram seus objetivos iniciais para se inserirem como empresas capitalistas nesse novo cenário de competição. João Elmo Schneider, em seus estudos, argumenta que

[...] quando as cooperativas apresentam êxitos econômicos, os associados são esquecidos, ou sua participação na cooperativa passa a ser vista por muitos dirigentes e executivos como irrelevante ou como geradora de ingerências indevidas. Tendem a recusar que o associado é o real dono e usuário da organização e esta recusa é uma traição ao ideário cooperativista. Embora os objetivos econômicos sejam importantes, eles não podem constituir o objetivo último, mas sim, são meios para viabilizar os objetivos mais importantes (LARS, 1988⁶ apud SCHNEIDER, 1991, p. 64).

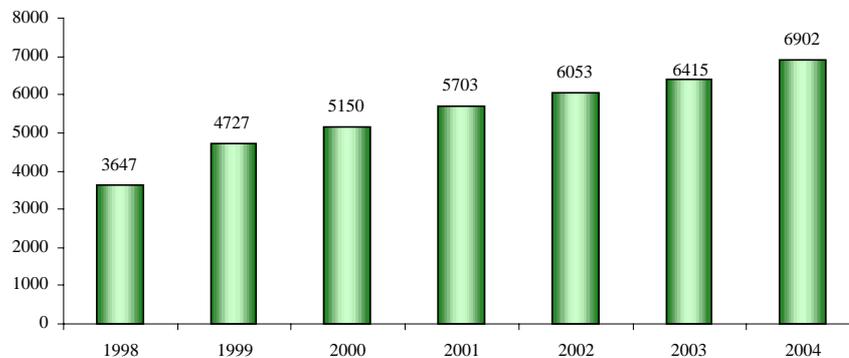
Se é verdade que existem opiniões conflitantes, é fato também que o número de novos cooperados tem crescido ano a ano nas cooperativas agropecuárias, principalmente no segmento dos pequenos proprietários. Na Cooperativa Lar, 91% dos associados possuem até 72 ha de área, considerada oficialmente como pequena propriedade no Estado do Paraná,

⁶ LARS, M. ICA President. *Co-operatives and basic values*. A report to the ICA Congress. Stockolm, 1988, ACI – XXIX Congress – Stockolm july 1988, p. 96-97.

segundo classificação da Lei Federal nº 8.629/93, também chamada “Lei Agrária” (BRASIL, 2005a). De 1998 a 2004, houve um crescimento de 89% no número de associados, o que denota a existência de uma atratividade encontrada na cooperativa em relação às empresas de capital nacional e internacional, também presentes na região.

Essa evolução pode ser visualizada a partir do plano gráfico demonstrado abaixo:

Gráfico 1 - Evolução do número de sócios da Cooperativa Agroindustrial Lar – 1998/2004



Fonte: Cooperativa Agroindustrial Lar

A partir do gráfico, pode-se observar que há uma tendência crescente de relações empresariais no meio cooperativista, que, por seu turno, reforçam a cooperação como forma de obtenção de competitividade.

Essa procura também pode ser visualizada quando se observa o saldo positivo entre entradas e saídas:

Tabela 1 - Registro do saldo entre admissões e demissões de associados – 1999-2004

ANO	SALDO ENTRE DEMISSÕES/ADMISSÕES	TOTAL DE ASSOCIADOS
Saldo Anterior (1998)	-	3.647
1999	1.080	4.727
2000	423	5.150
2001	553	5.703
2002	350	6.053
2003	362	6.415
2004	487	6.902
Média de Ingressos/ano	542,5	

Fonte: Cooperativa Agroindustrial Lar

É perceptível que, apesar da presença de empresas de capital na mesma região de abrangência da cooperativa, afirmando fornecerem os mesmos produtos e serviços, está havendo uma evolução na procura do empreendimento cooperativo pelos pequenos proprietários.

Alegar, portanto, que apenas os aspectos econômicos são considerados como fator de decisão no momento da escolha entre operar com uma empresa de capital e uma sociedade de pessoas, por certo não se trataria de uma opção adequada, já que se poderia incorrer na negação da doutrina cooperativista e dos princípios que a regem, especialmente quanto à adesão voluntária e livre, gestão democrática, participação econômica baseada na equidade, educação e interesse pela comunidade. É possível, a partir dessa análise, pressupor a existência de outros fatores de atratividade, podendo estar ligados a aspectos subjetivos e mesmo culturais. A descoberta desses fatores, ou seja, as reais motivações pelas quais os pequenos proprietários optam e permanecem numa associação cooperativa torna-se a questão central do trabalho.

O problema da pesquisa está, portanto, em examinar se existe relação entre uma estratégia de fortalecimento – materializada na necessidade de defesa de interesses econômicos, de valorização da produção e de construção da identidade – e o comportamento associativo do pequeno proprietário, via cooperativismo.

Tem-se a consciência, no entanto, de que, em se tratando de tema com especial complexidade, especialmente por envolver aspectos da individualidade humana, o presente estudo não reflete todas as explicações para o associativismo baseado nas relações de cooperação, mas serve como referencial para compreender quais os caminhos seguidos por pequenos produtores para possibilitar aos seus familiares a segurança necessária para a viabilização e continuidade da pequena propriedade.

1.2 Hipótese

A pré-compreensão da organização do espaço de produção da pequena propriedade de base familiar no Oeste do Paraná indica que o cooperativismo se constitui numa estratégia fundamental, não única, de fortalecimento do pequeno proprietário no campo. Esse fortalecimento poderia estar vinculado à necessidades de defesa de interesses econômicos, de valorização da produção e de construção de sua identidade.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

As premissas que fundamentam a proposta de pesquisa em epígrafe orientam-se no sentido de examinar a relação existente entre uma estratégia de fortalecimento – materializada na necessidade de defesa de interesses econômicos⁷, de valorização da produção e de construção da identidade – e o comportamento associativo do pequeno

⁷ Entendido como o provimento das necessidades básicas para a manutenção familiar, como moradia, alimentação, vestuário e geração de excedentes de renda a médio e longo prazos.

proprietário, via cooperativismo.

1.3.2 Objetivos Específicos

A operacionalização de tal objeto requer a fundamentação e a problematização de temas que possibilitem um entendimento mais aproximado de proposições-alvo, como:

a) Aprofundar a discussão em torno dos princípios e dos fundamentos do cooperativismo e apresentar um cenário da sua trajetória histórica para um aprimoramento conceitual e a construção de referenciais para a educação cooperativa.

b) Apresentar e analisar a pequena propriedade e, nela, seu sujeito, sua organização produtiva e seu modo de perceber a cooperativa enquanto espaço de materialização de seus interesses econômicos e sociais.

c) Relacionar as ações desenvolvidas pela cooperativa em estudo ante as necessidades e desejos identificados no seu quadro social, seja no campo econômico ou social.

1.4 Delimitação da área de estudo

Tendo como base a análise das relações entre a necessidade de fortalecimento da pequena propriedade e o fenômeno do associativismo daí decorrente, optou-se pelo recorte espacial que contempla as duas situações, ou seja, presença de cooperativa e, ao mesmo tempo, a incidência de pequenas propriedades. Assim, a área de estudo é a Mesorregião Oeste do Paraná, mais precisamente os municípios da área de ação da Cooperativa Agroindustrial Lar, que está presente em 11 municípios daquela região,

atendendo, em sua maioria, a pequenos proprietários. Os municípios são Céu Azul, Diamante do Oeste, Ramilândia, Matelândia, Santa Helena, Missal, Medianeira, Serranópolis do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu e Itaipulândia.

Figura 1 - Área de ação da Cooperativa Agroindustrial Lar no Paraná



Fonte: Elaborado pelo autor

A Região Oeste do Paraná, formada por 51 municípios, está situada entre as coordenadas de latitude 24 graus e 30 minutos Sul e longitude 52 graus e trinta minutos Oeste. Apresenta uma superfície de 22.832,55 km², correspondente a 11,46% do território paranaense, que é de 199.060,00 km² e está localizada entre os Rios Paraná, Iguaçu e Piquiri,

na fronteira do Paraguai e Argentina. Suas principais características são: relevo pouco acidentado, plano inclinado, com altitudes variando entre 900 e 180 metros, em Guaraniáçu e Foz do Iguaçu, respectivamente. O clima predominante é o pluvial-tropical. Afloramento latossolo roxo. Essas características favorecem o desenvolvimento de atividades agrícolas.

Segundo informações da SEAB/DERAL (2004), a região é uma das maiores produtoras de alimentos do Estado, com uma participação de 20,3% do Valor Bruto da Produção (VBP) estadual, que é a soma de tudo o que foi produzido na agropecuária paranaense. Os principais produtos geradores de receitas são a soja, o frango, o milho safrinha, o milho normal, o leite, o trigo e os suínos. Dos 399 municípios que compõem o Estado, os municípios a que se refere esse estudo tiveram o seguinte desempenho:

Tabela 2 - Desempenho dos municípios na produção agropecuária paranaense – Safra 2002/2003

RANKING 2003	MUNICÍPIO	VALOR VBP EM R\$	% EM RELAÇÃO AO TOTAL DO PR
16	São Miguel do Iguaçu	208.056.313,16	0,742089
28	Santa Helena	159.418.141,27	0,568608
35	Céu Azul	148.518.585,80	0,529732
51	Medianeira	116.063.286,50	0,413971
72	Matelândia	104.951.796,18	0,374339
94	Missal	89.361.461,68	0,318732
130	Serranópolis do Iguaçu	73.603.988,29	0,262529
138	Santa Terezinha Itaipu	69.708.493,84	0,248634
219	Itaipulândia	46.752.070,17	0,166754
256	Diamante do Oeste	38.523.166,06	0,137403
288	Ramilândia	32.458.490,18	0,115772

Fonte: SEAB/DERAL (2004)

Em relação aos aspectos político-administrativos, a Tabela 3 apresenta informações sobre a Mesorregião Oeste, totalizada de acordo com o IBGE, correspondente aos 51 municípios componentes.

Tabela 3 - Dados da Mesorregião Oeste do Paraná

Mesorregião	Total de municípios	População total	Área total (km ²)	Hab/km ²	Principal (is) município(s)	Participação da População no Estado (%)
Oeste	51	1.138.582	22.840	49,85	Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo	11,91
Total Paraná	399	9.563.458	199.722	47,88	-	100

Fonte: Adaptado de Carvalheiro (2005).

Visando possibilitar um conhecimento maior acerca dos municípios em estudo, apresenta-se abaixo uma tabela com os principais dados demográficos:

Tabela 4 - Dados demográficos dos municípios estudados

Município	População total	Situação de Domicílio		Sexo		Participação da População na Região Oeste (%)
		Rural (%)	Urbana (%)	Masc. (%)	Fem. (%)	
São Miguel do Iguaçu	24.432	41,63	58,37	50,58	49,42	2,15
Serranópolis do Iguaçu	4.740	59,32	40,68	50,40	49,60	0,42
Santa Terezinha de Itaipu	18.368	11,26	88,74	49,71	50,29	1,61
Ramilândia	3.868	54,65	45,35	53,26	46,74	0,34
Missal	10.433	52,34	47,66	50,91	49,09	0,92
Matelândia	14.344	29,23	70,77	49,72	50,28	1,26
Itaipulândia	6.836	45,04	54,96	51,74	48,26	0,60
Medianeira	37.827	12,11	87,89	49,28	50,72	3,32
Santa Helena	20.491	52,09	47,91	49,90	50,10	1,80
Céu Azul	10.445	31,10	68,90	49,18	50,82	0,92
Diamante do Oeste	4.878	49,16	50,84	51,60	48,40	0,43
Total	156.662	32,43	67,57	50,07	49,93	13,76

Fonte: IBGE (2000).

Comparada à população rural paranaense, que é de 19%, e a brasileira, que é de 18,7% (IBGE, 2000), os municípios em estudo, na média, apresentam população rural significativa (32,43%).

Destarte, conhecendo-se a peculiaridade da região, que é tomada, atualmente, por dez⁸ cooperativas ligadas ao segmento agropecuário, buscou-se realizar um

⁸ AGROPAR, COODETEC, COOPAVEL, COOPERLAC, COPACOL, COPAGRIL, COTRIGUAÇU, CVALE, SUDCOOP e LAR.

trabalho que pudesse de alguma forma avaliar, através do estudo de caso em uma dessas cooperativas, as origens, motivações para o associativismo, além dos sistemas de organização produtiva e social dos seus associados.

A Lar apresenta um perfil econômico voltado para agroindustrialização, especialmente nas atividades com possibilidade e viabilidade de cultivo em pequenas áreas, dado o perfil de seus associados. Suas principais atividades são pautadas na industrialização de soja, rações, aves, vegetais congelados e enlatados, mandioca, além da comercialização de insumos, recebimento de cereais e rede de supermercados.

A representatividade da cooperativa na região é demonstrada através de sua participação no mercado de insumos, mormente em sua área de ação, comparativamente às demais empresas de capital. Em média, segundo informações da cooperativa, a Lar detém 56% do mercado, enquanto que a empresa Distribuidora de Insumos e Sementes Ltda. (Disam) detém 13%; a Moinho Iguaçu, 11%; AB Insumos, 8%; Cooperativa Agropecuária Cascavel, 5%; Brás Perón, 3%; Sperafico, 1%; e outras, 3%. A tabela a seguir traz a participação por unidade.

Tabela 5 - Principais cooperativas e empresas de capital na área de ação da Cooperativa Lar - 2005

UNIDADES	COOP. LAR (%)	DISAM - DISTRIB. INSUMOS E SEMENTES (%)	MOINHO IGUAÇU (%)	AB INSUMOS (%)	BRÁS PERON (%)	COOPA -VEL (%)	SPERAFI -CO (%)	OUTRAS (%)
São Miguel do Iguaçu	50	17	13	10	10	0	0	0
Santa Rosa do Ocoy	65	12	12	8	3	0	0	0
São Roque	57	15	12	10	0	0	4	2
Serranópolis do Iguaçu	60	12	7	5	16	0	0	0
Santa Terezinha Itaipu	52	12	7	25	4	0	0	0
Ramilândia	65	15	15	0	0	5	0	0
Missal	58	16	12	10	2	0	0	2
Matelândia	58	15	15	0	0	8	0	4
Itaipulândia	62	14	14	8	2	0	0	0
Medianeira	52	21	15	10	2	0	0	0
Santa Helena	50	16	13	13	0	0	6	2

UNIDADES	COOP. LAR (%)	DISAM - DISTRIB. INSUMOS E SEMENTES (%)	MOINHO IGUAÇU (%)	AB INSUMOS (%)	BRÁS PERON (%)	COOPA -VEL (%)	SPERAFI -CO (%)	OU-TRA S (%)
Céu Azul	55	5	6	0	0	26	0	8
Diamante do Oeste	50	0	0	0	0	20	5	25
Média	56	13	11	8	3	5	1	3

Fonte: Cooperativa Lar

Estas organizações também prestam serviços de recebimento e armazenagem, além de assistência técnica para as propriedades localizadas nas unidades e/ou municípios citados.

A pequena propriedade é predominante na área de ação da cooperativa, como demonstrado na tabela abaixo, na composição do quadro social por unidade, com o percentual de propriedades com o limite de 72 hectares.

Tabela 6 - Pequenas propriedades, por unidade – abril 2005

UNIDADES	%
Santa Rosa do Ocoy	98,8
São Roque	96,6
Santa Helena	96,6
Missal	95,8
Matelândia	93,6
Itaipulândia	93,6
Serranópolis do Iguaçu	92,8
Céu Azul	91,2
Diamante d'Oeste	90,4
Ramilândia	87,5
Medianeira	86,1
São Miguel do Iguaçu	83,9
Sta Terezinha de Itaipu	79,7
Média	91,3

Fonte: Cooperativa Agroindustrial Lar. Relatório PR0011 de 08/04/05.

NOTA: Não inclui propriedades arrendadas pelos produtores.

Os dados mostram que a unidade com o maior índice de pequenos proprietários é a de Santa Rosa do Ocoy, localizada no Município de São Miguel do Iguaçu, com 98,8% e a unidade com menor incidência de pequenos produtores é a de Santa Terezinha de Itaipu, com 79,7%.

É importante observar que os trabalhos de atualização cadastral das propriedades iniciaram-se no ano de 2004. Assim, para obter-se uma confiabilidade maior na representação estatística dos dados quanto ao percentual de pequenas propriedades, emitiu-se o relatório em abril de 2005, quando 58% dos associados, em média, já estavam com seu cadastro de propriedades atualizado.

1.5 Justificativas e resultados esperados

Os estudos que tratam da temática da pequena propriedade e do cooperativismo, via de regra, têm apresentado a aplicação das doutrinas e teorias sob uma base teórico-histórica. Através das teorias construídas, doutrinárias ou críticas, elaboram-se outros estudos e teses que propõem a conformação daquilo que se deseja explicar, nem sempre, contudo, com a devida comprovação empírica. Não se pode negar a importância desses estudos como mecanismos científicos de ampliação da visão e das condicionantes que atuam sobre o processo de associativismo, especialmente, nesse caso, no que tange à pequena propriedade. Contudo, um estudo que pudesse exprimir diretamente dos atores sociais envolvidos os sentimentos, comportamentos e opiniões acerca da sua condição de agricultores pequenos proprietários ainda estava por vir. É também fato que o presente trabalho baseia-se nas teorias dos diversos autores que tratam dessa temática, mas propõe-se a pesquisar, sob um olhar do próprio produtor, numa delimitação espacial e temporal, a sua forma de organização associativa, motivações para o associativismo, além dos seus sistemas de organização social e produtiva.

O fato de o estudo tratar de pequenos produtores que, em sua grande maioria, são descendentes de imigrantes e o associativismo estar na origem de suas formas iniciais de organização, poderá fornecer maiores subsídios para o entendimento do

cooperativismo como uma forma de organização social alternativa para os pequenos proprietários, para sua inserção no mercado e, conseqüentemente, para que possam desfrutar de melhores condições sociais.

As organizações cooperativas passam por um dilema, onde, por um lado, necessitam ser competitivas para permanecerem no mercado e, por outro e ao mesmo tempo, devem cumprir com suas finalidades sociais primeiras. Assim, poder-se-á avaliar, através do estudo de caso de uma cooperativa que está inserida no mercado global, se ela efetivamente consegue atender à sua necessidade de inserção no ambiente de competição capitalista e, ao mesmo tempo, cumprir com os princípios cooperativistas, evidenciados na visão do seu quadro social, bem como nas próprias ações da cooperativa.

Importante se faz considerar a contribuição que se espera fornecer à própria cooperativa em questão. As conclusões do trabalho poderão servir para que a administração superior possa evidenciar se suas ações, projetos e discursos estão sendo entendidas e aceitas como benéficas por parte do seu quadro social.

Assim, o discurso acerca do cooperativismo e especialmente para o caso da Lar, do seu papel e foco de ação na viabilização da pequena propriedade, será posto em teste junto aos maiores interessados, os associados. A sua corroboração ou não, baseada em fatos e dados, poderá tecer uma possível interpretação do fenômeno do associativismo sob a forma de cooperativismo.

O estudo é pertinente no âmbito da Cooperativa Agroindustrial Lar porque, como citado, se trata de uma cooperativa que trabalha com um quadro social que, em sua maioria, é formado por pequenos proprietários.

1.6 Metodologia

Para abordar a questão proposta neste estudo, optou-se por realizar uma pesquisa *qualitativa* junto aos associados da Cooperativa Agroindustrial Lar, que objetivou conhecer melhor a pequena propriedade desta região e as motivações que levam o pequeno produtor a se associar na cooperativa, suas expectativas e comportamentos enquanto associado, assim como as ações da cooperativa no atendimento dessas expectativas.

Segundo Godoy (1995, p. 21), “a abordagem qualitativa oferece três diferentes possibilidades de se realizar pesquisa: a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia”. Para este estudo, em face às características da Cooperativa Lar, que é formada mormente por pequenos proprietários, optou-se pelo estudo de caso e, como possibilidade acessória e pela quantidade de informações e registros históricos disponíveis na cooperativa, a pesquisa documental.

O método de estudo de caso consiste numa investigação detalhada e exaustiva de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, apresentando vantagens, como: relativa simplicidade dos procedimentos e reduzidos custos de realização (implica o uso de técnicas simples para a coleta de dados e sua análise, em comparação com outros tipos de estudo), e a utilização de uma linguagem e uma forma mais acessível nos seus relatórios. Também pode ser realizado por apenas um pesquisador, ou por um pequeno grupo. O método estimula ainda novas descobertas, uma vez que o desenvolvimento da pesquisa pode despertar o interesse do pesquisador por outros aspectos inicialmente não considerados, muitas vezes levando a novas pesquisas. O estudo de caso permite ainda uma ênfase na totalidade: o pesquisador considera a multiplicidade de dimensões de um problema, focalizando-o como um todo. A principal desvantagem do estudo de caso é a dificuldade de generalização dos resultados obtidos, uma vez que o caso escolhido

pode ser bastante anormal em relação aos demais, o que impede que se considerem os resultados da pesquisa comuns a todos os casos (QUIVY & CAMPENHOUDT, 1998).

A pesquisa documental envolve a pesquisa em materiais escritos, como jornais, revistas, diários, imagens, fotografias, dentre outros. Esses documentos serão considerados primários quando produzidos pelo próprio pesquisador, ou secundários, quando coletados por pessoas que não estavam presentes no momento de sua ocorrência (GODOY, 1995).

Para a verificação das hipóteses que tratam a cooperativa como um instrumento de fortalecimento da pequena propriedade, julgou-se importante inicialmente conhecer a trajetória do cooperativismo nos últimos anos e a organização do espaço de produção da pequena propriedade enfatizando a sua inserção no associativismo cooperativo. Para tanto, utilizou-se do método histórico no sentido de se obter uma maior aproximação do fenômeno de constituição da pequena propriedade e também das relações de cooperação, a partir de sua identificação enquanto organização socioeconômica local. Utilizaram-se, para a configuração do objeto, as informações disponíveis na bibliografia pertinente ao tema, bem como os dados quantificados na Cooperativa Lar, tais como materiais impressos pela cooperativa, jornal interno, entrevistas de pioneiros concedidas à Assessoria de Imprensa registradas em meio impresso, estatutos, relatórios de atividades anuais, relatórios de sistema informatizado e outras publicações. Os dados secundários são importantes, porque podem subsidiar a análise dos fenômenos macrossociais, demográficos, socioeconômicos, além da análise das mudanças nas organizações, mudanças sociais e do desenvolvimento histórico dos fenômenos sociais (QUIVY & CAMPENHOUDT, 1998).

Numa segunda etapa, visando buscar no próprio sujeito da pequena propriedade as suas concepções e opiniões acerca do papel e das ações da organização cooperativa, parte-se para uma pesquisa de campo, com a utilização de entrevistas, sob forma

de questionários. O questionário é caracterizado como um instrumento de coleta dos dados primários, constituído por uma série ordenada de perguntas respondidas por escrito com ou sem a presença do entrevistador (MARCONI & LAKATOS, 1996).

O método do questionário, segundo Quivy & Campenhoudt (1998), geralmente se aplica a uma amostra representativa de pessoas, como é o caso deste trabalho, em que são inquiridos, por amostragem, associados da cooperativa. O instrumento é formado por uma série de perguntas sobre a situação social, profissional, familiar, opiniões, expectativas, nível de conhecimento, dentre outras. É aplicado de forma direta, ou seja, o próprio inquirido faz o preenchimento dos dados. O principal objetivo do questionário é o conhecimento de uma população enquanto tal: condições, modo de vida, comportamentos ou valores, opiniões para o levantamento de um problema de representatividade (QUIVY & CAMPENHOUDT, 1998). A principal vantagem do questionário é de possibilitar a quantificação de uma multiplicidade de dados, o que lhe dá a condição de proceder, inclusive, análises de correlação. O custo elevado do dispositivo, risco de superficialidade das respostas, individualização dos entrevistados, considerados independentemente de suas redes de relações, são vistos por Quivy & Campenhoudt como empecilhos para a eficácia do método. Para que ele tenha credibilidade, sugere-se: rigor na escolha da amostra, formação clara das perguntas, atmosfera de confiança no momento da administração do questionário e honestidade e consciência profissional dos entrevistadores.

Para efeito de estudo, utilizou-se a quantidade de associados da área de ação Oeste do Paraná, na data de 31/12/2004, perfazendo um total de 6.902 associados (RELATÓRIO E BALANÇO, 2004). Optou-se por uma amostragem probabilística simples aleatória, cujos associados foram escolhidos *a priori* e aleatoriamente, com base na listagem de produtores associados da cooperativa, distribuídos por cada uma das 13 unidades, perfazendo um total de 257 associados (95% de confiança e 6% de erro). Para a formulação

final das questões e a distribuição do questionário (Anexo I), foram realizados pré-testes com 5 associados, em uma das unidades da cooperativa, buscando-se avaliar o entendimento e a pertinência das questões.

Apesar de não se tratar de um estudo quantitativo, o questionário foi utilizado como forma de se medir e clarear alguns aspectos relativos às características das pequenas propriedades e dos sentimentos e opiniões dos produtores. “Ainda que os estudos de caso sejam, em essência, pesquisa de caráter qualitativo, podem comportar dados quantitativos para aclarar algum aspecto da questão investigada. É importante ressaltar que, quando há análise quantitativa, geralmente o tratamento estatístico não é sofisticado.”(GODOY, 1995, p. 26).

Finalmente, a estrutura do trabalho ficou organizada em cinco partes principais. Num primeiro momento, faz-se uma breve caracterização do tema, dos objetivos da pesquisa, da apresentação da problemática e sua forma de operacionalização. Em seguida, procura-se fazer um esforço acadêmico de conceituação e de compreensão teórica do cooperativismo, visualizando o processo histórico da sua construção, até se chegar à configuração espaço-temporal do objeto de estudo em epígrafe.

No terceiro momento procede-se a uma conceituação da pequena propriedade e a uma caracterização historiográfica sobre a formação do espaço agrícola da Região Sul, do Estado do Paraná e da Região Oeste do Paraná, com ênfase na pequena propriedade, abordando-se as interferências histórico-culturais e a participação do cooperativismo no contexto da colonização agrícola, a necessidade de organização associativista para viabilizar a participação no mercado e o contexto da formação das cooperativas do oeste, especialmente a Cooperativa Agroindustrial Lar.

A análise dos dados, de ordem qualitativa e quantitativa, e a própria estrutura do estudo de caso, foi realizada de forma a se alcançarem os objetivos propostos.

Para isto, num quarto momento, apresenta-se, efetivamente, o resultado da pesquisa de campo com os associados, a tabulação do questionário e as informações geradas acerca da caracterização da pequena propriedade dos associados da Cooperativa Lar, além do seu entendimento sobre as funções do cooperativismo, seus desejos, visões e representações sobre a presença da cooperativa na sua vida econômica e social e as implicações das ações da cooperativa para a pequena propriedade como um todo.

Num quinto momento, relatam-se as ações da cooperativa no cumprimento dos princípios cooperativistas ligados ao quadro social e suas relações com os conceitos de capital social, demonstrando o entendimento do associado sobre a função da cooperativa, buscando-se analisar se essas ações efetivamente concorrem para a confirmação das suas aspirações.

2 COOPERATIVISMO: UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL E HISTÓRICA

O escopo desta seção é contextualizar o cooperativismo numa perspectiva conceitual e historiográfica com o fito de demonstrar que, desde a sua origem, seja a partir de Rochdale, na Inglaterra, ou a partir da contribuição da Alemanha com a doutrina do social-catolicismo, o cooperativismo apresentou-se como alternativa para a minimização e superação dos efeitos negativos do capitalismo monopolista. Apresenta-se uma referência aos principais precursores dos ideais cooperativistas, além de uma revisão da evolução do cooperativismo no mundo, no Brasil e no Paraná, bem como das modalidades do cooperativismo, com ênfase no agropecuário e sua participação econômica e social no Brasil e no Paraná.

2.1 Aproximação teórico-conceitual

Para um melhor entendimento do fenômeno associativo, faz-se prudente uma breve conceituação acerca de sua temática, cujo processo tem sido alvo de diversos estudos que buscam identificar e clarificar suas aplicações nas mais diversas situações e relações sociais.

Kellerhals⁹ (1974, apud Wautier, 2001, p. 21) define o associativismo como “a associação voluntária como um grupo com fins não lucrativos, de acesso, do ponto de vista legal, livre e voluntário, possuindo finalidades, uma divisão do trabalho e procedimentos de decisão codificados nos estatutos e buscando objetivos principalmente através da interação entre os membros”. Apesar de estar claro que o interesse pelo associativismo se dá em função de um problema da sociedade, o autor observa que é a necessidade de satisfação de interesses

⁹ KELLERHALS, J. *Les associations dans le régime démocratique: Etude sur la participation aux groupements organisés*. Lausanne: Payot, 1974.

individuais, tais como melhores condições de trabalho, sentimento de realização pessoal e, sobretudo, melhores condições econômicas, que faz com que os indivíduos busquem formas estratégicas de alianças a fim de, juntos, satisfazerem suas necessidades. A associação ganha, assim, uma caracterização de referência, um “espaço entre o indivíduo e a sociedade” (KELLERHALS, 1974 apud WAUTIER, 2001, p. 21).

Para Wautier (2001, p. 19), “a área de atividades atingidas pelo setor associativo tende a ampliar-se e a cobrir necessidades que crescem por ocasião das mudanças na sociedade de hoje, como dificuldades de inserção profissional, trabalho das mulheres, crescimento da população excluída, saúde e meio ambiente, etc.”.

Apesar de o associativismo se manifestar de diversas formas, “não se poderia confundir o militantismo ou o comprometimento numa associação de defesa qualquer com o que se chama de ‘renovação associativa’ e que reúne em grande parte associações fornecedoras de lazer, como associações esportivas ou os clubes da 3ª idade” (MANN¹⁰, 1991 apud WAUTIER, 2001, p. 24). Na visão do autor, apenas as associações “militantes” entram na lógica da ação coletiva. Para efeito desse estudo, tratar-se-á de um tipo de ação coletiva bastante conhecido: o cooperativismo.

Existe uma rica literatura dando conta dos conceitos e definições sobre o cooperativismo. Nilsson¹¹ (1997) apud Rocha (1999, p. 6) afirma que “[...] a cooperação é a organização de trabalho conjunto para obter resultados mútuos. A cooperação econômica é uma forma de negócio de propriedade democrática e controle por parte dos membros que têm necessidades comuns, e que por sua vez trabalham para o negócio sem fim lucrativo e recebem benefícios proporcionais à sua participação”.

¹⁰ MANN, P. *L'action collective. Mobilisation et organisation des minorités actives*. Paris: Armand Colin, 1991.

¹¹ NILSSON, J. *Étas-Unis: des coopératives de nouvelle génération*. *Révue d'Études Coopératives Mutualistes et Associatives*, n.º 264, 1997. p. 48-59.

Frantz (2001, p. 3) defende a cooperação “como um processo social, embasado em relações associativas, na interação humana, pela qual um grupo de pessoas busca encontrar respostas e soluções para seus problemas comuns, realizar objetivos comuns, busca produzir resultados, através de empreendimentos coletivos com interesses comuns”.

Veiga & Fonseca (2001, p. 17) argumentam que o cooperativismo “[...] é um sistema de cooperação econômica que pode envolver várias formas de produção e de trabalho e aparece historicamente junto com o capitalismo, mas se propõe como umas das maneiras de sua superação”. Os autores dizem ainda que “o ideal cooperativista é tido como o sistema mais adequado, participativo, justo, democrático e indicado para atender às necessidades e aos interesses dos trabalhadores”. Trata-se, pois, de um sistema fundamentado na reunião de pessoas e não no capital, em que as ações comuns realizadas, sejam em quaisquer ramos de atividade, visam ao atendimento às necessidades do grupo e não do capital sob forma de lucros.

Oliveira (1979, p. 35) atribui ao cooperativismo o conceito de “[...] doutrina baseada essencialmente, no poder da solidariedade humana” e que tem aparecido como “[...] a melhor saída, de caráter pacífico, para as crises econômicas e sociais que vêm preocupando a humanidade, cujo sofrimento é uma resultante da falta de união entre os homens, que preferem, não raro, a luta ao invés do trabalho comum e fundamentado na cooperação”.

Pinho (1966, p. 8) parte do pressuposto de que o cooperativismo é a “[...] doutrina que tem por objeto a correção do social pelo econômico através de associação de fim predominantemente econômico, ou seja, as cooperativas”.

Schallenberger, em verbete construído para o Dicionário da Terra, no prelo, define o cooperativismo como:

Doutrina econômica que sustenta a associação livre e autônoma de pessoas, que se organizam em torno de um interesse comum, para promover

solidariamente a realização de suas aspirações e a satisfação das necessidades de cada um, na medida em que os objetivos e as necessidades de todos sejam alcançados. É um sistema de organização econômico-social fundamentado nos princípios da adesão livre e voluntária, da gestão democrática e solidária, da participação responsável, da limitação de quotas-partes do capital de cada associado, da distribuição equitativa dos resultados, da honestidade e da confiabilidade, da transparência e da ajuda mútua.

Destarte, a cooperativa torna-se uma organização diferente em seus objetivos, com características próprias, o que a torna intermediária entre aquelas organizações cujo fim é o lucro e as sem fins econômicos. As diferenças entre as sociedades comerciais e as sociedades cooperativas estão descritas no Quadro 1:

Quadro 1 - Diferenças entre a sociedade cooperativa e a sociedade comercial

SOCIEDADE COOPERATIVA	SOCIEDADE COMERCIAL
<p>É sempre uma sociedade de pessoas. O princípio básico é a cooperação. O objetivo principal é a prestação de serviços para os cooperados. Controle democrático: cada cooperado tem direito a um voto independente do capital investido. Assembléias: quorum é baseado no número de cooperados. O pagamento dos juros é fixo em estatuto, conforme legislação cooperativista. Retorno das sobras proporcional ao valor das operações de cada cooperado.</p>	<p>É, geralmente, uma sociedade de capital. O princípio básico é a competição. O objetivo principal é a geração de lucro para os sócios. O montante de capital investido pelo sócio determina o poder de mando da sociedade. Assembléias: quórum é baseado no capital. O pagamento dos juros e dividendos é proporcional ao montante de capital investido pelo sócio. Lucro proporcional ao montante de capital investido pelo sócio.</p>

Fonte: SESCOOP/PR (2001)

O cooperativismo é regido por princípios, que foram elaborados pelos pioneiros de Rochdale e seguidos pela Aliança Cooperativa Internacional – ACI:

- 1 - Adesão livre e voluntária.
- 2 - Gestão democrática e livre.
- 3 - Participação econômica dos associados.
- 4 - Autonomia e independência.

5 - Educação, formação e informação.

6 – Intercooperação.

7 – Preocupação com a comunidade (responsabilidade social).

2.1.1 Referencial teórico: os doutrinários e os críticos

O fenômeno do cooperativismo vem se destacando como uma das formas mais usuais de associativismo. Desde a sua aplicação considerada mais impactante, especialmente para as relações sociais entre patrões e empregados, em Rochdale, o cooperativismo tem arrebanhado adeptos e críticos, seguindo, em geral, duas análises distintas. A primeira, de caráter ideológico, prega os ideais da união e da solidariedade no estilo “a união faz a força”. A segunda assume postura mais crítica, comparando as cooperativas à qualquer empresa capitalista que objetiva, em primeira instância, o lucro.

Com relação à primeira vertente teórica, fundada na doutrina cooperativista, tem-se alguns autores que disseminam a doutrina da cooperação como forma de minimização de impactos causados pela globalização, como Paul Singer, que diz que “o cooperativismo se distingue pelo caráter democrático e operário, constituindo resposta cada vez mais eficaz à crise do trabalho” (SINGER, 1998), além da minimização de outras situações desagregadoras, como aquelas que dizem respeito às dificuldades por que passam, por exemplo, os pequenos produtores rurais, quando da necessidade de inserção em um mercado competitivo, voltado para o mercado exportador, do qual somente podem participar aqueles que têm um nível mínimo de aplicação de tecnologia, redundando em eficiência e escala produtiva. Nessa linha, Schneider (2004, p. 2) diz que “as cooperativas são uma resposta para os problemas impostos pela globalização. Por um lado, geram empregos, por outro, elas são um contrapeso à concentração de riquezas”. Esse mesmo autor, referindo-se à importância das cooperativas

agropecuárias argumenta que:

São importantes geradoras de produção mais qualificada e de renda adicional para os produtores associados de cada localidade e região. Com a sua assistência técnica e os serviços de infra-estrutura, tendem a obter uma boa produtividade média por produtor, comparativamente a produtores não associados, muitas beneficiam o produto agregando valor ao mesmo e criam melhores canais de comercialização da produção (SCHNEIDER, 2004, p. 10).

É bem verdade que, como afirma Schneider, há uma *tendência* de que os produtores associados à cooperativas tenham maiores níveis médios de produtividade. Importa considerar, contudo, que a produtividade pode ser consequência de diversos fatores, inclusive condições edafoclimáticas locais e investimentos em capital dos produtores e, uma generalização acerca da relação direta entre produtividade e associativismo cooperativo, deve ser tomada com cautela.

Blum (1999, p. 89), ao abordar a necessidade de associativismo para minimizar o carência de conhecimento e falta de tecnologias adequadas para o campo, diz:

A filosofia de vivência em grupos sociais, para melhorar a resolução de problemas através da soma de forças e mentes, deve ser constante preocupação dos agricultores. A forma democrática de atuação grupal, o estudo das lideranças, a noção de dinâmica de grupo e o estímulo devem ser incentivados em todas as instâncias de vivência dos agricultores em comunidade. Para resolver os problemas técnicos e econômicos de falta de área para cultivo, de pouca agregação de valor nos produtos, comercialização ou escala de produção, crédito dificultado, deve-se fomentar o associativismo. Nesses casos, o cooperativismo e os condomínios rurais são as melhores formas de associação a serem preconizadas.

Wautier (2001, p. 28) indica a implementação de ações cooperativas como alternativa ao neoliberalismo, quando diz que:

A década de 80, que é a do neoliberalismo puro e duro, vai caracterizar-se, no campo associativo, pela contestação dessa “nova economia” e pela busca de tipos de empresas alternativas com tamanho humano, nas quais as pessoas se reúnem para agir em conjunto com outra finalidade que a de realizar lucros. Vemos ressurgir, a partir de então, o interesse pelas organizações de tipo cooperativo.

A cooperativa seria, portanto, a alternativa para as políticas e programas neoliberais, que não podiam se fazer eficazes à massa de trabalhadores do campo.

Contudo, partindo-se para a linha de pensamento mais marxista, ou seja, que defende a doutrina socialista, alguns autores fazem severas críticas em torno dos ideais cooperativistas. Luxemburgo (1986, p. 88) diz que:

As cooperativas e, sobretudo, as cooperativas de produção são instituições de natureza híbrida dentro do capitalismo: constituem uma produção socializada em miniatura, que é acompanhada por uma troca capitalista. Mas na economia capitalista a troca domina a produção; por causa da concorrência exige, para que a empresa possa sobreviver, uma impiedosa exploração da força do trabalho, quer dizer, a dominação completa do processo de produção pelos interesses capitalistas. Praticamente, isso se traduz numa necessidade de intensificação do trabalho, de encurtar ou prolongar a sua duração conforme a conjuntura, de contratar ou dispensar a força do trabalho conforme as necessidades do mercado, numa palavra, praticar todos os métodos, sobejamente conhecidos, que permitem a uma empresa capitalista sustentar a concorrência das outras empresas. Daí uma cooperativa de produção ter a necessidade, contraditória para os operários, de se governar a si própria, com toda a autoridade absoluta necessária e de os seus elementos desempenharem entre si o papel de empresários capitalistas. Dessa contradição morre a cooperativa de produção, na acepção em que se torna uma empresa capitalista ou, no caso em que os interesses dos operários são mais fortes, se dissolve.

Luxemburgo argumenta que as cooperativas de produção devem ser uma extensão das cooperativas de consumo. Elas devem estar voltadas para a produção dos gêneros necessários exclusivamente à manutenção das necessidades dos associados, isto é, não deve estar ligada ao mercado monopolista e concorrencial. O mercado seria, em tese, os próprios associados.

Nessa mesma linha crítica, Schneider (1981, p. 11) afirma que a dialética da interação entre o cooperativismo e as forças propulsoras do capitalismo frustrou as propostas de transformação da sociedade, além de incorporar o cooperativismo na própria dinâmica da expansão do capital, como elemento de complementação à economia de mercado.

Para Kautsky (1980), as cooperativas agrícolas não impedem o processo de

proletarização do pequeno produtor rural, uma vez que, para se formar e manter uma cooperativa, faz-se necessário grande volume de capital, o que só é possível para os médios e grandes produtores rurais, que estariam se transformando em empresários capitalistas. Assim, para esse autor, as cooperativas agrícolas acabam acelerando o processo de industrialização da agricultura, que nada mais é, na sua visão, do que a penetração do capital no campo.

Destarte, por não se encontrar um consenso acerca da temática do cooperativismo, faz-se prudente a tomada de uma destas linhas teóricas e seu exame empírico, com a aplicação de testes para a verificação de uma hipótese que, oxalá, possa clarear, acrescentar ou até pôr em cheque alguns aspectos dessa análise.

Neste estudo escolheu-se o referencial teórico fundado nos aspectos doutrinários do cooperativismo para interpretar as principais condicionantes da procura por uma instituição de representação democrática de interesses individuais e ao mesmo tempo comuns, de permanência no campo com melhores condições econômicas e sociais.

Estes referenciais doutrinários, quando aplicados às organizações cooperativistas brasileiras, além de estarem fundamentados nas idéias dos precursores do cooperativismo iniciados em Rochdale, são fortemente influenciados pela doutrina do social-catolicismo, que foi uma forma encontrada pela Igreja Católica para abrir diálogo com a modernidade e assegurar a sua legitimidade social, fundamentada nos princípios da solidariedade e da cooperação. Não se pretende utilizar as idéias utópicas dos socialistas da época da Revolução Industrial, que, grosso modo, inspiraram alguns doutrinários cooperativistas, mas a essência da doutrina baseada na organização social-cristã, que considera como legítimo o direito de propriedade e a valorização do ser humano. A alusão ao direito de propriedade pode ser evidenciada nas encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*. Na *Rerum Novarum*, Leão XIII (1891, p. 12) afirma: “mas, e isto parece ainda mais grave, o remédio proposto está em oposição flagrante com a justiça, porque a propriedade

particular e pessoal é, para o homem, de direito natural”.

Esta é uma posição contrária à postulação da propriedade coletiva apregoada pelo comunismo. Leão XIII afirma que o homem é anterior à propriedade e diz no vers. 19: "Assim, este direito de propriedade que Nós, em nome da natureza, reivindicamos para o indivíduo, é preciso agora transferi-lo para o homem constituído chefe de família".

Com isso o papa assegura que a propriedade é a garantia de continuidade da espécie e a base de sustentação da sociedade doméstica.

O Papa Pio XI, na *Quadragesimo Anno*, reafirma a posição de Leão XIII e diz que:

[...] a natureza ou o próprio Criador deram ao homem o direito do domínio particular, não só para ele prover as necessidades próprias e da família, mas que sirvam verdadeiramente para os seus fins os bens destinados pelo Criador a toda a família humana: ora nada disto se pode obter, se não se observar uma ordem certa e bem determinada (PIO XI, 1931)

O social-catolicismo fundamenta, portanto, a sua visão de sociedade no espírito corporativo que é, para seus doutrinários, o princípio de organização social contra toda a centralização. Visualiza, desta forma, uma sociedade organizada a partir de cooperativas de trabalho, purificada pela ética cristã e pelo espírito comunitário, a exemplo das comunidades eclesiais.

Wilhelm Emmanuel von Kettler, o mais expressivo dos doutrinários do social-catolicismo, elaborou uma doutrina nova de propriedade na análise da questão social, identificando as questões errôneas que o liberalismo e o socialismo fizeram da propriedade. Para ele residia aí o problema central em seu tempo. Pioneiro na relação do tomismo¹² com a questão social, recorre a São Tomás para justificar o destino universal dos bens da terra e, por decorrência, para definir a função social da propriedade. Reconheceu, no entanto, a

necessidade da existência da propriedade para garantir a boa administração destes bens. Admoestou que “não somente não-cristã, senão também contra a natureza é esta doutrina que faz do homem o deus de seus bens e lhe dá o direito de usar os frutos de sua propriedade para a satisfação dos seus prazeres e para suas libertinas diversões sensuais, frutos que teria que dar aos seus irmãos pobres”. Alertou, também, que a doutrina da comunhão dos bens afronta o sentido cristão e a natureza dos homens. O princípio da propriedade deveria, segundo o teórico, ser mantido tendo em vista a sua gestão, mas a natureza da propriedade teria que ter um caráter social, isto é, os bens nela produzidos teriam que ter fins sociais (SCHALLENBERGER, 2001, p. 35-48).

Em especial sobre o associativismo cristão no Sul do Brasil, que, em linhas gerais, estimulou o surgimento das organizações cooperativistas no Brasil, têm-se ainda importantes autores, como Amstad, Rambo, Gertz e Schallenger¹³.

Para abordar melhor as questões levantadas neste estudo, utilizou-se de uma abordagem conceitual sobre as determinantes do associativismo e, em especial, suas relações com a pequena propriedade.

2.1.2 Cooperativismo: espaço público de defesa de interesses e de desenvolvimento

A partir da linha teórica adotada, pretende-se estudar o movimento cooperativo agropecuário como um meio pelo qual se concretizam os ideais dos pequenos produtores e as relações que se estabelecem com a sua propriedade, frente ao processo de exclusão a que seriam submetidos a partir de uma nova configuração do ambiente econômico, mormente direcionado para as demandas externas. O cooperativismo não pretende negar o

¹² Filosofia de São Tomás de Aquino.

¹³ Sobre a doutrina do social-catolicismo, consultar os estudos de Schallenger (2001).

capitalismo, mas enxergar o fenômeno associativo da cooperação como forma de sobrevivência neste sistema. O capitalismo e suas relações com o direito de propriedade, aos olhos do cooperativista, são necessários para a sua evolução tecnológica e cultura. “Visto da modernidade emergente, o sujeito não atua para negar o progresso técnico, mas para dar sentido à sua identidade dentro de um sistema presidido pela razão instrumental” (TOURAINÉ¹⁴, 1992 apud BRANDENBURG, 1999, p. 41).

O fato é que a ineficiência do Estado e a ausência de políticas públicas específicas para a agricultura familiar e/ou para a pequena propriedade agrícola levam os pequenos produtores a associarem seus interesses e a praticarem a cooperação como uma forma de resistência e de articulação de forças frente às demandas externas que impõem tecnologias, produtos e padrões de consumo, mormente voltados para os interesses do capital monopolista. Em seus estudos, Lamarche (1998, p. 65) alerta sobre os três parâmetros pelos quais entende o nível de dependência das propriedades rurais, especialmente das pequenas: dependência tecnológica, dependência financeira e dependência de mercado. O pequeno produtor não possui condições técnicas nem econômicas para barganhar melhores condições de preços e introdução de novas tecnologias para o incremento de sua produção. Neste caso, a organização dos agricultores em cooperativa representa um espaço público de articulação e um poder local para fazer frente às demandas externas (perspectiva macro do sistema capitalista) e para valorização da produção local no mercado globalizado.

Esta relação entre a articulação do poder local frente ao global tem incidências sobre o desenvolvimento, que, por sua vez, assume forma concreta em um lugar e uma sociedade identificada. Wautier (2001, p. 34) afirma que “o objetivo das associações é duplamente social: resposta a uma demanda da sociedade e ação prospectiva de mudança social”. Neste caso, a cooperativa, como expressão da organização produtiva dos agricultores,

¹⁴ TOURAINÉ, A. (1992). *Critique de la modernité*. Paris: Ed. Fayard.

é um instrumento de mudança social, ou seja, de desenvolvimento. Esse desenvolvimento, que impulsiona a região de abrangência, na visão de Boisier (2000, p. 169), é visto como endógeno, ou seja, emerge do local, da região e não de fora para o centro. Ele (o desenvolvimento) “nace como reacción al pensamiento y a la práctica dominante en materia de desarrollo territorial en las décadas de los 50 y 60, pensamiento y práctica enmarcados en el paradigma industrial fordista y en la difusión ‘del centro-abajo’ de las innovaciones y de los impulsos de cambio”. Além disso, na visão de Seers¹⁵ (1970, apud Boisier, 2000, p. 153), o conceito de desenvolvimento é amplo, e ele somente acontece quando são criadas condições ideais de alimentação como necessidade absoluta, emprego e equidade, conceitos que se inter-relacionam com os princípios cooperativistas.

Wautier (2001, p. 27), ao referir-se ao fenômeno do associativismo como um mecanismo indispensável para a democracia, afirma que “[...] bem mais que igualdade de oportunidades, é uma consciência comum de pertencer a um espaço humano que não pertence mais a uns do que aos outros; ela (a democracia) é luta contra todas as formas de intolerância, de ‘normalização’, de ‘manipulação’, de exclusão”.

O cooperativismo agropecuário, especialmente na área de ação da Cooperativa Lar, se revelou, desde sua fundação (1964), uma opção para a inclusão dos pequenos produtores no mercado, especialmente quando se dava a industrialização agrícola no Paraná, em que “o Estado passa a ver o cooperativismo como um dos instrumentos que melhor viabilizaria a execução das políticas econômicas voltadas ao setor rural, inserindo-o assim no novo padrão de acumulação capitalista” (SCHNEIDER, 1991, p. 254).

¹⁵ SEERS, D. The Meaning of development. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, 1970.

2.1.3 Uma alternativa para a manutenção da identidade

A abordagem das questões econômicas pode, inicialmente, ser vista apenas como simplista e racional-econômica. Contudo, a geração de excedentes econômicos apresenta-se, para efeito desse estudo, como uma reação natural à necessidade de manutenção do ente que se configura com maior importância, especialmente para os grupos étnicos e/ou sociais que constituíram as cooperativas da Região Oeste do Paraná, a família.

Faz-se importante reforçar essa vinculação do pequeno produtor aos laços familiares, especialmente dadas as condições pelas quais surgiu a cooperativa em questão. Os colonizadores descendentes de imigrantes, especialmente de alemães, traziam consigo os ideais de associativismo, notadamente do cooperativismo. A doutrina religiosa, empregada desde o início da fundação das colônias, assumiu papel significativo no surgimento da cooperativa em questão. A família é tida como o espaço social pelo qual o pequeno proprietário mantém a sua identidade como agricultor, seu estilo de vida, seu modo de produção voltado à policultura, e é também nela que alimenta e fortalece seu projeto de vida de sobrevivência e de bem-estar¹⁶.

A propriedade é vista como uma possibilidade de construção de um “território familiar, um lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores” (WANDERLEY, 1996, p. 15). Esse projeto de vida é compartilhado por todos os membros da família, que, desde cedo, buscam alternativas para a sua concretização, participando das atividades da pequena propriedade, mais tarde da escola, da igreja e do grupo comunitário. No entanto, novamente o pequeno proprietário se dá conta de que a sua realização passa, invariavelmente, pelo campo econômico, pelo qual, dadas

¹⁶ Entende-se como bem-estar, para efeito desse estudo, condições econômicas dignas para a manutenção da unidade familiar, assim como o acesso à educação, lazer e envolvimento social.

as suas características fundiárias e os precários meios de produção, torna-se deveras complicada e incerta. A materialização do projeto é posta em questão quando o produtor se depara com a necessidade de inserção no mercado, pela premência de crédito para investimentos em infra-estrutura e ampliação ou expansão das atividades e até da quantidade de terras. Bourdieu (2000, p. 102) endossa essa necessidade de associativismo quando diz que “por um efeito não proposital da política tecnocrática, sobretudo em matéria de auxílios e de crédito, eles foram levados a contribuir, com investimentos de todo tipo, para a instauração de uma produção na verdade tão fortemente socializada quanto à das chamadas economias socialistas”. O associativismo surge, então, como uma alternativa e a cooperativa, pelas suas características, é a opção escolhida por muitos. Isto ocorre porque o produtor percebe na cooperativa a oportunidade de obter a ajuda, ao mesmo tempo em que precisa também ajudar aos seus pares, para o seu desenvolvimento econômico e, por consequência, o social, no atendimento de expectativas em relação ao seu projeto de vida.

A cooperativa, nesse momento, poderia estar contribuindo para a criação e recriação da identidade¹⁷ individual e para a materialização da identidade social do produtor, já que, sendo um processo, a identidade se define nas relações vividas no cotidiano, podendo-se dizer que a sua construção ocorre na medida em que o produtor experimenta a possibilidade de se ver como uma pessoa participante de um grupo com características próprias, que procura neste grupo uma identidade como ser social, mas que também constrói sua individualidade como ser único.

O sujeito, ao mesmo tempo em que deseja o progresso técnico, quer seja para produzir mais ou para aliviar o peso de trabalho físico, luta contra a racionalidade instrumental à medida que o transforma em instrumento ou o

¹⁷ Castells (2000) define identidade como a fonte de significado e das experiências de um povo. Também é um processo de construção de significados com base em um atributo cultural; conjunto de atributos culturais inter-relacionados, os quais prevalecem sobre outras fontes de significado. Concentra-se na identidade coletiva e concorda com o ponto de vista sociológico de que toda e qualquer identidade é construída.

reduz a objeto. É por isso que o sujeito da modernidade luta por liberdade, por independência, pelo exercício de suas crenças e pela prática de seus valores, enfim, uma liberdade que supõe escolhas e ao mesmo tempo a possibilidade de operá-las, em face das restrições do mundo exterior; de programar um projeto de vida, e construí-lo enquanto constrói a si mesmo como sujeito. (BRANDENBURG, 1999, p. 39).

Segundo Abramovay (1998, p. 54), no comportamento do pequeno produtor é possível “localizar elementos de permanência, de continuidade, de unidade de um modo de ser que exige e merece das ciências sociais uma caracterização própria”.

2.2 Aproximação histórica

Ao se avaliar a essência do cooperativismo enquanto doutrina que prega a união para a satisfação de desejos de todos e, por consequência, dos indivíduos, é possível encontrar-se registros de manifestações desde os mais antigos povos. Entre os povos antigos, como os egípcios, os mesopotâmicos e os gregos, quase todas as pessoas das camadas intermediárias faziam parte de associações que possuíam algumas características cooperativas, a exemplo das Orglonas e Tiasas, que se formavam para garantir aos seus membros enterros e sepulturas decentes. No início da era cristã, foi nesse tipo de associação que se constituíram os núcleos em torno dos quais se formaram as comunidades cristãs (OLIVEIRA, 1979).

O gênio investigativo pode nos levar a manifestações com características cooperativas nas civilizações Astecas e Incas. Nos Astecas, os principais indícios testemunhais eram as formas coletivas de construção dos sistemas de irrigação, combate coletivo das pragas e empréstimo de sementes entre si, em caso de perdas nas colheitas. Nos Incas, a base econômica era assentada sobre o labor coletivo de todos os homens e mulheres com possibilidade de trabalho. “Não se conhecia a miséria, não havia desocupados nem velhos desempregados” (OLIVEIRA, 1979, p. 18). O trabalho e as crenças eram

compartilhados sob os desígnios do *ayllu*, que era a unidade social do império. Os *ayllus* eram sociedades agrícolas em que se dividiam os produtos segundo o trabalho prestado e as necessidades de cada um. Os Incas expandiram sua forma de organização cooperativa pelo continente, com a divisão do trabalho e estímulo à industrialização. Esta forma de organização teve uma característica bastante semelhante à organização das cooperativas contemporâneas, podendo ter influenciado as atuais formas de organização cooperativas.

Da expansão luso-espanhola sobre a América resultou uma experiência humana e social com os Guarani, situados na grande bacia do Rio da Prata, onde os jesuítas e franciscanos, através da redução dos índios em povoados, a partir de 1610, e respeitando elementos da cultura tribal, introduziram um sistema de cooperação para dar conta da segurança alimentar e para garantir os serviços públicos, o culto e o avanço social. Organizaram a produção de sorte que os excedentes eram armazenados para a regulação do estoque de alimentos e para fins de comercialização (BRUXEL, 1978).

Na era moderna, a história do cooperativismo tributa a P.C. Plockoy o mérito de ser um dos precursores do cooperativismo (OLIVEIRA, 1979, p. 18). Teria ele preconizado a formação de pequenos grupos econômicos, formados por especialistas de cada área de interesse dos grupos, tais como: agricultores, artesãos, marinheiros e professores de artes e ciências. Cada indivíduo era remunerado economicamente pelo que cooperasse com o grupo. Essas recompensas podiam ser em forma de terras, dinheiro, meios de transporte e educação.

Esses ideais cooperativistas vieram à tona, contudo, mais intensamente a partir do início do século XIX, na Europa Ocidental, em virtude das conseqüências econômicas e sociais da Revolução Industrial, onde o liberalismo econômico primava pela maximização da produtividade, pela produção em escala e pelo lucro. Para citar algumas situações que concorreram para o desajustamento social, que ocorreu no início do século XIX,

têm-se fatos motivadores de inovações tecnológicas que provocaram profundas mudanças sociais, tais como a construção do primeiro barco a vapor, em 1808, e a construção da primeira locomotiva, em 1814, que inovaram o sistema de comunicações e de transporte. Seguem-se outras e profundas mudanças, como a invenção do tear mecânico, que transferiu para as fábricas a arte da confecção dos tecidos, que antes era feito de forma artesanal. Essa automação da indústria causou, além do trabalho assalariado, o desemprego em massa e foi o campo fértil para o desenvolvimento de idéias e doutrinas radicais que clamavam por justiça social. Marx e Engels lançaram, em 1848, o *Manifesto Comunista*, pregando a luta de classes. O que se segue em quase todos os países da Europa é um período de grande objeção à ordem vigente e de revoluções, que, além de não trazerem a solução esperada, fizeram emergir com gravidade os problemas sociais.

Não obstante, a história do cooperativismo cita alguns personagens que tomaram para si parte da responsabilidade de buscar a formulação de modelos de organização social que dessem conta dos problemas sociais emergentes.

Esses pensadores são lembrados na literatura como aqueles que buscavam fazer renascer, na sociedade, modernas formas de organização social já dizimadas, mas que tinham como alvo o incessante desejo da busca da felicidade sobre a terra. O conjunto de referências desses pensadores, ou o ideário por eles perseguido, é conhecido com a denominação de “socialismo utópico”, que encontrou maior expressão entre os ingleses e franceses, que, impregnados pelas idéias de justiça e fraternidade, idealizavam uma sociedade mais igualitária, através de organizações sociais fundadas no princípio da equidade.

Robert Owen foi um desses atores. O industrial inglês organizou seus operários em uma associação para compras em comum. Outros ainda, como William King, Charles Fourier, Charles Gide, Louis Blanc, Michel Derrion construíram referências teóricas e modelos de organização social que pretensamente dariam conta das questões sociais

resultantes da revolução industrial, da urbanização e da exclusão social (OLIVEIRA, 1979).

2.2.1 Evolução no mundo

A história e a literatura recentes creditam à Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale o marco da pragmatização dos ideais e princípios cooperativistas, adotados mais tarde pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI) e que serviram de base para a formação das atuais cooperativas. Após uma greve em que foram derrotados, um grupo de 28 tecelões, de Rochdale, Inglaterra, utilizaram experiências anteriores de outras cooperativas e de George Jacob Holyoake, grande cooperativista, e estruturaram a Cooperativa de Rochdale. O objetivo do grupo era o da auto-suficiência e não dependência de doações de simpatizantes, como ocorria com as cooperativas de Owen. “Os pioneiros sócios tinham por objetivo fundar um armazém para abastecer os sócios, construir casas para os mesmos, manufaturar artigos para dar ocupação aos sócios desempregados ou com salários reduzidos, comprar ou arrendar terras com a mesma finalidade e criar uma comunidade auto-sustentada pelo trabalho de seus membros” (SINGER 1998, p. 100).

Os associados economizaram, durante o período de um ano, pequenas parcelas dos seus baixos salários e, em 21 de dezembro de 1844, havendo economizado 29 libras esterlinas cada um, fundaram seu famoso armazém de *Toad Lane, o Beco Seco*. Assim, os 28 tecelões ingleses, entre eles uma mulher, imortalizaram-se como os “Pioneiros de Rochdale” (OLIVEIRA, 1979, p. 26).

Ao contrário da posição de Owen, que acreditava que as “Aldeias Cooperativas” deveriam sobreviver isoladamente do mundo capitalista, os Pioneiros demonstraram grande habilidade no mercado de riscos, sem por isso perder de vistas os princípios do cooperativismo. A cooperativa de consumo de Rochdale foi o grande exemplo

de cooperativa bem sucedida, pois conseguiu, em momentos de crise, partilhar ganhos equitativamente – vantagem essa que as empresas capitalistas não possuem.

Ao sucesso dos tecelões de Rochdale se credita o conjunto de princípios que, de um modo geral, fundamentam até hoje o movimento cooperativista no mundo, quais sejam: adesão livre e espontânea; neutralidade política e religiosa; prática da democracia pura, ou seja, uma pessoa, qualquer que seja sua posição social, não representava mais que um voto; eliminação do lucro mercantil, com devolução das sobras proporcionalmente ao trabalho de cada um; retribuição ao capital com juros limitados; vendas à vista dos bens de consumo; fomento à educação, para preparar as gerações futuras e garantir a continuidade do sistema.

Seguindo o processo de evolução, foi a partir de 1860 que as cooperativas de consumo experimentaram um crescimento vertiginoso, de forma que, em 1881, já se contabilizavam 1.000 cooperativas e cerca de 550 mil associados (RODRIGUES, 2000). O sucesso dos tecelões de Rochdale os transformou em símbolos e os chamados “Princípios de Rochdale” tornavam-se conhecidos e seguidos pelas sociedades cooperativas de vários países a partir da segunda metade do século XIX em diante.

O pensamento cooperativo rochdaleano foi sistematizado por um grupo de intelectuais composto por Charles Gide, De Boyve e Fabre, conhecido por Escola de Nîmes, nome de uma pequena cidade no sul da França. O mesmo grupo foi responsável pela organização dos dois primeiros Congressos Cooperativistas de Consumo, na França, que aconteceram em Paris (em 1885) e em Lyon (em 1886) (RODRIGUES, 2000).

Na Alemanha, as graves questões sociais suscitaram a discussão de modelos alternativos de organização social e produtiva. Nasceu daí um conjunto de propostas que fundamentaram a doutrina do social-catolicismo. Nas indústrias, na agricultura e nas associações de classe foram desenvolvidas experiências de cooperação. O modelo de cooperativismo de crédito nasceu neste contexto, como forma de viabilizar o acesso ao crédito

a juros reduzidos para os pequenos artesãos e produtores rurais. Os precursores do cooperativismo de crédito foram Friedrich Wilhelm Raiffeisen e Herman Schulze, na Alemanha, e Luigi Luzzatti, na Itália.

Schulze idealizou em sua cidade, Delitzsch, uma organização de bancos populares, especialmente entre os artesãos que não conseguiam obter crédito a juros reduzidos. Assim, as cooperativas de crédito no modelo conhecido por Schulze-Delitzsch, destinaram-se sobretudo à classe média urbana (artesãos, comerciantes e pequenos empresários). Adotam o princípio *selbsthilfe*, isto é, auto-ajuda, recusando auxílio do Estado ou de caráter filantrópico.

Friedrich Wilhelm Raiffeisen entendia que o princípio da satisfação das necessidades repousava sobre a questão do crédito: “se cada um depositar pequenas sobras dos frutos do seu trabalho, por menores que sejam, na soma grandes projetos podem ser financiados e que podem reverter em benefício de cada um e de todos” (MÜLLER, 1999, p. 18). Embora prefiram também o *selbsthilfe*, uma das características do sistema de Caixas Rurais Raiffeisen é o “princípio cristão do amor ao próximo e do auxílio de caráter filantrópico” (PINHO, 2004, p. 99), ou seja, do Estado ou outras entidades. O depósito, a formação de poupança e os empréstimos nas necessidades formariam as bases de um sistema solidário de cooperação e ajuda mútua (SCHALLENBERGER, 2001). As idéias e princípios de Raiffeisen foram a base e a inspiração para a formação das atuais cooperativas de crédito do Brasil e de vários outros países.

Luigi Luzzatti inspirou-se nas cooperativas de crédito criadas por Schulze-Delitzsche, reformulando, contudo, algumas questões. Dentre elas, destaca-se a admissão de ajuda estatal suplementar até que a sociedade tivesse condições de sobreviver e ser independente. Outra característica marcante foi a instituição da “palavra de honra” para a concessão dos empréstimos, criando uma atmosfera de confiança nos Bancos Luzzatti. Nesse

sistema, os administradores não eram remunerados (PINHO, 2004, p. 87). Em seus princípios, julgavam que a concessão de crédito deveria privilegiar, tanto quanto possível, os associados que se encontravam na sua área de circunscrição, preferindo a concessão de créditos de pequeno valor. No Brasil, desde 1932, através do Decreto Federal n.º 22.239, até a Reforma Bancária de 1964, esses bancos eram fomentados pelo Estado e distinguiam-se das demais cooperativas por esta razão.

As cooperativas de produção (agrícolas e industriais) começaram a surgir ainda no século XIX (RODRIGUES, 2000).

Com o passar do tempo, o crescimento do número de cooperativas foi aumentando, ocupando diversos setores da economia e nos mais diferentes países do mundo. Diversas foram as tentativas de se internacionalizar o cooperativismo, especialmente a partir de 1835. Em 1895 foi fundada a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), órgão que veio congregar as cooperativas de diversos países do mundo, com o objetivo de fortalecê-las por meio de atividades de âmbito internacional, nacional e regional. A ACI foi a primeira Organização Não-Governamental (ONG) a que a ONU concedeu o *status* de órgão consultivo. Na gestão de 1997 a 2001, foi dirigida pela primeira vez por um não europeu – Roberto Rodrigues, conhecido cooperativista brasileiro, agrônomo e professor (PINHO, 2004, p. 69). Em 2003, a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), contabilizava 763.754 cooperativas associadas no mundo, com um quadro de 750.549.449 associados (OCB, 2005).

O século XX foi especial para o cooperativismo, pelo seu fortalecimento e sua consolidação, “passando a atuar nas mais diversas atividades econômicas, como a agropecuária, consumo, crédito, educação, eletrificação, financeira, habitação, mineração, pesca, saúde, serviços, trabalho, transporte, dentre outros” (RODRIGUES, 2000, p. 24).

Aproximadamente 1/6 da população mundial está de alguma maneira vinculada ao movimento cooperativista e este número mostra com clareza que o

cooperativismo é o movimento socioeconômico mais importante do mundo (VEIGA & FONSECA, 2001, p. 26).

2.2.2 Evolução no Brasil

Analisando-se por um viés mais abrangente e histórico, percebe-se que, desde o período da colonização portuguesa, buscava-se a implementação de uma cultura de cooperação.

Entre 1600 a 1695, destacou-se a República dos Palmares, instalada na parte superior do Rio São Francisco e formada por um conjunto de comunidades que atraíam escravos de grandes engenhos de açúcar de Pernambuco. Mais tarde atraiu escravos, índios, mamelucos, mulatos e brancos de outras regiões, compondo uma população que flutuava entre aproximadamente 20 a 40 mil pessoas, numa área de 350 quilômetros. “Praticavam solidariedade e democracia; usavam a terra como propriedade coletiva. Seus últimos e principais líderes foram Canga Zumba e Zumbi” (PINHO, 2004, p. 15).

Em 1610, as primeiras reduções jesuítico-guaranis do Guairá inauguraram uma experiência de organização social e produtiva fundamentada nos princípios da solidariedade e da cooperação. Daí, até 1768, quando da expulsão dos jesuítas, estruturaram-se, no vasto território guarani do Prata, 30 povos integrados por uma complexa rede de cooperação, que, além de alcançarem um equilíbrio e um desenvolvimento invejável para a época, se constituíram em um modelo alternativo desafiador de organização social (SCHALLENBERGER, 1997).

A partir de 1824, com a vinda dos imigrantes de origem germânica, tem-se a criação de uma série de associações no Rio Grande do Sul, especialmente nas áreas de colonização, cuja motivação era a elevação do bem-estar material, a elevação espiritual e o

cultivo dos valores étnico-culturais.

Em 1840, foram realizadas experiências *fourieristas*¹⁸ de cooperação integral no Paraná e em Santa Catarina, destacando-se Vila da Glória, em São Francisco do Sul (SC), Colônia Belga (SC), Colônia Tereza Cristina (PR) e Colônia Cecília (PR). Essas experiências perduraram até 1895.

De 1850 a 1870, Porto Alegre e as áreas de colonização do Rio Grande do Sul, como um todo, foram palco de inúmeras associações, sem fins lucrativos e iniciadas pelos imigrantes alemães, com cunho social e recreativo, com o objetivo de se entrelaçarem e de vencerem o isolamento em que viviam, nos primórdios da colonização com mão-de-obra livre (RAMBO, 1988, p. 35-56).

Da mesma forma como aconteceu na Europa no começo do século XIX, as experiências brasileiras de cooperação estavam ligadas, de maneira geral, aos anseios de liberdade, tanto no campo político como no econômico, com reflexos nas formas de organização da produção e do trabalho e como forma de reação às consequências do sistema capitalista.

O cooperativismo formal brasileiro teve suas primeiras manifestações no final do século XIX, com a fundação da Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto (MG), em 27 de outubro de 1889 (PINHO, 2004). Foi a primeira iniciativa de trabalhadores livres, logo após a extinção da escravidão, com a finalidade de lhes prover condições para a construção de casas para venda ou aluguel, ou seja, no estilo dos

¹⁸ Charles Fourier (1772 – 1837), socialista francês, argumentava, em sua teoria, que a ordem social poderia ser retomada através dos falanstérios, ou seja, unidades auto-suficientes que permitiriam reformar toda a sociedade (PINHO, 2004, p. 193). O falanstério era uma espécie de hotel cooperativo, onde 1.500 pessoas viveriam em regime de comunidade. Para Fourier, tratava-se da peça fundamental para a reforma social porque substituiria a “onerosa e mesquinha” unidade doméstica ou familiar por grandes serviços comunitários e coletivos, tais como alimentação, lavanderia e iluminação, entre outras.

pioneiros de Rochdale.

Já no começo do século XX, especialmente no sul do país, começariam a surgir cooperativas inspiradas em modelos trazidos pelos imigrantes ou por eles idealizados a partir das experiências bem sucedidas das cooperativas de crédito para pequenos agricultores, na Alemanha e na Itália. As maiores dificuldades para a expansão do cooperativismo no Brasil residiam na precariedade dos meios de transporte e de comunicação, o que tornava difícil o escoamento da produção rural, além da escassez de recursos financeiros e humanos, desanimando os pequenos e médios produtores. A falta de legislação específica dificultava, também, o crescimento do cooperativismo, que ora pendia para a legislação das Sociedades Anônimas e ora para as associações profissionais.

A partir de 1902 surgiu no Rio Grande do Sul a primeira Caixa Rural no modelo Raiffeisen, fundada sob a liderança do padre jesuíta suíço Theodor Amstad, na localidade de Linha Imperial, Nova Petrópolis. O padre havia sido designado para as ações pastorais entre os agricultores, tornando-se importante líder rural e cooperativista. Em 1906, o mesmo padre fundou a primeira CREDI (cooperativa de crédito) em Lajeado (RS), ainda em atividade.

A partir de 1907, a legislação brasileira começou a priorizar as normas e princípios dos Pioneiros de Rochdale na caracterização das cooperativas, o que fora ampliado no Decreto Federal 22.239/1932 e mantido em leis posteriores.

De 1918 a 1931 registrou-se a criação de diversos bancos cooperativos urbanos, também chamados de Bancos Luzzatti – onde a ajuda estatal é permitida somente até que a sociedade pudesse ser independente – e ampliação das Caixas Rurais modelo Raiffeisen – em que, como já observado, é permitido o auxílio filantrópico estatal (PINHO, 2004, p. 25).

O período de 1932 a 1965 foi marcado pela consolidação do cooperativismo

no Brasil, especialmente por ocasião do Decreto Federal 22.239/32, de 19 de dezembro de 1932, que consagrou o embasamento doutrinário rochdaleano e permitiu às cooperativas maior liberdade de constituição e funcionamento. Além disso, o paternalismo estatal, centrado no Ministério da Agricultura, estendeu-se às Secretarias de Agricultura dos Estados, por meio da criação de DACs (Departamentos de Assistência ao Cooperativismo).

Em 1960, o cooperativismo de consumo sofreu uma reviravolta. Três foram os fatores da involução: a) a entrada dos grandes supermercados; b) a volta da cobrança do ICMS, com supressão de outras isenções tributárias; e c) a inflação (VEIGA & FONSECA, 2001, p. 28).

O Decreto-Lei Federal n.º 59/66 e seu regulamento (Decreto Federal n.º 60.597/67, de 19 de abril de 1967) impuseram um intenso controle estatal às cooperativas, eliminando a maior parte dos seus incentivos fiscais. Com o governo militar, no período de 1966 a 1970, fortaleceu-se, ainda mais, o controle estatal. A ditadura militar era contra o cooperativismo de crédito, tanto rural quanto urbano. Dada a reforma bancária realizada pelo regime militar em 1964, entre 1970 e 1980 foram extintas mais de 50 cooperativas de crédito no Rio Grande do Sul (PINHO, 2004, p. 38). Em 1966, o Decreto Federal n.º 22.239/32 foi revogado pelo Decreto-Lei Federal n.º 59/66, de 21 de novembro de 1966, que definia a política nacional do cooperativismo com a criação do CNC (Conselho Nacional do Cooperativismo) e criação de um rigoroso sistema de controle estatal. É o marco da regulamentação estatal do cooperativismo, que perduraria ainda por mais de 20 anos.

Por solicitação do Estado, em 1968 iniciou-se o processo de pacificação e unificação do cooperativismo brasileiro, em âmbito nacional e estadual. Em 1969 foi criada a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), com diretoria provisória, oriunda da unificação da UNASCO (União Nacional das Associações Cooperativas) e da ABCOOP (Associação Brasileira de Cooperativas). A partir de 1970, registrou-se o início da instalação

de diversas OCEs (Organizações de Cooperativas Estaduais) em diversos Estados (PINHO, 2004 p. 38). Em 1971, com a Lei Federal n.º 5.764/71, a OCB ganhou *status* de *unidade de representação única* do cooperativismo nacional. Esta lei, que substituiu as legislações anteriores, tem sido considerada até os dias atuais, apesar de a Constituição de 1988 ter-lhe amputado privilégios, como a proteção estatal.

Assim, na década de 1970, o Conselho Nacional do Cooperativismo regulamentou diversas questões relativas ao setor através de resoluções, tais como critérios de funcionamento, administração e operações com não associados.

No início da década de 1980, iniciaram-se os esforços pela recuperação das cooperativas de crédito, com a criação da Cooperativa Central de Crédito Rural do Rio Grande do Sul Ltda. (COCECRER), originária de nove cooperativas de crédito remanescentes, modelo Raiffeisen. Em 1982, numa iniciativa da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR), juntamente com o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) e Emater, foram aprovadas as diretrizes para constituição e funcionamento das cooperativas de crédito no Paraná.

As conquistas obtidas na década de 1980, com a unificação do sistema, através da OCB, e o seu fortalecimento legal e institucional, foram tão impactantes quanto a crise que se deflagra a partir de 1988. Os sucessivos insucessos dos planos e pacotes econômicos inviabilizaram o sistema produtivo nacional, fazendo com que o cooperativismo novamente se enfraquecesse e a autogestão sem a interferência estatal, proposta pela nova constituição, não pôde ser desfrutada. O cooperativismo, ainda carente de cooperativas de crédito que pudessem captar e reinvestir os recursos e no próprio sistema, dependia de captação de recursos do sistema bancário, sujeitando-se aos altos juros. Somados à recessão, incluem-se os problemas de ordem política, como o *empeachment* de Fernando Collor de Melo e indefinições do governo Itamar Franco, que, em apenas um ano (1993-1994), trocou

nove vezes o titular do Ministério da Agricultura. Toda essa situação resultou em entraves burocráticos e dificuldades de expansão e recuperação do sistema cooperativo, exigindo grande esforço na racionalização de custos e aumento da eficiência/eficácia das cooperativas para que pudessem enfrentar a conjuntura econômica recessiva. Em 1993 o movimento sofreu um forte abalo com a grave crise e posterior encerramento das atividades da Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC), considerada uma potência econômica.

Além disso, o cooperativismo internacional passava por uma crise de identidade, uma vez que não conseguia ocupar o vazio deixado pela derrocada do socialismo e pela inércia social do capitalismo guiado pelas leis de mercado. A cooperativa se depara com o dilema entre a empresa capitalista que poderia vir a se tornar e os princípios rochdaleanos aprovados pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI) que deveria cumprir.

A partir da segunda metade da década de 1990, o cooperativismo de crédito ganhou força com a criação do Banco Cooperativo Sicredi S.A (BANSICREDI) e autorização de acesso a produtos e serviços bancários pelo Conselho Monetário Nacional. Em 1997 foi autorizada, também, a criação do Banco Cooperativo do Brasil (BANCOOB). Em 1999, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP).

Em 2002, o cooperativismo ganhou ainda maior dinamismo, com a Resolução n.º 3.058/02 do Banco Central do Brasil, que abre a possibilidade de formação de cooperativas de pequenos empresários, microempresários responsáveis por negócios de natureza comercial, industrial, de prestação de serviços, cuja receita bruta anual fosse igual ou menor do que o limite estabelecido pela legislação em vigor para as pequenas empresas.

Foi também a partir de 2003 que a OCB perdeu a “representação única” do cooperativismo brasileiro, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que passou a orientar as cooperativas do Sistema de Economia Solidária (ECOSOL) e outros movimentos paralelos, que já recusavam a liderança

da OCB (PINHO, 2004, p. 61).

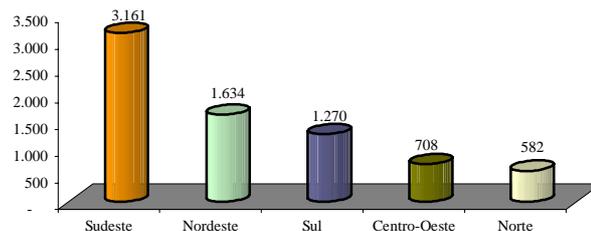
2.2.3 O cooperativismo e a participação na economia nacional

Os números do cooperativismo brasileiro, divulgados pela OCB (2005), revelam a importância do cooperativismo para a economia brasileira. De acordo com a publicação, em dezembro de 2003, 6% do PIB brasileiro era gerado pelo sistema cooperativista. Nesse mesmo ano existiam no Brasil 7.355 cooperativas, com registro na OCB, fora as não registradas, uma vez que “depois da Constituição de 1988, as cooperativas não estão mais obrigadas a registros” (RODRIGUES, 2000).

As cooperativas de trabalho são as mais numerosas, com 2.024 unidades, seguidas das agropecuárias, com 1.519. Quanto ao número de associados e funcionários, utilizando as mesmas informações da OCB, base 2003, chegou-se ao número de 5.762.718 e 182.026, respectivamente. De acordo com Rodrigues (2000), tomando-se a família média de 4 indivíduos, entre associados e funcionários, chega-se ao número de 23,7 milhões de pessoas envolvidas com o cooperativismo, ou seja, aproximadamente 13% da população brasileira.

Com relação à localização das cooperativas, a Região Sudeste destaca-se com o maior número. A Região Sul ocupa o terceiro lugar em quantidade de cooperativas.

Gráfico 2 - Cooperativas do Brasil, por região



Fonte: OCB (2005)

2.2.4 O cooperativismo agropecuário brasileiro

Apesar de as cooperativas de consumo terem representado a gênese do movimento cooperativista, o cooperativismo agropecuário vem experimentando um importante crescimento e tem se destacado em todo o mundo. Apesar de essa modalidade ter como objetivo inicial a produção de alimentos (por isso é chamado de cooperativismo agropecuário), nos últimos anos tem se dedicado, também, por meio de suas cooperativas, à industrialização da produção, com o fito de agregar valor à produção dos seus associados. Destarte, agregou mais uma atividade ao leque de serviços prestados aos associados, que vão desde a assistência técnica, comercialização, armazenamento, assistência social e educacional.

As informações da OCB (2005) sobre as cooperativas agropecuárias evidenciam a participação desse segmento no cooperativismo e na economia nacional. A tabela demonstra como está configurado o segmento agropecuário em termos quantitativos.

Tabela 7 - Números do cooperativismo agropecuário brasileiro – dezembro 2003

Número de cooperativas em atividade	1.519
Número total de agricultores associados	940.482
Número de empregos diretos nas cooperativas	110.910
Número total de pessoas diretamente vinculadas às cooperativas	1.051.392
Número total de pessoas indiretamente vinculadas às cooperativas (1)	4.205.568
<u>Número total de Cooperados, familiares e agregados</u>	<u>5.256.960</u>

Fonte: OCB (2005)

NOTA: (1) Rodrigues (2000), tomando-se a família média de 4 indivíduos.

Ainda complementam as informações acerca desse ramo do cooperativismo, os percentuais de participação do cooperativismo na agricultura brasileira, conforme a tabela:

Tabela 8 - Participação das cooperativas na produção agrícola brasileira – dezembro 2003

PRODUTO	(%)
Trigo	62,19
Cevada	44,19
Aveia	39,21
Leite	39,70
Algodão	38,91
Suínos	31,52
Soja	29,40
Café	27,97
Alho	22,47
Uva	19,17
Milho	16,68
Arroz	11,36
Feijão	11,18

Fonte: OCB (2005)

Em termos de armazenagem da produção agrícola brasileira, as cooperativas também apresentam uma participação importante:

Tabela 9 - Participação das cooperativas na armazenagem dos produtos agrícolas – dezembro 2003

DISCRIMINAÇÃO	BRASIL	COOPERATIVAS	
	(Milhões toneladas)	(Milhões toneladas)	(%)
Capacidade Estática (em milhões de toneladas)	89,5	21,2	23,60
A Granel	63,8	16,3	25,50
Ensacados	25,7	4,8	18,70
Unidades Armazenadoras (n.º Total)	13 911	2 568	18,40
A Granel	6 267	1 192	19,00
Ensacados	7 486	1 376	18,40

Fonte: OCB (2005)

A questão da disponibilidade de estruturas de armazenagem representa uma alternativa, especialmente para os pequenos produtores, que podem estocar o produto por ocasião da safra e vendê-lo, ou ainda, caso tenham capital de giro ou linha de crédito para comercialização, deixar a produção armazenada na cooperativa e aguardar melhores preços.

2.3 O cooperativismo agropecuário no Paraná

2.3.1 Perspectiva histórica

Importante se faz referenciar, inicialmente, a constituição básica da estrutura produtiva econômica do Estado do Paraná desde os seus principais momentos.

A estrutura agrária do Estado do Paraná não foge das peculiaridades dos outros Estados da Região Sul. O que torna o Paraná singular diante dos demais Estados brasileiros é o fato de ter sido colonizado por imigrantes alemães, italianos e eslavos, com base numa estrutura fundiária predominantemente formada por pequenas e médias propriedades e, mais intensamente, num período de integração das fronteiras agrícolas às demandas do mercado. Essas particularidades foram importantes no processo de modernização da agricultura paranaense, bem como no papel desempenhado pelas cooperativas agropecuárias (ROCHA, 1999, p. 50).

A economia paranaense, inicialmente impulsionada pela cafeicultura, que se concentrou mais intensamente na Região Norte, experimentou importante crescimento com a entrada do setor agroindustrial, a partir da década de 1970. A agroindústria representou uma forma de agregar valor à produção agrícola e de tornar o setor mais estável diante das variáveis clima e mercado.

O cooperativismo paranaense compreendeu, segundo Rocha (1999, p. 51), três momentos distintos na sua consolidação:

Primeiramente, até 1930, a estruturação das colônias constituiu-se no fator básico para o desenvolvimento do cooperativismo. As comunidades e associações formaram um ambiente propício para o cooperativismo. Criaram-se, assim, condições que poderiam ser

qualificadas como um ambiente *pré-cooperativista*. Um dos primeiros movimentos que caracterizaram efetiva cooperação deu-se com a chegada, em 1829, do primeiro grupo de 248 imigrantes alemães que fundou, em base a relações associativas e de cooperação, a Colônia Rio Negro. Outro exemplo de colônia é a Muricy, em 1912, e que mais tarde transformou-se na Cooperativa Mista Agropecuária São José Ltda. Da mesma forma é importante registrar a chegada em Carambeí, no ano de 1911, de 450 holandeses que fundaram o que hoje é uma das mais prósperas colônias de imigrantes. Eles constituíram, no ano de 1925, a Sociedade Cooperativa Hollandesa de Laticínios Batavo, existente até hoje (SESCOOP, 2005).

O segundo momento pode ser inscrito no período que vai de 1930 a 1970 com o surgimento das organizações cooperativas, apesar de os associados ainda estarem circunscritos às colônias. Os principais produtos em torno dos quais se constituíram as sociedades cooperativas eram: café, leite e erva-mate. As cooperativas ligadas ao mate foram as pioneiras no Estado, sendo responsáveis pela criação da Federação das Cooperativas de Mate do Paraná (AGROMATE), composta por 14 cooperativas e mais de 10 mil associados, em 1946 (ROCHA, 1999, p. 51). Entre os anos 1930 e 1940, o Paraná contou com 40 cooperativas de mate, cultura que marcou história até o declínio do setor ervateiro, quando então a AGROMATE transformou-se em Rural Sul, para tentar sobreviver através da diversificação de atividades.

Uma passagem importante do cooperativismo paranaense ocorreu na década de 1960, quando o Instituto Brasileiro do Café (IBC) incentivou a criação das cooperativas de cafeicultores, como forma de superação das dificuldades do setor. No ano de 1964 o Paraná tinha 33 cooperativas de café, algumas das quais desapareceram por causa do declínio da produção (SESCOOP, 2005).

O terceiro momento acontece a partir de 1970, quando o cooperativismo agropecuário paranaense começou a tornar-se expressivo, especialmente auxiliado por alguns

órgãos como: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Associação de Crédito e Assistência ao Cooperativismo do Paraná (ACARPA), Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR), Banco do Brasil e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). Estes órgãos se reuniram para a formulação de projetos para o fortalecimento do cooperativismo.

O objetivo de tais projetos foi rediscutir a forma de atuação das cooperativas, uma vez que alguns municípios tinham mais de uma cooperativa operando em concorrência, o que as enfraquecia, enquanto outros municípios não tinham nenhuma. Os projetos aconteceram em três etapas, abrangendo as diferentes regiões do Estado. O Projeto Iguaçu de Cooperativismo (PIC), criado em 1971, contemplou a reorganização do sistema no Oeste e Sudoeste. Já o Projeto Norte de Cooperativismo (NORCOOP), implantado em 1974, incumbiu-se da reorganização das cooperativas da Região Norte do Estado, e o Projeto Sul de Cooperativismo (SULCOOP), iniciado em 1976, reorganizou as cooperativas da Região Centro-Sul. A OCEPAR nasceu no decorrer do primeiro projeto, no ano de 1971, o que veio a dar forte apoio à execução dos referidos projetos (SESCOOP, 2005).

Os projetos, que cobriram todo o estado, possibilitaram uma aproximação mais efetiva entre produtores e cooperativa, e destas entre si, via organização de comitês educativos e integração horizontal e vertical, despertando o cooperativismo para o espírito empresarial. Essa integração propiciou uma participação mais efetiva das cooperativas na atividade econômica, em função da agregação dos interesses dos produtores para a economia de mercado, o que levou as cooperativas à montagem da infra-estrutura básica para o atendimento das produções, de fundamental importância para o início da integração e, como consequência, da agroindustrialização.

Isto significa dizer que, a partir da organização da produção agrícola, as cooperativas agropecuárias passaram a preocupar-se com a montagem do complexo

agroindustrial, não se conformando com as condições de meros repassadores de matéria-prima às indústrias.

Em 1980, o Paraná já contava com 69 cooperativas do segmento agropecuário, com aproximadamente 107.000 associados, ou seja, 24% dos produtores do Estado (ROCHA, 1999). Isso foi possível especialmente devido ao apoio público, via crédito rural subsidiado. O grande objetivo era modernizar a agricultura brasileira, e as cooperativas foram consideradas instrumentos fundamentais para esse projeto, com o fortalecimento de suas atividades no setor de armazenagem, repasse de crédito e outros serviços já oferecidos, organizando-se para o ingresso no processo de industrialização.

Contudo, o objetivo da inserção das cooperativas no processo industrial não foi totalmente atingido, já que as cooperativas ainda estavam por demais dependentes em relação ao Estado, e, especialmente, a partir de 1981, experimentaram problemas com a restrição dos créditos oficiais. “Apesar do processo de industrialização diversificada produzir resultados positivos nas sobras, as cooperativas não conseguem superar o problema do endividamento” (ROCHA, 1999, p. 55). Destarte, foi a partir do final década de 1980 e início da década de 1990 que algumas cooperativas puderam, aos poucos, e com o retorno de algumas linhas de crédito, ingressar no processo de agroindustrialização.

Na Região Oeste, destacaram-se: COOPAVEL, COPACOL (que já havia iniciado a industrialização na década de 1970), COOPAVEL E COTREFAL (atual LAR).

Um aspecto importante nesse contexto e que alavancou ainda mais o processo de industrialização foi a aprovação, pelo governo federal, do Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (RECOOP), que foi apresentado como instrumento de inserção do cooperativismo no processo competitivo globalizado e de racionalização de estruturas com ganhos de escala, através do alongamento das dívidas das cooperativas e dos seus associados, além da injeção de recursos para novos investimentos e

para capital de giro. O Programa foi lançado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, através da Medida Provisória 1.715/98 de 03/09/98 (2.168-38 - última reedição) e foi regulamentado pelo Decreto Federal n.º 2.936/99 de 11/01/99.

O IPARDES (1986, p. 8) em sua análise conjuntural do setor agrícola paranaense, destaca a importância do cooperativismo para o processo de modernização da agricultura no Estado do Paraná. No informativo, pode-se observar que “a agricultura no Paraná é moderna também porque apresenta forma de organização da produção mais avançada, como é o caso da cooperativa. Esta aparece visando a defesa da agricultura em suas relações com o comércio e a indústria”.

Atualmente, o cooperativismo agropecuário responde por cerca de 55% (cinquenta e cinco por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) da agricultura paranaense. Atua intensamente em todo o processo de produção, beneficiamento e industrialização, fazendo com que o associado seja um agente ativo na participação do mercado interno e externo, como também nas ações sociais de comunidade, atendendo principalmente os pequenos e médios produtores (SESCOOP, 2001).

3 A CARACTERIZAÇÃO ESPAÇO-PRODUTIVA DA PEQUENA PROPRIEDADE E A ORGANIZAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS

A presente seção trata da caracterização espaço-produtiva da pequena propriedade e a organização dos pequenos produtores rurais para viabilizar a sua produção. Busca entender, com isso, o processo de inserção e de desenvolvimento da pequena propriedade no contexto econômico brasileiro, sul-brasileiro e, particularmente, as características da colonização do Oeste do Paraná a partir da pequena propriedade. Pretende-se discutir, também, a origem e a organização produtiva da Cooperativa Agroindustrial Lar, em base aos princípios do social-catolicismo. Com um breve histórico objetiva-se caracterizar a evolução, as principais realizações e mudanças que demarcaram o perfil econômico da cooperativa, especialmente no que tange ao seu processo de agroindustrialização, que conjugou a produção do quadro social com as necessidades e oportunidades de inserção no mercado.

3.1 O Conceito de Pequena Propriedade

A Constituição Federal, no artigo 185, estabelece, de forma imperativa e específica, que as propriedades com mais de quinze módulos fiscais¹⁹ seriam consideradas grandes propriedades, e, portanto, estariam suscetíveis aos efeitos da desapropriação para fins de reforma agrária. Não esclarece, no entanto, quais os limites para as pequenas e médias

¹⁹ O Estatuto da Terra, Lei Federal n.º 4504/64 (BRASIL, 2005), em seu artigo 50, parágrafo 2º, definiu que o módulo fiscal de cada município, expresso em hectares, é determinado levando-se em conta: o tipo de exploração predominante no município; a renda obtida no tipo de exploração predominante; outras explorações existentes no Município que, embora não-predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; e o conceito de “propriedade familiar”, ou seja, o “imóvel rural que, direta e pessoalmente, explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com ajuda de terceiros” (Lei Federal n.º 4504/64, art. 4, item 2).

propriedades. A Lei Federal n.º 8.629/93, também chamada “Lei Agrária”, veio a regulamentar esse artigo da Constituição Federal, definindo a pequena propriedade como sendo a área compreendida entre um e quatro módulos fiscais (Art. 4º, item II) e média propriedade o imóvel rural de área superior a quatro e até quinze módulos fiscais (Art. 4º, item III) (BRASIL, 2005a). O módulo fiscal, então, passou a ser o fator para o cálculo da pequena e média propriedade.

A referida lei reafirma o princípio da função social da terra e introduz o conceito de Módulo Fiscal, correspondente ao módulo rural médio por município. Essa unidade de medida varia de tamanho segundo a região: o menor módulo fiscal do país apresenta 5 hectares e o maior chega a 110 hectares. Assim, uma propriedade com menos de 1 módulo fiscal pode ser referida como uma minipropriedade ou um minifúndio.

Segundo informações da Secretaria Estadual da Agricultura, nos municípios da área de ação da Cooperativa Agroindustrial Lar o módulo fiscal é de 18 hectares, ou seja, segundo a legislação, são classificadas como pequenas propriedades aquelas que possuem até 72 hectares de área.

Com efeito, a pequena propriedade aqui estudada, além da delimitação de área, é aquela em que está presente a chamada agricultura familiar, ou seja, “aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” (WANDERLEY, 1996, p. 3), onde “os membros estão relacionados por parentesco ou casamento” (ABRAMOVAY, 1998, p. 166), e a principal fonte de renda advém das atividades e culturas desenvolvidas na pequena propriedade. Alencar & Moura Filho (1988, p. 25-29) também afirmam que a unidade familiar de produção caracteriza-se, normalmente, pelo baixo nível de capital de exploração, pela produção através da força do trabalho familiar, pela pequena escala de produção, pelo limitado módulo rural, produção diversificada e com pouca geração de excedente.

Não obstante, importante se faz considerar que, para efeito desse estudo, não se pretende limitar o conceito de pequena propriedade ou agricultura familiar aos conceitos de agricultura camponesa, campesinato ou unidade econômica campesina, especialmente tratados por Chayanov (1974), em sua clássica obra *La organización de la unidad económica campesina*, uma vez que existe uma diferenciação conceitual acerca desses termos.

A questão em Chayanov está centrada no consumo dos membros da família, revelando outro conteúdo no trabalho camponês: um trabalho que serve às demandas necessárias à manutenção da família e não à produção de valor. A expansão dos cultivos, por exemplo, está pautada no número de trabalhadores e sua necessidade de consumo. Dessa forma, a renda baseada no lucro médio poderia ser renunciada pelos camponeses, que sobreviveriam para atender suas necessidades de consumo e não para garantir renda compatível com a taxa de lucro médio. (FABRINI, 2002, p. 79)

Assim, o conceito abordado nesse estudo tem sentido quando se trata da agricultura familiar não limitada à particularidade da exclusividade do consumo interno, mas da necessidade de geração de excedentes para a própria manutenção da unidade produtiva. Abramovay²⁰ (1998, apud Silva, 1999, p. 2) já alertava para a importância dessa distinção, afirmando que:

É preciso demarcar uma distinção: não se pode confundir produção camponesa com produção familiar. Se é verdade que a produção camponesa é familiar, nem toda produção familiar é camponesa. O sistema produtivo camponês tem um funcionamento bastante particularizado, equilibrando numa delicada relação produção e consumo, onde não há lugar para categorias econômicas tradicionais como lucro ou salário, pois o objetivo perseguido é o valor de uso e não o valor de troca.

Destarte, os agricultores familiares abordados nesse trabalho, além de buscarem a satisfação de suas necessidades básicas de consumo, buscam também excedentes de renda que lhes possam proporcionar níveis maiores de segurança econômica, para a manutenção da própria unidade, ampliação da produção e reserva de valor, via aquisições de

²⁰ ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 2 ed. Editora Hucitec, ANPOCS, Editora da UNICAMP. São Paulo, Campinas, 1998.

novos imóveis, e ainda como forma de buscar uma evolução no seu padrão de necessidades.

O conceito de Blum (1999, p. 62) aproxima-se aos objetivos desse estudo e à realidade atual da pequena propriedade brasileira e, sobretudo, da região em estudo, quando diz que:

O agricultor familiar é todo aquele que tem na agricultura sua principal fonte de renda (+80%) e cuja força-de-trabalho utilizada no estabelecimento venha fundamentalmente de membros da família. É permitido o emprego de terceiros temporariamente, quando a atividade agrícola assim necessitar. Em caso de contratação de força-de-trabalho permanente externa à família, a mão-de-obra familiar deve ser igual a 75% do total utilizado no estabelecimento.

Por fim, para efeito de padronização de terminologia, no decorrer do trabalho utiliza-se, também, o conceito de *pequeno produtor*, entendido como aquele agricultor que trabalha e produz na pequena propriedade, não se considerando, para tanto, qualquer outro tipo de classificação por renda, atividade ou nível de produtividade oriundo da pequena propriedade.

3.2 A produção do espaço agrícola – fundamentos sociológicos e históricos

Desde o início do seu povoamento, o Brasil desenvolveu sua estrutura fundiária sob a égide do capitalismo comercial, resultando no latifúndio como prerrogativa para a produção em escala dos produtos exigidos pelo mercado europeu (PRADO JÚNIOR, 1970). Contudo, a situação engendrada, calcada no latifúndio escravocrata, começou a dar sinais de insustentação mormente em função do declínio da mão-de-obra escrava. As lavouras, especialmente de café, iniciaram um processo de modernização, exigindo maior especialidade e criatividade da mão-de-obra, o que não podia ser esperado da mão-de-obra escrava (GREGORY, 2002, p. 22). Além disso, a implementação da pequena propriedade trazia em seu bojo a necessidade da produção de alimentos para a sociedade latifundiária e

para a população urbana que estava crescendo, já que a produção, nos latifúndios, baseava-se em monoculturas destinadas principalmente ao mercado de exportação, especialmente a cana-de-açúcar e, como atividade subsidiária, o gado (PETRONE, 1984, p. 15). Isso se configurava quase que num exclusivismo produtivo, que começou a preocupar, conseqüentemente, os mecanismos estatais, dada uma possível dificuldade na produção de alimentos. Assim, a pequena propriedade foi planejada com o pensamento de que:

Devia desenvolver-se ao lado da grande propriedade, ser subsidiária desta e não concorrer com ela no mercado. A pequena propriedade devia ocupar espaços vazios, promovendo a valorização fundiária, e criar condições para o aparecimento de uma camada social intermediária entre latifundiário e escravo, camada essa que pudesse ao mesmo tempo ser mercado consumidor, oferecer braços no mercado de trabalho e diversificar a economia com a produção de gêneros para os quais a grande propriedade não se prestava (PETRONE, 1984, p. 17).

A idéia era a criação de uma sociedade intermediária entre a dos senhores e a escrava, com formas econômicas alternativas, na esperança de que mudanças estruturais pudessem ocorrer no país.

Como a intenção inicial da estruturação das pequenas propriedades, com mão-de-obra familiar, era a de abastecimento de alimentos, manufaturas, e também da ocupação e valorização de espaços vazios ou ociosos, um grande contingente de imigrantes europeus foi destinado aos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Espírito Santo. Segundo Schallenberger (2001), a destinação dos imigrantes aos Estados do Sul atendia, também, a uma necessidade de vigilância de fronteiras, uma vez que as regiões mais povoadas até a segunda metade do século XIX não eram as que faziam divisas com outros países.

Em sua constituição fundiária, cada propriedade apresentava, em geral, lotes de 20 a 30 hectares, embora alguns núcleos coloniais apresentassem lotes maiores, de 50 ou 70 hectares (PETRONE, 1984, p. 59).

A necessidade de solidariedade acontecia imediatamente à entrada dos colonos nesses locais despovoados, especialmente quando da fixação e instalação da infraestrutura básica para o início das atividades agrícolas. No entanto, apesar dessas situações de dificuldades terem sido, em parte, as desencadeadoras do cooperativismo na Região Sul, o que efetivamente motivou os pequenos produtores a buscarem o associativismo foi, além da necessidade de constituição de espaços públicos e da assistência social, a necessidade de crédito para a aquisição e estruturação das pequenas propriedades rurais, tendo em vista o abastecimento da família e do mercado local. Para Amstad (1981), a questão do crédito era vital para o pequeno agricultor, uma vez que só por meio dele teria condições de promover avanços e inovações na propriedade e na produção. Além disso, alguns pequenos proprietários, experimentando um bom desempenho econômico, vislumbravam a possibilidade da aquisição de parcelas maiores de terra, seja para o aumento da escala de produção ou como reserva, para os casos de divisão entre os membros da família. Destarte, a expansão por que passava a pequena propriedade exigia recursos financeiros, ainda escassos nessas regiões incipientes.

Esse processo teve início no Rio Grande do Sul, sob a liderança de Theodor Amstad, que fundou a primeira cooperativa de crédito no Brasil, no modelo Raiffeisen, já referida na seção precedente.

No oeste paranaense, a forma de construção do espaço agrícola foi marcada e influenciada fortemente pelas culturas teuto e ítalo-brasileiras, com a fixação de migrantes oriundos, em sua maioria, dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

A razão maior da saída dos colonos dos Estados sulinos foi a situação agrária, que prejudicava a continuidade da pequena propriedade, uma vez que o tamanho médio dos lotes era de 20 a 30 hectares (PETRONE, 1984, p. 59). As terras eram suficientes para o sustento de apenas uma família, que, com o aumento do número de membros, acabava

por assumir um problema, especialmente no momento da partilha da terra. “A solução para os descendentes de imigrantes, que fossem constituir família ou que não fossem herdeiros da propriedade, era estabelecer-se em frentes pioneiras” (PETRONE, 1984, p. 77). Foi assim, por essa razão maior, aliada a outros fatores de ordem pública, como a intenção de integrar as fronteiras agrícolas do oeste Paraná pela sua importância à segurança nacional e em vista do aumento da produção nacional, que se iniciaram as frentes de colonização. Sobre a colonização dessa região, Schallenberger & Colognese (1993) contribuem:

De formação social recente, o Oeste do Paraná recebeu seus maiores contingentes populacionais a partir das frentes de colonização vindas do Sul, notadamente dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Oriundos de um espaço estruturado em cima da pequena propriedade e organizado a partir de comunidades étnicas bem coesas, os colonos advindos do Sul vieram em busca de novas fronteiras agrícolas, uma vez que estas haviam se esgotado no seu hábitat de origem.

Da mesma forma que nas terras de origem, as terras no Paraná eram divididas em lotes de 25 hectares, sendo, geralmente 250 metros de frente por 1000 metros de fundo, para possibilitar o acesso fácil às estradas e à água. Isto fazia, também, com que as instalações das propriedades ficassem paralelas umas das outras, possibilitando um contato maior entre os vizinhos.

Essa característica, aliada às tradições e formas de organização comunitária trazidas pelos migrantes, foi capaz de imprimir um sentido particular ao processo de formação do espaço agrícola da região. “A colonização ocorrida fez com que, de forma geral, o Oeste do Paraná tivesse uma certa identidade cultural e histórica, isto é, a população da região seria muito semelhante na origem e na cultura, nos seus interesses e nas suas perspectivas” (GREGORY, 2002, p. 102). Além da proximidade e das relações de vizinhança estabelecidas, esta identidade pode ser creditada à forma de colonização da região – pautada nos modelos ensaiados no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina – inspirada nos princípios do social-

catolicismo, e na predominância dos migrantes de origem étnica alemã ou italiana. Numa pesquisa feita por Klauck (2004, p. 54), levantou-se, através de uma lista nominativa dos associados da Cooperativa Mista Agrícola SIPAL Ltda., em abril de 1968, que, dos 118 agricultores associados até aquela data, 113 possuíam sobrenomes ligados à origem alemã. Com relação aos outros 5 restantes, 3 falavam ou entendiam alemão.

Apesar de parte da população apresentar algumas diferenças quanto às regiões de origem, no contexto em construção prevaleceram as semelhanças culturais e de organização e vivência comunitária.

Faz-se prudente enfatizar que a doutrina social da Igreja, representada pelos ideais comunitários, foi o pano de fundo para a formação do espaço social do Oeste do Paraná, o que redundou numa especial contribuição para o surgimento das cooperativas dessa região. Especialmente na Colonizadora Gleba dos Bispos, “foram utilizados princípios doutrinários, pautados na encíclica *Mater et Magistra*” (KLAUCK, 2004), de João XXIII, que abordava questões sociais relacionadas ao direito de propriedade, valorização da agricultura, remuneração do trabalho, progresso econômico, dentre outras.

Esse tipo de organização social voltada para a valorização da fraternidade e da cooperação torna-se evidente quando, depois de vencidas as primeiras dificuldades, os colonos encontravam no associativismo as formas para garantir a vinda do padre ou do pastor, do professor e do médico. Com o passar do tempo, construíam a igreja, a escola.

Os pequenos produtores, portanto, “associavam-se para manter uma vida religiosa, associavam-se para ter uma escola para os filhos [...]. Resolviam as questões relacionadas com religião e educação por conta própria, sem onerar o Estado. Em trabalhos de mutirão, escolas, igrejas e hospitais foram construídos, da mesma maneira como construíram e conservaram as estradas” (PETRONE, 1984, p. 75). Assim como na colonização européia ocorrida no século XIX, mormente no Rio Grande do Sul, as vilas que foram se formando

com a colonização na região oeste obedeceram, em linhas gerais, às mesmas características da primeira imigração, sendo planejadas de forma compacta e central em relação aos lotes, centralizando-se os negócios e evitando-se dispêndio de tempo para as compras. Isto porque o modelo empregado pelas colonizadoras era o do assentamento disperso e não o aglomerado, ou seja, as instalações (residência, galpões, estábulos, pocilgas) eram dispostas no interior das propriedades, sendo que cada propriedade dispunha das suas próprias instalações. “Os colonos não concentravam suas moradias num local específico; residiam no próprio lote” (SEYFERTH, 1990, p. 22). Isto fazia com que os serviços públicos fossem deficitários, motivando os próprios colonos a unirem-se em torno da superação dessas dificuldades.

Nesse tipo de assentamento, destaca-se ainda mais o caráter familiar da agricultura praticada na pequena propriedade, já que a família, tendo o pai como chefe, era a unidade produtiva fundamental. Assim, a família toda era envolvida nas atividades agropecuárias. Todos tinham atividades, como cuidar da criação, fazer pasto, tirar leite, cuidar das galinhas, recolher os ovos, dentre outras. Na propriedade eram cultivados diversos cereais e leguminosos, hortas eram implantadas, além da criação de suínos, bovinos e aves, atividades que exigiam a presença constante da família (GREGORY, 2002). Para Seyferth (1990, p. 24), a pequena propriedade policultora, cujo trabalho agrícola é realizado pelos membros da família, constitui peça fundamental para o desenvolvimento, tanto no período pioneiro da colonização como nos dias de hoje.

No extremo Oeste do Paraná, na chamada “Gleba dos Bispos”, atual cidade de Missal, a inserção do cooperativismo se deu, além das necessidades de organização inicial do processo de colonização igualmente vivenciadas, em função das demandas de tecnologia e da necessidade vislumbrada pelos pequenos produtores de unirem-se em torno do objetivo de fazer valorizar o produto do seu trabalho: a produção. A nova dinâmica econômica, com a produção voltada para a exportação, exigia um aparato que isoladamente era tido como

impossível, em função dos custos e das dificuldades de acesso a essas técnicas.

À época não se apresentavam muitas alternativas ao pequeno produtor. As políticas públicas, quando existiam, não traziam soluções para a pequena agricultura e, diante da necessidade de inserção de seus produtos no mercado competitivo e seletivo, o cooperativismo se apresentou como uma forma de superação desses limites.

Os pequenos produtores, segundo Bourdieu (2000, p. 102), “ao contrário do operário que leva ao mercado sua força de trabalho, eles vendem produtos”, colhidos em sua propriedade. Isso é particularmente importante na medida em que se pode, através dessa passagem, resgatar a importância econômica dada pelo pequeno produtor, não como um fim, mas como um meio de manter a sua propriedade, pois é dela que retira o seu “salário”, sob a forma de produtos, que consome e comercializa no mercado.

3.3 A participação do cooperativismo no contexto da colonização agrícola do Oeste do Paraná

A gênese da fundação das cooperativas da Região Oeste do Paraná está inserida no contexto histórico da colonização da região, histórico iniciado a partir da chamada “Marcha para o Oeste”, implementada por Getúlio Vargas, a partir de 1930, como parte de um plano de ações colonizatórias de ocupação de fronteiras agrícolas brasileiras. Segundo Colodel (2003), o interesse do governo em povoar e “nacionalizar” essa região deu-se a partir de relatos de indignação dos militares revolucionários da Coluna Prestes e repórteres que os acompanhavam, que por aí passaram durante os anos de 1924-25 e que perceberam que estas fronteiras encontravam-se tomadas pelos *obrageros* platinos. Sobre a efetiva população do Oeste do Paraná, “nada mais havia do que um arremedo de povoamento” (COLODEL, 2003). Destarte, o governo federal encaminhou Zeno Zilva e uma comissão para avaliar de perto a

situação da fronteira oeste paranaense, cujo relatório responsabilizava o Paraná pelo histórico abandono da região e propunha que a mesma fosse nacionalizada pelo Governo Federal (WACHOWICZ, 1987). A partir desse relatório surgiu a idéia da criação de um Território Federal, abrangendo áreas do Oeste paranaense e catarinense, essas últimas terras ganhas por Santa Catarina, em 1916, quando da solução da questão do Contestado.

Contudo, o governo do Paraná, num processo de reação ao desmembramento, emitiu o Decreto Estadual nº 300, pelo qual imensas extensões de terras, anteriormente concedidas e tituladas a grupos econômicos nacionais e estrangeiros, foram retomadas ao patrimônio público do Estado. Com o decreto, voltava à posse do Estado um total de 1.700.000 hectares, além dos 2.300.000 hectares recuperados por ocasião da Revolução de 1930 (COLODEL, 2003, p. 40). O decreto abriu as portas para o povoamento, com levas migratórias vindas especialmente do Rio Grande do Sul.

Estando à testa do governo revolucionário, Getúlio Vargas não ficou insensível aos apelos dos seus conterrâneos gaúchos. Os reclames vinham de longe e os maiores eram por novas porções de terras que pudessem acomodar o excedente populacional que vinha se formando nas pequenas propriedades rurais estabelecidas pelo interior do Rio Grande do Sul. A expansão da fronteira agrícola gaúcha havia se detido na divisa com Santa Catarina e não encontrava mais espaços vazios para ampliar seus horizontes (COLODEL, 2003, p. 40).

Sob a égide de nacionalização da fronteira, Getúlio Vargas desejava criar dois Territórios Federais, o Território de Ponta Porã e o Território do Iguaçu, o que os retiraria do controle dos Estados e abriria caminho para as companhias colonizadoras, especialmente as gaúchas, a quem Getúlio desejava ajudar.

Entretanto, ao assumir como ditador no chamado Estado Novo e receoso de se indispor com o governo paranaense, Getúlio acabou não criando os territórios imediatamente, mas inseriu o Artigo 165 na Constituição Federal, que criava uma faixa de fronteira de 150 quilômetros de largura, onde se inseria o oeste paranaense, proibindo os

governos estaduais de efetuarem qualquer tipo de investimentos ou colonização sem prévia autorização Federal. A criação do Território Federal do Iguaçu se concretizou em 13 de setembro de 1943 e foi extinto por uma emenda inserida na Constituição de 1946 (COLODEL, 2003).

O governo paranaense, neste ínterim, já iniciava, a partir de 1939, o processo de colonização nas terras devolutas e adquiridas por devolução, nas despovoadas e de antigas concessões, fundando, às margens do Rio Piquiri, as Colônias Piquiri, Cantu, Goio-Bang e Goio-Erê e, à margem direita do Ivaí, as Colônias Manuel Ribas, Muquidão e Mourão. Os lotes agrícolas mediam em média mais de 20 alqueires²¹, ou aproximadamente 50 hectares. (WESTPHALEN, 1968, p. 20).

A primeira frente de povoamento e colonização foi proveniente do chamado *Paraná Tradicional*, advinda dos Campos de Guarapuava, de colônias de imigrantes europeus estabelecidos no primeiro planalto e de Laranjeiras do Sul, dentre outros. Esse contingente populacional ocupou os territórios de Cascavel, Catanduvas, Guaraniaçu e Foz do Iguaçu.

O povoamento intensivo via colonizadoras particulares, mormente as gaúchas, teve seu marco a partir da década de 1940, com a diminuição da interferência estatal, e estendeu-se até a década de 1970, com a criação de diversos municípios na Região Oeste. Este movimento também é conhecido como a frente de povoamento sulista (COLODEL, 2003, p. 42).

A mais famosa das colonizadoras, a Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S.A. (MARIPÁ), estabeleceu-se em Toledo, em 1946, adquirindo a Fazenda Britânia, e vendeu, até 1951, 124 mil alqueires (ou aproximadamente 306.000 hectares).

Outras ainda tiveram importante destaque, como a Colonizadora Gaúcha

²¹ Alqueire paulista, que compreende a medida de 2,42 hectares.

Ltda. (São Miguel do Iguaçu); Industrial Agrícola Bento Gonçalves (Medianeira); Colonizadora Matelândia (Matelândia); Terras e Pinhais Ltda. (São Jorge – Foz do Iguaçu) e a Pinho e Terras Ltda. (Céu Azul), a maioria com participação da Colonizadora Maripá. Também destaca-se a Colonizadora Sociedade de Incremento à Propriedade Agrícola Ltda. (SIPAL), com a colonização da cidade de Missal (KLAUCK, 2004, p. 10).

A terceira frente de colonização foi formada por um fluxo populacional advindo dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e, também, de alguns Estados do Nordeste. Os migrantes que integraram esta frente atravessaram o Rio Piquiri e chegaram ao Oeste, após terem ocupado o Norte paranaense e perderam aí a motivação em função do declínio da economia cafeeira. Essa leva de migrantes é também conhecida como "frente de expansão do Paraná Velho" (WACHOWICZ, 1987, p. 166). Dessa frente tem-se a criação dos municípios de Guaíra, Terra Roxa, Palotina, Assis Chateaubriand, Formosa do Oeste, Nova Aurora, Vera Cruz do Oeste, Ouro Verde do Oeste, Cafelândia, Tupãssi, Corbélia, Braganey, dentre outros (COLODEL, 2003, p. 43).

A mecanização da agricultura, iniciada por volta de 1960 e intensificada nos anos 1970 com o plantio de soja e milho, e a inserção dos produtos agrícolas no mercado nacional, principalmente através da comercialização de suínos iniciada na década de 1960, fizeram com que a região se desenvolvesse e galgasse destaque em nível nacional.

A criação de suínos, tida como uma das principais fontes de renda da época, e o cultivo de cereais fizeram com que aflorasse o sentimento de união trazido pelos colonizadores sulistas no tocante a questões como comercialização e até industrialização da produção, dado que o Estado já passava pelo processo de desenvolvimento industrial e o mercado consumidor desses produtos desejava alimentos com certo grau de transformação. O colono "sofreu forte impacto com o processo de modernização agrícola. Ele abandonou a agricultura de subsistência e foi se tornando um produtor especializado, vinculado ao mercado

internacional da agroindústria” (GREGORY, 2002, p. 18). Ainda sobre essa questão: “A principal atividade agropecuária da época ainda era a suinocultura. Mas já havia sinais visíveis das transformações provocadas pela mecanização agrícola” (JORNAL COTREFAL SICREDI, 1999, p. 7).

Todo esse contexto suscitou, por volta de 1960, o início dos trabalhos de disseminação dos ideais cooperativistas na região, sob a égide da união entre pequenos para serem fortes, cujo lema fomentou o desenvolvimento de redes de associações e cooperativas em todo o Sul do Brasil no início do século XX (SCHALLENBERGER, 2001).

As motivações, os processos constituintes e o contexto em que surgiram emprestam grandes semelhanças às cooperativas da região.

A Cooperativa Agrícola Consolata - Copacol (Cafelândia) e a Cooperativa Agrícola Mista Vale do Piquiri - Coopervale (Palotina) foram as primeiras cooperativas a serem fundadas, no ano de 1963. Na seqüência a Cooperativa Agropecuária Três Fronteiras - Cotrefal (atual Cooperativa Agroindustrial Lar) em 1964, a Cooperativa Agropecuária Cascavel – Coopavel, Cooperativa Agropecuária Mista do Oeste do Paraná Ltda. – Coopagro, e a Cooperativa Agrícola Mista Rondon - Copagril (Marechal Cândido Rondon) em 1970 e, por último, a Cooperativa Central Agropecuária Sudoeste - Sudcoop (inicialmente em Francisco Beltrão e atualmente em Medianeira), em 1977.

Um importante condicionante para o desenvolvimento do cooperativismo no oeste foi a criação do Projeto Iguazu de Cooperativismo (PIC), em 1970, que deu origem às cooperativas fundadas após a criação desse órgão.

Destarte, numa evolução das características econômicas da região, as cooperativas visualizaram na soja, cultura que rapidamente se disseminou, a oportunidade da promoção de um intensivo progresso técnico incorporado à produção. Foi em torno da soja

que as cooperativas se estruturaram e formaram as suas agroindústrias para produção de óleo e farelo. A formação de um “complexo soja” regional, com a produção de insumo para a indústria de rações ao lado da produção de milho,

Criaram as bases para a produção e industrialização de carne de pequenos animais, atividades estruturalmente ligadas aos pequenos agricultores e que têm se constituído em importante suporte à sobrevivência da agricultura familiar. De 5.000 hectares em 1960, o cultivo da soja evoluiu para 172.000 em 1969. Em 1990 eram 679.749 ha cultivados, e em 2001 foram cultivados, com soja, 733.114 ha (IPARDES, 2003).

3.4 A Cooperativa Agroindustrial Lar

O espírito associativo presente no processo de colonização da região em estudo foi fortemente influenciado pelos preceitos de religiosidade e de cooperação, apregoados na doutrina do social-catolicismo. Contrários à política de reforma agrária, idealizada pelos segmentos da esquerda da Igreja Católica, os integrantes do segmento conservador preocuparam-se com as idéias que vinham sendo disseminadas em torno da possibilidade de uma reforma agrária igualitária, especialmente pregada por setores políticos afinados ao socialismo e o comunismo (KLAUCK, 2004). Entre esses conservadores de direita estava o Bispo D. Geraldo de Proença Sigaud, que defendia uma reforma agrária que não ferisse o direito à propriedade privada média e grande no Brasil; direitos esses que, aliados aos da família e do trabalho, traduziam-se em fontes de bem-estar e convivência em harmonia. Conflitos por posse igualitária não poderiam conviver com os ideais do espírito cristão. Uma reforma agrária tida como ideal seria aquela em que pudessem ser disponibilizadas terras devolutas aos pequenos produtores e que, com sua família, pudessem delas garantir a sua sobrevivência.

Assim, a partir de 1960 os governos de Bento Munhoz da Rocha (doação) e de Moisés Lupion (títulos) concederam, com o argumento acessório de colonizar e povoar o

território paranaense, às Dioceses de Londrina, Maringá, Jacarezinho, Palmas e Toledo uma área total de 5.000 alqueires paulistas, sendo 1.000 alqueires para cada diocese. As dioceses de Jacarezinho, Palmas e Toledo juntaram-se, então, para a colonização das terras doadas, que totalizaram 3.000 alqueires²², e cujo local escolhido fora o Município de Medianeira, nas localidades de Dom Armando e Missal, atualmente Município de Missal. Por ter sido cedida pela Igreja Católica, a região ficou inicialmente conhecida como Gleba dos Bispos. Já em 1963, sob a organização e presidência do Pe. José Backes, registrou-se a inauguração da colonizadora Sociedade de Incremento à Propriedade Agrícola Ltda. – SIPAL, com o objetivo de iniciar a colonização baseada nos princípios do cooperativismo, num regime de pequenas propriedades (INFORMATIVO COTREFAL, 1984, p. 7).

Como mencionado anteriormente, o maior contingente de colonos provinha do Rio Grande do Sul, em função da situação fundiária, formada por pequenas propriedades que não mais sustentava as numerosas famílias e não eram suficientes para quando necessitasse se repartir em herança. “Nós queríamos atender a muitos colonos, principalmente do Rio Grande do Sul, que lá estavam nos minifúndios, em terras lavadas e poucas e não tinham condições de se expandir. E íamos fazer colonização cristã aqui e aproveitar a terra” (BACKES, 1984, p. 74). As notícias de que havia terras produtivas e que uma nova região estava sendo colonizada no extremo Oeste do Paraná provinham dos mecanismos de divulgação e culto às tradições germânicas, especialmente aquelas vinculadas à *Volksverein*, ou Sociedade União Popular, divulgadora da revista *Skt Paulusblatt*. Inspirada em um modelo de organização similar da Alemanha, a Sociedade se constituiu no Rio Grande do Sul, em 1912. A Sociedade “constituiu-se num órgão fomentador e subsidiário das ações políticas do Partido do Centro, que se transformou na força de vanguarda das reformas sociais e de

²² Na linguagem dos colonos, uma “colônia” representa com conjunto de 10 alqueires. Em algumas passagens dos depoimentos dos pioneiros, esses se referem à doação de 300 colônias de terra aos Bispos.

combate ao socialismo na Alemanha. Sem alterar profundamente a ordem social, buscou a melhoria das condições de vida baseando-se no próprio sistema capitalista” (SCHALLENBERGER, 2001, p. 93). Defendia-se, portanto, sob a égide do social-catolicismo, que as classes populares, empregados e pequenos agricultores, se organizassem e buscassem, pacificamente, a defesa dos seus interesses econômicos e sociais, sem negar a presença e a necessidade do capitalismo, mas convivendo de forma justa e digna nesse sistema. Essa questão fica clara quando Schallenberger (2001, p. 87) a contextualiza, dizendo que:

Na questão social básica, a doutrina social da Igreja Católica admite a desigualdade, convocando o homem a aceitá-la pacientemente, uma vez que “é impossível que na sociedade civil todos estejam elevados no mesmo nível”, mas não tolera a luta de classes. Prega a harmonia, através de relações sociais justas e de salários dignos, e reserva ao concurso da Igreja a possibilidade de êxito nos esforços humanos.

Informados, portanto, sobre a nova possibilidade de trabalho e melhoria das condições de vida para as suas famílias, muitos agricultores, provenientes de várias regiões do Rio Grande do Sul, encaminharam-se à região de Missal, para adquirir um lote de terras na Gleba dos Bispos. Os produtores eram, por estatuto, obrigados a se associarem, também, à cooperativa, já que esta representava uma extensão das atividades da colonizadora e constava de seus objetivos a colonização em espírito cooperativista.

Após a venda de boa quantidade de terra por parte da colonizadora, 55 pequenos agricultores procederam à fundação da cooperativa, em assembléia realizada em 19 de março de 1964. O Padre José Backes, presidente da SIPAL, tornou-se, por extensão, o primeiro presidente da cooperativa. Assim, a denominação primeira da cooperativa foi Cooperativa Mista Agrícola Sipal Ltda. (COMASIL), que tinha como objetivo: “prover o suprimento de utilidades domésticas e rurais, gêneros alimentícios, armazenamento, comercialização e industrialização da produção agrícola” (COTREFAL, s.d.). Além de

desempenhar essas funções de representação, registra-se que a cooperativa cumpriu ainda com outra função social importante à época, considerando-se a distância e as dificuldades de acesso aos bens e serviços públicos: a educação. Foram construídas duas escolas e bancadas a vinda e a permanência dos professores.

A cooperativa, através de seus associados, organizou ainda a abertura e manutenção de estradas, construção de pontes e a vida social da comunidade, construindo o clube social e administrando as suas atividades por vários anos (INFORMATIVO COTREFAL, 1984a, p. 7). A partir de dezembro de 1965, a cooperativa se desligou da colonizadora e adquiriu vida própria.

Uma das primeiras dificuldades da cooperativa, após o desligamento da colonizadora, foi a questão da posse das terras, que haviam sido doadas pelo Estado aos bispos, e desses, às dioceses. Quando da busca dos primeiros financiamentos, soube-se que as terras que haviam sido doadas pertenciam à União, em função da criação da Faixa de Fronteira, onde o oeste paranaense estava inserido, o que proibia os governos estaduais de efetuarem qualquer tipo de investimentos ou colonização sem prévia autorização federal. Em entrevistas com os pioneiros, a notícia que corria era de que elas tinham sido tomadas em posse pela empresa Madeireira Pinho e Terras. A situação somente pôde ser regularizada em 1968, sob autorização do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), que concedeu a posse definitiva aos associados da cooperativa.

Atendendo às orientações do Projeto Iguçu de Cooperativismo (PIC), que exigia que as sedes das cooperativas fossem localizadas em cidades com condições de comunicação, ou na sede dos municípios onde estivessem instaladas, em 1971 a cooperativa transferiu suas instalações para o município de Medianeira, onde pôde prosseguir sua expansão, que já avançava para outros municípios.

Para adequar a cooperativa à sua nova realidade de abrangência territorial e

de atividades, mudou também, em 1973, a sua razão social, passando a se denominar Cooperativa Agropecuária Três Fronteiras Ltda. (COTREFAL). “Embora o novo nome não tenha representado mudanças nos objetivos originais da cooperativa, serviu para lhe conferir aspectos de modernidade” (INFORMATIVO COTREFAL, 1984b, p. 10).

Na memória histórica da cooperativa, percebe-se entre os associados a predominância da agricultura familiar policultora da pequena propriedade. Em entrevistas concedidas ao órgão interno de imprensa da cooperativa, os associados, especialmente os pioneiros, remontam, em suas histórias de vida, a situação precária por que passavam nos primeiros anos da colonização, especialmente no que diz respeito à comercialização da produção, que, na época, segundo o associado Edmundo Dapper (1984, p. 28), tratava-se da policultura, com a produção de “feijão preto, milho, arroz, mandioca, porcos e galinhas”.

Desde o início, os associados visualizavam a possibilidade de reduzirem as dificuldades do trato artesanal da produção bem como da necessidade de agregar valor à produção, que, além do suíno, começava a ser incrementada com o cultivo de cereais, tais como feijão, arroz e soja, porém em pequena escala e/ou para a subsistência. Este fato pôde se confirmar quando, numa tentativa de agroindustrialização, os associados se uniram e instalaram um pequeno complexo agroindustrial composto por moinho de trigo, descascador de arroz e prensa de soja, cuja torta servia para a mistura na formulação da ração para os suínos. A estrutura funcionou por dois ou três anos, quando a industrialização do trigo tornara-se monopólio estatal e a cultura de arroz foi sendo substituída por outras, como a soja, do que resultou a desativação da prensa por falta de capital de giro.

A partir dessas mudanças, a cooperativa foi crescendo, expandindo suas atividades e arrebanhando novos sócios. Apesar de ter desenvolvido incipientes atividades de industrialização no início de suas atividades, essas não representaram o marco e o perfil de atuação econômica da cooperativa, que prosseguiu, até 1980, quase que totalmente com

atividades de comercialização da produção agropecuária, principalmente de grãos, no binômio “soja-trigo”. A suinocultura deu espaço à agricultura extensiva e a cooperativa começou a espalhar armazéns por toda a sua área de abrangência, para atender à demanda crescente. “Nas rodas de papo a gente falava dessa loucura, de deixar de criar porco, porque não tinha mais preço e o que dava bom preço era o trigo e a soja, realmente tinha preço bom” (BROD, 1984, p. 40).

A partir de 1980, com a rápida expansão da cultura da soja, a cooperativa iniciou um processo de diversificação, incrementando suas atividades com a aquisição da massa falida da indústria de processamento de soja Oleolar, empresa detentora da planta industrial e da marca de óleo de soja *Lar*. Essa aquisição representaria uma nova fase para a cooperativa, retomando sua trajetória e intenção inicial de agregar valor à produção da pequena propriedade dos associados.

Com a aquisição da massa falida Oleolar, aprovada na Assembléia Geral Extraordinária de 18 de outubro de 1980, a COTREFAL teve uma excepcional oportunidade de mostrar sua fidelidade à vocação inicial da cooperativa em busca da produção industrial própria para oferecer aos associados uma remuneração mais justa ao seu difícil trabalho diuturno (COTREFAL, s.d. p. 5).

Em 1981 fundou uma transportadora com o objetivo de eliminar os intermediários e as dificuldades quando da necessidade de transportar a produção agropecuária.

Em 1983, ficou definida, em Assembléia Geral Extraordinária, a implantação de uma rede de supermercados, em atendimento aos constantes pedidos feitos pelas lideranças de comitês educativos. Em 1985 foi inaugurada a unidade fabril de Rações e Concentrados, em Medianeira.

A evolução da cooperativa pode ser observada a partir de etapas distintas,

porém voltadas para o objetivo maior de agregação de valores à produção primária. Inicialmente, logo após a fundação, sua atuação se concentrava no ramo de consumo, com venda de alimentos, utilidades domésticas e acessórios para o trabalho no campo, não obstante ter buscado a industrialização com a implantação do minicomplexo industrial de trigo, soja e arroz. Passada aproximadamente uma década, o que se pôde observar, a partir da década de 1980, foi uma retomada dos objetivos iniciais, ou seja, a cooperativa reforçou a atividade agroindustrial, com a compra da Oleolar, e, ainda, retornou à atividade de consumo, com o ingresso no ramo de supermercados. Isto denota, de certa forma, uma constância de propósitos, guardada no imaginário dos pioneiros, que almejavam fazer desembocar na cooperativa seus projetos de vida, ideais de crescimento econômico e de realização pessoal.

O início da década de 1990 caracterizou-se por um processo de esforço de modernização administrativa da cooperativa, com a implementação de ferramentas de gestão para melhoria dos processos, como o planejamento estratégico, ênfase na formação dos custos gerenciais e resultados por área de negócio e a implementação do Sistema de Autogestão de Cooperativas, orientada pela OCEPAR, dentre outras. Foi talvez na implementação dessas medidas que a cooperativa, definindo a sua missão enquanto cooperativa agropecuária, pôde expressar claramente o seu foco de atuação, desde o início voltado para o atendimento das demandas da pequena propriedade, e em que direção seus esforços se concentrariam. A missão foi assim expressa: *“Promover o desenvolvimento econômico e social dos associados e comunidade através da agregação de valores à produção agropecuária”*. O que se segue, a partir da definição dessa diretriz, são ações que visavam efetivamente atender à missão, com a busca de atividades que pudessem agregar valor à produção associada e que possibilitasse, com essas atividades e outras ações educativas, promover o desenvolvimento do associado, predominantemente pequeno produtor, nos aspectos econômicos e sociais. Relata-se, ainda, a tomada de outras medidas administrativas, como o enxugamento do quadro de funcionários e

implementação de programas de qualidade, internamente e no campo, como os Programas de Eficácia e os Concursos de Produtividade, que visavam disseminar junto aos produtores a tecnologia necessária para a obtenção de melhores índices de produtividade. Numa visão da direção da cooperativa, os Programas de Eficácia e os Concursos de Produtividade fizeram aumentar as médias de produção de milho, soja e outras culturas, com produtividades que poderiam ser equiparadas às melhores a nível nacional e se aproximando das médias dos Estados Unidos e países da Europa. Visando apoiar ainda mais a disseminação de tecnologias para o campo, a cooperativa implantou uma fazenda-escola, a Escola Vocacional Agropecuária, formada por módulos com demonstração de modelos de cultivo de diversas culturas, sejam agrícolas e pecuárias. Uma outra alternativa visualizada para o aumento da produtividade e o aproveitamento máximo do espaço da pequena propriedade, foi o lançamento, em 1995, do Programa de Verticalização das propriedades dos associados. O programa baseou-se na integração da pecuária com a agricultura, de forma que as sobras de uma cultura fossem aproveitadas como insumo para a produção de outras (MARSCHALL & SCHALLENBERGER, 2004, p. 159). Nesse caso, por exemplo, os dejetos dos suínos eram aproveitados na alimentação do gado confinado, aves caipiras, patos, marrecos e peixes; e os dejetos destes eram utilizados na fertilização do solo.

A partir de 1995, a cooperativa iniciou um programa de qualidade chamado Cinco Esses (5S), visando reduzir desperdícios e instituir um ambiente ideal de trabalho, com limpeza, asseio e autodisciplina. Também conhecido como o “jardim de infância da qualidade” (RIBEIRO, 1994, p. 23), o programa teve origem no Japão no pós-guerra e é formado por cinco sentidos: SEIRI (organização), SEITON (ordem), SEISO (limpeza), SEIKETSU (asseio) e SHITSUKE (autodisciplina). No ano de 1994, a cooperativa inaugurou a sua terceira unidade industrial, a Unidade Industrial de Mandioca, em Missal, para o processamento de amido comum (fécula) e de produtos industrializados para a indústria

papeleira. A mandioca é uma cultura que se adapta bem à região e que pode ser cultivada em pequenas áreas, utilizando a mão-de-obra familiar e com bons resultados econômicos.

A partir de 1998, a cooperativa incrementou fortemente seus investimentos e a mudança de perfil econômico, voltando-se para a agroindustrialização, caracterizou-se de forma ainda mais intensa. As constantes frustrações de safra, dificuldades de crédito e a ausência de uma política econômica clara para a agricultura, aliados ao desejo de promover uma agregação maior de valor à produção da pequena propriedade, fizeram com que a cooperativa buscasse por atividades que pudessem ser, ao mesmo tempo, estratégicas, com boa perspectiva de mercado e que fossem viáveis para o cultivo em pequenas extensões de área. Em reuniões com os associados e envolvendo os comitês educativos, a cooperativa elencou, além daquelas já em andamento, ainda outras possibilidades, como a suinocultura, avicultura e a atividade de hortigranjeiros.

Destarte, amparada pela decisão maior da assembléia, a cooperativa iniciou o planejamento e execução dessas atividades, inicialmente com o estabelecimento da assistência técnica para as novas atividades ao nível de campo. Na sequência, a partir de 1998, realiza uma série de inaugurações de unidades agroindustriais para o atendimento desse novo perfil, dentre as quais a Unidade Produtora de Leitões e a Unidade Industrial de Vegetais, em Itaipulândia, e, em 1999, a Unidade Industrial de Aves, em Matelândia.

Uma das marcas mais importantes desta década foi a reforma dos Estatutos Sociais, através de Assembléia Geral Extraordinária (AGE), em 2001, na qual foi mudada a razão social da cooperativa, deixando de designar-se Cooperativa Agropecuária Três Fronteiras Ltda. (COTREFAL), para chamar-se Cooperativa Agroindustrial Lar (LAR). Ainda em 2001, inaugurou a Unidade Desativadora de Grãos, para o fornecimento de soja *in natura* com a desativação da enzima *urease*, possibilitando ao produtor compor a sua própria ração. Além disso, em 2002 a cooperativa iniciou a construção de novos silos e armazéns para

aumentar a sua capacidade armazenadora, já insuficiente para o aumento do recebimento da produção de seus associados e terceiros. Também nesse ano iniciou a construção de sua Unidade de Produção de Pintainhos. Em 2003 inaugurou a Unidade Industrial de Rações, no município de Santa Helena, para atender especialmente o projeto avícola e, também, a Unidade de Industrializados de Frango, anexa ao Frigorífico de Aves.

3.4.1 A educação cooperativa e a assistência social

Segundo Frantz (2001, p. 4), “na prática cooperativa, para além de seus propósitos e interesses específicos, produz-se conhecimento, educação e aprendizagem”.

O ano de 1979 destacou-se como um marco para o início dos trabalhos de aprofundamento da educação cooperativista, com a criação dos comitês educativos, com treinamentos voltados às lideranças escolhidas pelos próprios associados. Em 1980 foram criados sete comitês educativos regionais, que se reuniam constantemente no centro de treinamento inaugurado para o processo de educação cooperativista, além de treinamentos técnicos acerca das atividades. Cada unidade da cooperativa compreendia um comitê regional. A partir da década de 1990, os comitês regionais foram substituídos pelos comitês por atividades.

A família, tida como unidade básica de produção e co-participante na busca pelo bem-estar, teria de ser envolvida o máximo possível nas atividades da cooperativa. Assim, nesse mesmo período, iniciaram-se os trabalhos sociais com as mães, com cursos de artes domésticas, corte e costura, pintura em tecidos, dentre outros (COTREFAL, s.d., p. 4). Na década de 1980, a cooperativa coordenava 22 Clubes de Mães Cooperativistas e 4 núcleos de Mães Cooperativistas (que congregam os Clubes de Mães de uma mesma região). A partir da década de 1990, no âmbito das comunidades, os Clubes de Mães passaram a ter vida

própria, e, na cooperativa, foi criado, juntamente com os Comitês por Atividades, o Cooper Mães. Assim, o papel da cooperativa para os Clubes de Mães nas comunidades é de apoio, enquanto que no Comitê Cooper Mães, a atuação é mais intensa, organizando e capacitando as mães cooperativistas.

Os jovens foram envolvidos através da criação das Forças Jovens Cooperativistas, que congregavam os filhos e filhas de associados, que participavam das reuniões juntamente com os pais. Esses grupos se tornaram um meio de divulgação da educação cooperativista, “da convivência sadia e de mostrar-lhes o gosto pela terra e a necessidade da organização em grupos onde cada um se sinta mais forte por causa do outro.” (COTREFAL, s.d. p. 5). Na década de 1980, a cooperativa coordenava 18 grupos de Juventude Rural e 5 Forças Jovens Cooperativistas. A partir da década de 1990, essas Forças Jovens foram substituídas pelo Comitê de Jovens, ou o Cooper Jovens, o qual é coordenado, orientado e treinado pela cooperativa.

4 O PEQUENO PRODUTOR DA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR

A presente seção ocupar-se-á dos resultados da pesquisa para caracterizar, inicialmente, as pequenas propriedades estudadas e os próprios produtores rurais, tendo em vista sua composição familiar, os produtos cultivados, a produtividade, a renda dos associados, dentre outros indicadores. Num segundo momento, proceder-se-á à investigação e à análise das manifestações dos associados, de forma a se buscar as respostas para o problema da pesquisa e as evidências objetivas em relação às hipóteses aventadas.

4.1 As pequenas propriedades no espaço de atuação da Lar

Como previamente definido na metodologia, a pesquisa, na forma de questionários, foi realizada nas propriedades que operam nas 13 unidades da Cooperativa Lar, localizadas nos 11²³ municípios da sua área de abrangência na região Oeste do Paraná. Desta maneira, alguns dados foram estratificados por unidade, subsidiando análises de diferenças, semelhanças e ainda de possíveis especificidades locais.

Considerando a amostragem simples aleatória adotada para o estudo, obteve-se a seguinte distribuição por unidade:

²³ A Unidade de Santa Rosa do Ocoy pertence a São Miguel do Iguçu e a Unidade de São Roque pertence ao município de Santa Helena.

Tabela 10 - Verificação da amostragem e retorno dos questionários

UNIDADES	ASSOCIADOS EM 31/12/2004	DISTRIBUIÇÃO PLANEJADA	RETORNO
São Miguel do Iguaçu	741	28	22
Santa Rosa do Ocoy	272	10	13
São Roque	371	14	18
Serranópolis do Iguaçu	459	17	19
Santa Terezinha de Itaipu	444	17	19
Ramilândia	192	7	7
Missal	1.077	40	42
Matelândia	507	19	18
Itaipulândia	414	15	15
Medianeira	864	32	34
Santa Helena	941	35	29
Céu Azul	404	15	13
Diamante do Oeste	216	8	10
Total	6.902	257	259

Fonte: Dados da pesquisa

Apesar de quatro unidades não terem cumprido com a distribuição inicialmente planejada, a diferença acabou sendo suprida por outras, o que pode ser considerado válido, já que o critério de seleção da amostra foi a condição de o produtor associado ser pequeno proprietário.

4.1.1 Tamanho médio das propriedades

Conforme citado no item 1.1 deste estudo, 91% dos associados da cooperativa possuem até 72 hectares de área, consideradas pequenas propriedades. Com a aplicação do instrumento de pesquisa, pôde-se investigar, com maior propriedade, o tamanho médio efetivo dessas propriedades, desconsideradas as áreas cultivadas sob o regime de arrendamento. Das propriedades selecionadas com área máxima de até 72 ha, obtiveram-se as seguintes médias por unidade:

Tabela 11 - Características fundiárias das propriedades

UNIDADE	ÁREA MÉDIA (ha)
São Roque	12,7
Itaipulândia	18,9
Serranópolis do Iguaçu	19,8
Santa Rosa do Ocoy	19,9
Céu Azul	20,3
Missal	21,0
Ramilândia	21,2
São Miguel do Iguaçu	22,0
Santa Helena	22,6
Diamante do Oeste	22,9
Medianeira	26,7
Santa Terezinha de Itaipu	29,5
Matelândia	32,4
Média Geral	22,3

Fonte: Dados da pesquisa

Classificando-as em ordem crescente, destacam-se, entre as unidades com menores áreas médias, São Roque, Itaipulândia e Serranópolis do Iguaçu, e as unidades de Medianeira, Santa Terezinha de Itaipu e Matelândia, com as maiores áreas. Entre os produtores que possuem área arrendada (27%), a média de hectares arrendados por produtor é de 15,1.

Os dados mostram que, apesar do transcurso de mais de 30 anos do início dessas comunidades, essas propriedades, grosso modo, ainda preservam a estrutura fundiária definida quando do estabelecimento das frentes de colonização que fomentaram o desenvolvimento da Região Oeste do Paraná, especialmente a partir do final de 1950 e durante a década de 1960, cujas áreas de terras foram divididas, em média, com 25 hectares. Questionados sobre a origem da posse das terras, mais da metade dos associados disseram tê-las adquirido via compra, e outra parte (14%) afirmou tê-las recebido em herança, e com os recursos provenientes da própria produção, compraram mais terra. Outros ainda (principalmente os mais velhos), compraram terra quando ainda trabalhavam com os pais.

A propósito, os dados da pesquisa corroboram essas informações históricas,

registrando que a grande maioria dos proprietários rurais afixou-se na região a partir da década de 1960, conforme a Tabela abaixo.

Tabela 12 - Ano de chegada à Região Oeste do Paraná

UNIDADES	<1960	1961 - 1970	1971 - 1980	1981 - 1990	> 1990
São Miguel do Iguaçu	20%	55%	15%	10%	0%
Santa Rosa do Ocoy	31%	62%	8%	0%	0%
São Roque	17%	44%	39%	0%	0%
Serranópolis do Iguaçu	17%	56%	28%	0%	0%
Santa Terezinha Itaipu	42%	32%	21%	5%	0%
Ramilândia	57%	29%	14%	0%	0%
Missal	2%	67%	24%	5%	2%
Matelândia	22%	67%	6%	6%	0%
Itaipulândia	14%	57%	29%	0%	0%
Medianeira	38%	47%	12%	3%	0%
Santa Helena	25%	43%	29%	0%	4%
Céu Azul	31%	54%	15%	0%	0%
Diamante do Oeste	40%	40%	20%	0%	0%
Média	28%	50%	20%	2%	0%

Fonte: Dados da pesquisa

Apesar de algumas localidades terem concentrado seu fluxo populacional mais intenso em épocas mais recentes, em média, a metade dos locais participantes da área de ação da Cooperativa Lar experimentou um crescimento populacional na área rural mais significativo a partir da década de 1960. No município de Missal, este fenômeno assume sentido particular, uma vez que foi nesta década em que se desencadeou o processo de colonização, baseado nas relações de cooperação, que deram origem à cooperativa (1964) e que, por sua vez, serviu como instrumento para a viabilização dos pequenos proprietários e para a edificação dos espaços públicos que pudessem atender às suas demandas sociais, culturais, assistenciais e econômicas.

4.1.2 As atividades e a produção na pequena propriedade

Uma das características principais da pequena unidade de produção (ou pequena propriedade) é a sua dificuldade em realizar a produção em escala, diferentemente

das grandes propriedades, onde o excedente pode ser gerado com maior facilidade pelo volume de produção, em função da diluição de alguns custos, especialmente os fixos, como mão-de-obra, equipamentos, dentre outros. Para a pequena propriedade, a diversificação da produção, com a introdução de atividades aplicáveis em pequenas extensões de terra e com moderada exigência de mão-de-obra, passa a ser uma saída para a sua viabilização. Nas propriedades associadas à Lar, a diversificação das atividades tem a seguinte configuração:

Tabela 13 - Diversificação da pequena propriedade

Unidades	% de propriedades com exploração econômica de mais de uma atividade	Nº médio de atividades exploradas economicamente por propriedade
São Roque	77,8	2,4
Medianeira	67,6	2,0
São Miguel do Iguaçu	63,6	1,9
Ramilândia	71,4	1,9
Diamante do Oeste	60,0	1,9
Matelândia	66,7	1,8
Santa Helena	65,5	1,8
Céu Azul	61,5	1,8
Serranópolis do Iguaçu	52,6	1,7
Santa Rosa do Ocoy	38,5	1,5
Missal	26,2	1,4
Santa Terezinha de Itaipu	21,1	1,3
Itaipulândia	26,7	1,3
Média	53,8	1,7

Fonte: Dados da pesquisa

NOTA: considerou-se como atividades: agricultura (soja, milho, trigo, feijão), avicultura de corte, hortigranjeiros, mandioca, suinocultura, leite, fumo, dentre outras.

A tabela mostra que as propriedades da unidade de São Roque são as mais diversificadas. É possível que, na busca por formas de sobrevivência no campo, os produtores tenham reivindicado uma atenção maior da cooperativa àquelas propriedades, já que são, em média, as que apresentam menores extensões de área. Por outro lado, verifica-se que há unidades que também apresentam propriedades com pequenas extensões de terra, mas com um nível de diversificação relativamente baixo em relação às demais. É o caso, por exemplo, de Itaipulândia e de Santa Rosa do Ocoy.

De maneira geral, em todas as unidades encontrou-se um certo nível de diversificação. A média de atividades do total de unidades produtivas é de 1,7. Se considerarmos somente as propriedades diversificadas, ou seja, com presença de mais de uma atividade, a média geral chega a 2,3 atividades por propriedade. O percentual médio de propriedades que atuam em mais de uma atividade é de 53,8%, o que significa que 46,2% dos pequenos produtores ainda buscam sua sobrevivência em apenas uma atividade principal. Para a grande maioria que atua em apenas uma atividade, a agricultura, com o cultivo do trinômio soja, milho e trigo, ainda tem sido a opção preferida.

A agricultura também está presente entre as propriedades diversificadas, e as demais atividades (suínos, leite, aves, dentre outros) concorrem como uma opção a mais e uma forma de diluição de riscos, especialmente em função de questões climáticas. Além disso, o retrospecto dos últimos anos em termos de preços no mercado agrícola²⁴, especialmente na soja, tem atraído ainda mais os produtores ao cultivo dessas *commodities* (produtos com padrões definidos internacionalmente e cujo preço é definido pelo mercado).

Ademais, o que se percebe no cotidiano rural é que o pequeno produtor visualiza, no cultivo dos cereais, a possibilidade de evolução do seu padrão de vida e expansão de seu capital, seja na aquisição de bens de consumo, como veículos, móveis, eletrodomésticos, como na possibilidade de ampliação de seu imóvel através da aquisição de novas frações de terra. Isto porque, nos períodos de alta nos preços, esses produtos podem gerar uma boa rentabilidade, possibilitando um acréscimo de capital financeiro na pequena unidade de produção. Não obstante, por necessitarem mais das boas condições climáticas, são culturas de risco e uma frustração de safra pode descapitalizar sobremaneira o pequeno proprietário. As demais culturas, como o leite, os suínos, o frango (ou aves), o fumo, os

²⁴ Para ilustrar esse retrospecto, na safra de soja 2003/2004, o preço de uma saca de soja chegou a ser comercializado a R\$ 52,00, quando na safra 2004/2005 o preço mais alto chegou a R\$ 34,50.

hortigranjeiros, dentre outros, destinam-se, em grande parte, para a manutenção dos gastos familiares gerais e para a ocupação da mão-de-obra familiar. Essas culturas são consideradas pelo pequeno produtor como mais seguras e mais estáveis economicamente, em vista da sua menor dependência climática e das oscilações de mercado. Nas culturas extensivas, o volume de produção é geralmente maior e em poucas épocas do ano. Já nas chamadas pequenas culturas, o volume é menor, conseqüentemente a renda também é menor, porém de forma contínua. Com uma produção diversificada, o produtor consegue obter renda o ano inteiro. A questão do emprego da mão-de-obra intensiva nas pequenas culturas, contra a pouca aplicação de mão-de-obra no cultivo dos cereais, também influenciam o pequeno produtor no momento de optar por agregar mais atividades em sua propriedade. Casos como a falta de mão-de-obra, o desinteresse em ingressar em atividades que exijam um considerável montante de investimento representando risco de contração de dívidas, bem como situações que exigem cuidados especiais, horários pré-definidos e técnicas de manejo mais especializadas fazem com que alguns pequenos produtores optem por arriscar-se a continuar com apenas o cultivo de cereais, utilizando-se do crédito, da assistência técnica e da armazenagem da cooperativa. Na referida pesquisa, entre os que exploram apenas uma atividade econômica, 95% preferiu atuar com soja, milho e/ou trigo.

Individualizando por cultura, entre todos os associados pesquisados que cultivam cereais, 82,4% cultivam soja, 72,8% cultivam milho e 27,7% cultivam trigo. Tanto na soja quanto no milho, as propriedades localizadas na região de Santa Helena, Missal e Itaipulândia são as mais representativas em termos de número de produtores dedicando-se a essas culturas. As que menos atuam no cultivo da soja são Ramilândia, São Roque e Diamante do Oeste, unidades que estão entre as que apresentam maior número de propriedades diversificadas. Já o milho é menos cultivado nas propriedades de Diamante do Oeste, Matelândia, São Roque e Céu Azul.

Em relação ao trigo, há certa inconstância em termos de produção. Há uma unidade que, na amostragem realizada, não apresentou sequer um produtor atuando nessa cultura. É o caso de Itaipulândia. Nas propriedades vinculadas à unidade da cooperativa em Missal observou-se um grande número de propriedades produzindo soja e milho, mas apenas 2,4% dos associados afirmaram cultivar o trigo. Os municípios do entorno da BR-277, Medianeira, Céu Azul, Santa Terezinha de Itaipu e São Miguel do Iguaçu são os locais onde se evidencia um número maior de produtores atuando com essa cultura, na ordem de aproximadamente 50% dos associados. Segundo a área técnica da cooperativa, os fatores edafoclimáticos (clima e solo) dessas localidades é que definem a maior ou menor intensidade de plantio. As unidades produtivas localizadas da região de Céu Azul, onde o clima, especialmente o noturno, é mais ameno, são mais propícias ao cultivo do trigo. Como o trigo é plantado na mesma época do milho safrinha, as propriedades que plantam trigo acabam, naturalmente, deixando de plantar o milho. Já na região de São Miguel do Iguaçu e Santa Terezinha, a tradição de particionar a lavoura com milho e trigo é que faz com que haja produtores investindo no trigo, mesmo as condições edafoclimáticas não serem as melhores.

Quanto às demais atividades pesquisadas, quais sejam, frango de corte, suínos, leite, hortigranjeiros, mandioca (para a fecularia) e outras, visando garantir uma confiabilidade maior na análise, e pelo fato de a cooperativa disponibilizar esses dados com maior facilidade, utilizou-se a distribuição real da cooperativa, ou seja, o número total de associados que atuam nessas atividades.

Na atividade avícola, por uma questão de proximidade da Fábrica de Rações e do matrizeiro/incubatório que está sendo construído, a região de Santa Helena (incluindo São Roque) é a que apresenta o maior número de produtores. Em seguida, aparecem em importância na escala de produção os municípios mais próximos à Unidade Industrial de Aves, localizada em Matelândia, como Céu Azul, Matelândia, São Miguel do Iguaçu

(incluindo Santa Rosa do Ocoy) e Medianeira. Ao todo são 399 associados envolvidos nessa atividade, representando 5,8% do total.

Além da atividade avícola, outra atividade econômica tem despertado interesse dos pequenos proprietários, em função do bom desempenho nos últimos anos, não obstante a problemática ambiental pela necessidade de tratamento dos dejetos: os suínos. A cooperativa produz os leitões e comercializa aos produtores, prestando assistência técnica até o momento do abate, que é feito na Cooperativa Central Agropecuária Sudoeste Ltda. (FRIMESA).

Na atividade da suinocultura, as unidades com maior número de associados envolvidos estão num raio que compreende os municípios de Missal, Santa Helena, Matelândia, São Miguel do Iguazu e Medianeira. Ao todo são 104 associados, totalizando 1,5% do total.

A atividade leiteira é também uma das preferidas pelos pequenos proprietários. A média de produção entre os pesquisados foi de 3.800 litros/mês. Contudo, foi possível encontrar produtores entregando na cooperativa pequenas quantidades, como 70 e 100 litros mensais.

Atualmente são 1.083 integrados, ou seja, 15,4% dos produtores atuam nessa atividade, sendo que os municípios de Medianeira e Matelândia são os que concentram o maior número de produtores dedicados a essa atividade.

A suinocultura e a produção leiteira eram as atividades de sustentação básica da pequena propriedade familiar do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina dos primórdios da colonização até a década de 1950. A estrutura da propriedade agrícola, desde a sua infra-estrutura, com a construção de pocilgas, galpões e estrebarias, bem como a formação de pastagens, requeria o planejamento de culturas que atendessem à alimentação humana e

animal. A incorporação de atividades diversificadas deu lugar à policultura, que, consorciada com o manejo dos animais, criou uma dinâmica de envolvimento familiar na propriedade, que, sem dúvida, representa um marco cultural dos agricultores que se estabeleceram na atual área de abrangência da Cooperativa Lar.

Em relação à mandioca, que antes era usada para o trato dos animais e, mais recentemente, destinada para a indústria da fécula e amidos modificados, registra-se, atualmente, a adesão de poucos produtores. Inicialmente a mandioca foi vista pelos produtores como mais uma saída para a viabilização da pequena propriedade e fixação no campo, porque sua característica básica de cultivo é o uso intensivo de mão-de-obra tanto para o plantio quanto para a colheita (arranquio), podendo ser cultivada em pequenas áreas de terra. Contudo, a dificuldade na obtenção de força de trabalho, aliada aos bons preços e excelente produtividade da soja e do milho nos anos passados, fizeram com que se deixasse o cultivo de mandioca para o cultivo destes cereais, ou, nas minipropriedades, se arrendassem as pequenas áreas para grandes plantadores de soja, recebendo-se as rendas e fugindo do gargalo da falta de mão-de-obra ao nível de campo. Dos associados pesquisados, 5,8%, localizados em maior número na região de São Roque e Missal, afirmaram ter alguma área de terra destinada ao cultivo da mandioca para fins industriais. A cooperativa não detém as informações relativas a esta variável de produção como as têm em relação aos suínos, aves e hortigranjeiros, especialmente quanto ao número exato de produtores.

Nos hortigranjeiros, Santa Helena destaca-se como maior produtora, com ênfase no seu distrito São Roque.

Os produtores rurais, sabedores do interesse do poder público em investir no município, organizaram-se no sentido de reivindicarem apoio para projetos de irrigação, aproveitando a abundância de água disponível no Lago da Hidrelétrica de Itaipu. Essa região concentra 56% dos produtores associados integrados no fomento de hortigranjeiros,

responsável pelo abastecimento de matéria-prima da Unidade Industrial de Vegetais da Cooperativa Lar. A unidade de São Roque, como visto anteriormente, é a que apresenta menor área média de terras e também a mais diversificada, concentrando o maior número de produtores de hortigranjeiros (33%), seguida pela a unidade de Santa Helena (23%).

Os principais produtos cultivados são o milho verde, em Santa Helena, e a cenoura, couve-flor e brócolis, em São Roque. Em função do clima propício para a cultura de couve-flor e de brócolis, também são fomentados alguns produtores da região de Cascavel. Atualmente são 62 associados integrados, representando 1% do total de associados da cooperativa.

Ainda como atividade de suporte e incremento de renda, o fumo esteve presente em aproximadamente 4% das propriedades pesquisadas. A distribuição configurou-se praticamente uniforme entre as unidades de Santa Rosa do Ocoy, São Roque, Matelândia, Medianeira, Santa Helena e São Miguel do Iguçu.

Além dessas culturas, surgiram outras, que, apesar de apresentarem-se com uma incidência menor, têm sido cultivadas pelos pequenos proprietários também como atividades complementares. São elas: aves postura (São Roque e Medianeira), piscicultura (Medianeira e Serranópolis) e apicultura (em Diamante do Oeste).

Dadas essas configurações acerca da organização da produção da pequena propriedade estudada, pode-se estabelecer um resumo das principais atividades desenvolvidas e as referidas regiões e/ou unidades onde se situam com maior intensidade, ou seja, onde, por questões de aptidão, solo, clima ou situação fundiária, encontrou-se maior adesão:

Quadro 2 - Principais atividades desenvolvidas na pequena propriedade e suas principais regiões

ATIVIDADES	REGIÃO OU UNIDADE DESTAQUE
Soja e Milho	Santa Helena Missal Itaipulândia
Frango de corte	Santa Helena Matelândia São Miguel do Iguaçu Medianeira
Suíños	Missal Medianeira Santa Helena São Miguel do Iguaçu
Mandioca	São Roque Missal
Hortigranjeiros	São Roque Santa Helena
Fumo	Santa Rosa do Ocoy São Roque Matelândia Medianeira Santa Helena São Miguel do Iguaçu
Aves postura	São Roque Medianeira
Piscicultura	Medianeira Serranópolis do Iguaçu
Apicultura	Diamante do Oeste

Fonte: Dados da pesquisa

É importante lembrar que essas localidades se destacam por terem apresentado um percentual maior de produtores que optaram em atuar nessas atividades, proporcionalmente ao número de associados da unidade. Não significa, necessariamente, que são essas as unidades que recebem maior volume de produção, e que essas atividades não possam estar presentes em outras unidades.

O caso dos cereais ilustra bem essa questão. Um montante de 92% dos associados pesquisados cultivava cereais, mormente soja e milho. Contudo, o volume de produção depende de variáveis, como o tamanho das propriedades, nível de aplicação de tecnologia, manejo adequado, dentre outras. Para se ter uma idéia, a região onde a cooperativa

recebe mais produção de cereais é a de São Miguel do Iguaçu, onde as áreas de terra são maiores do que aquelas unidades em que se apresentaram com maior número de produtores, como Missal e Itaipulândia.

Assim, na tabulação das atividades de produção de menor escala, percebe-se a relação existente entre o tamanho médio das propriedades com o seu nível de diversificação. Um caso ilustrativo é o da unidade de Santa Terezinha de Itaipu, onde se encontram as propriedades com as áreas mais extensas e, também, as com menores índices de diversificação.

4.1.3 A renda e a mão-de-obra na pequena propriedade

É importante reiterar que a questão da produção camponesa, voltada intensamente para a subsistência da família, não é aquela que predomina sobre as propriedades estudadas. É bem verdade que alguns produtos básicos de subsistência, mormente os necessários à alimentação familiar, também são extraídos da propriedade. Contudo, não estão, na pequena propriedade, todos os produtos e condições necessárias à subsistência familiar, seja por falta de espaço para o cultivo, seja por condições de clima e solo. O valor de troca da produção também é perseguido e necessário para que se possa dispor de um excedente de capital capaz de fazer frente a outras necessidades, como vestuário, bens de consumo semiduráveis, possibilidades de aquisição de novas áreas de terra, estudo para os filhos, o desejo, enfim, de garantir uma vida mais confortável para a família, melhorando o seu padrão de vida econômico e social.

Mesmo assim, a pequena propriedade cooperativada possui importantes semelhanças aos conceitos de agricultura familiar, especialmente na aplicação da mão-de-obra – cuja parcela maior, o equivalente a 75%, deve advir dos membros da família – e na origem

da renda, que deve ser, no mínimo, 80% oriunda das atividades da agricultura (BLUM, 1999).

Nas pequenas propriedades estudadas, apenas 9,2% utilizam mão-de-obra contratada, ou seja, em 90,8% das propriedades a mão-de-obra é totalmente familiar. Nas propriedades em que há a mão-de-obra contratada, esta normalmente tem sido empregada na criação de frangos de corte, sendo, em média, 1,3 funcionários por propriedade. Em relação à renda monetária, 90,2% da renda familiar dos produtores associados, em média, advêm das atividades agropecuárias. Há ainda um número expressivo de associados que dependem integralmente da renda oriunda das atividades da pequena propriedade (69,7%).

Tabela 14 - Renda e mão-de-obra na pequena propriedade

UNIDADES	MÉDIA DE ASSOCIADOS QUE DEPENDEM 100% DA RENDA DA PROPRIEDADE (%)	MÉDIA DA RENDA FAMILIAR ADVINDA DAS ATIVIDADES DA PEQUENA PROPRIEDADE (%)	PROPRIEDADES COM EMPREGADOS CONTRATADOS (%)
Média	69,7	90,2	9,2

Fonte: Dados da pesquisa

As propriedades operantes pelas unidades de São Roque e Ramilândia são as que apresentaram menor índice médio de renda monetária familiar advinda das atividades desenvolvidas na agricultura. Nessas propriedades, além da mobilização comum junto à cooperativa para a introdução de atividades compatíveis com a pequena propriedade, é possível que esteja presente o fenômeno da pluriatividade²⁵, onde a família se estabelece na

²⁵ Numa definição conceitual mais completa, Fuller (1990, p. 367) argumenta: “a pluriatividade permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam o trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar (home-based farming). [...] A pluriatividade permite separar a alocação do trabalho dos membros da família de suas atividades principais, assim como o trabalho efetivo das rendas. Muitas propriedades possuem mais fontes de renda do que locais de trabalho, obtendo diferentes tipos de remuneração. A pluriatividade, portanto, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas (rendimentos, rendas em espécie e transferências)”.

propriedade rural, mas, em função do tamanho reduzido e da dificuldade de trabalho e renda para todos, alguns membros acabam por buscar formas alternativas de renda no meio urbano. Na unidade de São Roque isso fica mais evidente, uma vez que aí se apresenta o menor índice médio de hectares por propriedade, ao mesmo tempo em que se registra o maior percentual de diversificação e a menor participação de renda monetária advinda das atividades rurais. As unidades que apresentaram propriedades com maiores participações de renda média familiar, quase que exclusivamente oriundas das atividades agropecuárias, foram as unidades de Missal, Céu Azul e Santa Rosa do Ocoy.

A renda monetária familiar é entendida como a diferença entre o VBP (Valor Bruto da Produção) e os custos de produção. De acordo com Bittencourt & Bianchini (1996), estudos realizados pelo Departamento Sindical de Estudos Rurais (DESER) indicam que os agricultores familiares precisam de, no mínimo, três salários mínimos de renda monetária por mês, considerando uma família com média de três pessoas ocupadas (cinco pessoas na propriedade), para que consiga manter minimamente sua produção. Para se manter na produção e ainda ter condições mínimas de investimento, este limite sobe para seis salários mínimos por mês. Esta renda deve ser acrescida da produção para o autoconsumo.

Na pesquisa, que apontou uma média de 2,8 filhos por família, 36% dos associados afirmaram perceber uma renda média entre um e três salários mínimos (até aproximadamente R\$ 1.000,00) mensais. Para os associados que percebem de três a cinco salários mínimos (aproximadamente de R\$ 1.000,00 a R\$ 1.500,00), o percentual ficou em 26%. Dos associados que percebem uma renda acima de R\$ 1.500,00, o percentual foi de 38%. As propriedades de Diamante do Oeste são as que percebem menos renda, ou seja, 67% percebem entre um e três salários mínimos mensais. A unidade com maior renda é a de Medianeira, com 6% dos associados percebendo até três salários mínimos e 32% percebendo de sete a dez salários mínimos mensais.

Com o intuito de avaliar a existência de uma possível relação entre as variáveis *tamanho das propriedades e número de atividades desenvolvidas* com a *renda monetária média* das propriedades, construiu-se uma análise através do método de regressão linear, mas o coeficiente de determinação R^2 , que indica o quão relacionadas as variáveis estão entre si, apresentou-se insignificante, ou seja, com os resultados da análise não foi possível evidenciar uma relação clara entre essas variáveis. Na verdade existe uma variabilidade bastante grande em termos de renda, e esta, ao que se apresentou, não pode ser definida somente pelo nível de diversificação das atividades (número de atividades) e/ou pelo tamanho da área. Isto porque, certamente, outras variáveis estão envolvidas na explicação dos diferentes níveis de renda, como aplicação de tecnologia, clima, solo e cultivo de diferentes culturas, e, efetivamente, podem resultar em níveis de renda distintos. Trabalhos como o de Stoffel (2004) tratam de quantificar e classificar as várias faixas de renda em relação às diferentes formas de organização produtiva.

4.2 Caracterização dos pequenos proprietários associados: de quem estamos falando?

A abordagem de um tema que tem como origem e foco o seu próprio sujeito, pressupõe a necessidade de um conhecimento adequado sobre suas principais características. Como estamos tratando de pequenos proprietários rurais que se instalaram na região em estudo por volta de 1960-1970, foram pesquisados, fundamentalmente, os seus locais de origem, suas características etárias, nível educacional e estrutura familiar. Estas informações poderão ilustrar a atual situação do pequeno proprietário rural associado e da pequena agricultura, especialmente na questão de sua continuidade.

4.2.1 Características etárias e nível de educação formal dos associados

Na questão da idade média dos pequenos proprietários associados, têm-se as seguintes informações:

Tabela 15 - Idade média dos associados por unidade

UNIDADE	IDADE MÉDIA
Matelândia	54,3
Medianeira	54,2
Serranópolis do Iguaçu	51,4
Santa Terezinha de Itaipu	51,3
São Roque	50,2
Itaipulândia	50,2
Ramilândia	50,0
Céu Azul	49,8
Santa Rosa do Ocoy	48,9
Missal	48,0
São Miguel do Iguaçu	46,7
Santa Helena	46,6
Diamante do Oeste	46,2
Média Geral	49,8

Fonte: Dados da pesquisa

Considerando-se a classificação etária média, é possível constatar um quadro social adulto maduro, tendo em vista que a idade adulta, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), vai até os 60 anos²⁶. O cálculo da mediana, ou seja, o número central de um conjunto de números, possibilitou a informação de que a metade dos sócios pesquisados tem mais de 50 de idade. Esses níveis etários parecem ser uma constância no meio cooperativista agropecuário. Segundo Leonardo Boesche (2005), da Gerência de Desenvolvimento Humano do SESCOOP/PR, “apesar de não se terem estudos aprofundados sobre a questão etária, é possível afirmarmos que a Cooperativa Lar é ainda uma das cooperativas com o quadro social de menor faixa etária média” (informação verbal)²⁷.

²⁶ Pessoas com idade igual ou maior que 60 anos são classificadas como idosas.

²⁷ Comunicação pessoal obtida do autor em 22/07/2005.

Quando se tabula a faixa etária com o tempo médio de permanência como sócio, que, na média, ficou em 16,4 anos²⁸, pode-se perceber, numa primeira análise, um claro comportamento de confiança do produtor em relação à cooperativa e de interesse de continuidade de relações, uma vez que o associado ingressa e permanece na cooperativa.

É evidente, numa Segunda analogia, que um quadro social em que a metade dos sócios possui mais de 50 anos de idade necessita de uma análise a ponto de se avaliar a possibilidade do desenvolvimento de políticas de renovação do quadro, especialmente a partir do incentivo da própria cooperativa e também do Estado, visando à permanência do jovem no campo.

Por mais que se considere a redução do número de filhos por família, é possível afirmar que houve um certo envelhecimento da população rural. Isso pode ser evidenciado quando se observa, através de um relatório de uso da própria cooperativa, a evolução da idade dos associados na data de admissão na cooperativa, desde 1980.

Tabela 16 - Evolução da idade do quadro social – base ano da admissão

Anos	18 a 30	31 a 50	51 a 60	> 60
1980	16%	62%	14%	8%
1985	15%	59%	19%	7%
1990	16%	58%	19%	7%
1995	12%	53%	24%	11%
2000	10%	50%	25%	15%
2004	10%	50%	23%	17%

Fonte: Cooperativa Lar

Apesar da quantidade de sócios que ingressam na cooperativa ainda ser maioria na faixa dos 31 aos 50 anos²⁹, percebe-se que vem acontecendo uma diminuição

²⁸ A unidade de Matelândia e São Roque são as que apresentam maior média de tempo de permanência dos sócios na Cooperativa, com 20,5 e 20,4 anos, respectivamente. A menor média está em São Miguel do Iguacu, com 11,9 anos.

²⁹ A idade média atual dos novos sócios, com até um ano de cooperativa, é de 38 anos.

gradual do percentual de produtores se associando com esse limite de idade, assim como acontece com o percentual de jovens, e aumentando o número de associados com mais de 51 anos (40% em 2004, segundo relatório da cooperativa).

Cabe observar que a compilação dos dados da pesquisa que apontou que a metade dos sócios tem mais de 50 anos foi feita por amostragem e refere-se à idade média atual do quadro, e os dados da cooperativa (40%), dispostos na tabela acima, referem-se aos associados com idade superior a 50 anos no momento do ingresso na cooperativa.

Na questão da educação formal, buscou-se conhecer a escolaridade média dos associados por unidade. De maneira geral, constatou-se que a maioria dos associados está entre os que não completaram e os que completaram o ensino primário (fundamental). Aproximadamente 16% completaram o segundo grau, 2% possuem curso superior e 0,7% possuem pós-graduação. Os analfabetos somam aproximadamente 3%.

Constatou-se que se trata de produtores associados com poucos anos de estudo, o que, de uma ou de outra forma, acaba repercutindo sobre o seu desempenho econômico, quando da necessidade de inserção no mercado, especialmente na aquisição ou comercialização de sua produção. Numa visão econômica, a cooperativa pode ser vista como o apoio e o meio pelo qual o associado pequeno proprietário obtém conhecimento, aconselhamento e tecnologia para sua sobrevivência.

4.2.2 Origem dos pequenos proprietários

Como observado na literatura e nas seções precedentes, a maioria dos pequenos produtores que fixaram residência e adquiriram propriedade na região em estudo vieram do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Para averiguar com maior detalhe essa questão, inquiriu-se aos pesquisados sobre a cidade e o Estado de origem. Os dados foram os

seguintes:

Tabela 17 - Estados de origem dos pequenos proprietários

UNIDADES	RS	SC	PR	OUTROS
São Miguel do Iguaçu	36%	50%	14%	0%
Santa Rosa do Ocoy	77%	15%	0%	8%
São Roque	78%	22%	0%	0%
Serranópolis do Iguaçu	74%	26%	0%	0%
Santa Terezinha de Itaipu	16%	79%	5%	0%
Ramilândia	57%	14%	0%	29%
Missal	76%	21%	0%	2%
Matelândia	56%	28%	0%	17%
Itaipulândia	67%	13%	13%	7%
Medianeira	71%	24%	6%	0%
Santa Helena	62%	28%	0%	10%
Céu Azul	31%	62%	0%	8%
Diamante do Oeste	50%	20%	20%	10%
Média	58%	31%	4%	7%

Fonte: Dados da pesquisa

Efetivamente, o Estado com maior representatividade de migrantes é o Rio Grande do Sul, seguido por Santa Catarina (juntos somam 89%). São Roque, Santa Rosa do Ocoy, Missal, Serranópolis do Iguaçu e Medianeira foram as unidades onde se encontrou o maior número de migrantes gaúchos. Santa Terezinha de Itaipu, Céu Azul e São Miguel do Iguaçu foram as unidades onde prevaleceram os catarinenses.

Em síntese, 39 cidades respondem por mais de 60% do total de migrantes vindos para a região. As cidades mais citadas na pesquisa foram:

Tabela 18 - Principais cidades de origem dos associados

Nº DE OCORRÊNCIAS	CIDADE	ESTADO
13	Crisciumal	RS
11	Cerro Largo	RS
9	Criciúma	SC
8	Itapiranga	SC
8	Santa Rosa	RS
7	Horizontalina	RS
7	Santo Cristo	RS
7	Três Passos	RS

Nº DE OCORRÊNCIAS	CIDADE	ESTADO
5	Cândido Godoy	RS
5	Nova Veneza e	SC
5	Siderópolis	SC
4	Três de Maio,	RS
4	Marcelino Ramos	RS
4	Flores da Cunha	RS
4	Ijuí	RS

Fonte: Dados da pesquisa

Das 39 cidades citadas, as cidades restantes foram, do Rio Grande do Sul: Coronel Freitas, Erechim, Estrela, Roque Gonzales, Santo Ângelo, Tenente Portela, Augusto Pestana, Boa Vista do Buricá, Cruz Alta, Espumoso, Maurício Cardoso, São Luiz Gonzaga, São Paulo das Missões, Sarandi, Iraí e Vacaria. De Santa Catarina foram: Joaçaba, Turvo, Abelardo Luz, São José do Cedro, São Miguel do Oeste, Timbó e Urussanga. De São Paulo, em número reduzido, Ribeirão Preto.

Praticamente todos os associados afirmaram que os motivos que os fizeram optar pela Região Oeste do Paraná foi a busca de novas oportunidades e melhores condições de vida, com a aquisição de quantidades de terra mais produtivas e mais planas, e que fossem suficientes para garantir condições adequadas de sobrevivência na reprodução social da família.

4.2.3 Estrutura familiar e educacional

Buscou-se também caracterizar a estrutura familiar da pequena propriedade, especialmente em termos de número e nível educacional dos filhos, como forma de verificar se há perspectivas de continuidade da pequena propriedade ou se efetivamente seriam necessárias intervenções e/ou definição de algumas políticas públicas e/ou do próprio quadro através das cooperativas, para a renovação da gestão da pequena propriedade.

Com relação à composição da estrutura familiar, o número médio de filhos é

de 2,8 por família. Este número reflete uma diferença quando comparado à média nacional, que, segundo o IBGE (2005), baseado na Síntese de Indicadores Sociais 2003, ficou em 1,5 filhos por família.

Os dados mostram ainda que, em média, a metade dos filhos dos associados tem mais de 23 anos de idade³⁰. Uma boa parte (31%) deles já contraiu matrimônio, mas apenas 16% desses continuaram atuando na agropecuária. O êxodo rural entre os jovens tem como principal motivo a expectativa de melhores oportunidades de emprego ou estudo no meio urbano.

A maioria dos associados (63%) tem filhos estudando.

Dos filhos que estão estudando, 69% estão no ensino médio e 31% no curso superior. Dos associados que têm filhos estudando, 9% têm filhos matriculados tanto no ensino médio quanto no superior. Dos que têm filhos no ensino superior e no ensino médio, a média é de 1,7 filhos por associado. Dos que têm filhos somente no ensino médio, a média é de 1,6 filhos por associado. Dos que tem filhos somente no ensino superior, a média é de 1,4 filhos por associado.

Entre os matriculados no ensino médio, 93% estudam em escolas públicas e 7% em privadas. Já entre os matriculados no ensino superior, 29% estudam em escolas públicas, 66% em escolas privadas e 5% mesclam entre escolas públicas e privadas.

O fato de grande parte dos filhos dos associados terem intenção de trabalhar na cidade (47%) ou ainda estarem indecisos (34%) quanto ao seu destino após o término dos estudos, pode ser confirmado ao observarem-se os cursos superiores mais optados pelos filhos dos produtores, quais sejam Administração (19) e Letras/Normal Superior (8). Os cursos que mantêm relação mais estreita com as atividades agrícolas, sejam Agronomia, Engenharia

³⁰ Idade média estimada para a conclusão do curso superior.

Agrícola e Geologia, aparecem em terceiro lugar (7).

A maioria tem preferido as faculdades da região, ou seja, Medianeira, São Miguel do Iguaçu, Foz do Iguaçu, Santa Helena, Cascavel e Toledo.

As informações acerca das intenções profissionais dos jovens, aliadas à questão da idade média dos produtores rurais associados, sinalizam para um quadro de instabilidade profissional, para uma definição tardia da profissão e uma implícita tendência de diminuição da população rural, o que implica a necessidade de um pensar estratégico sobre a atual situação agrária.

4.3 Os pequenos proprietários associados e suas relações com a cooperativa

A investigação acerca das relações vivenciadas entre o pequeno proprietário e a cooperativa torna-se importante na medida em que se pode avaliar, com base na expressão dos próprios associados, o seu nível de participação e visão de mundo a respeito de alguns conceitos (como propriedade, cooperativismo), bem como os motivos que os levaram e os levam a buscarem esta forma de associativismo. Entende-se que, com esses e outros indicadores, será possível compreender se essas motivações efetivamente fazem parte de uma estratégia de fortalecimento da pequena propriedade, materializada na necessidade de defesa de interesses econômicos, de valorização da produção e de construção da identidade.

4.3.1 Nível de interação social na cooperativa e na comunidade

Para conhecer a intensidade de participação dos associados nas ações e decisões da cooperativa, especialmente em reuniões e/ou assembléias que implicam mudanças que podem interferir em suas atividades agrícolas, buscou-se estabelecer um comparativo com a sua participação social na vila, igreja e/ou comunidade em que está inserido. A participação

foi por eles classificada como: fraca, média ou forte.

Enquanto 51% dos associados consideram forte sua participação na comunidade, na cooperativa o percentual de associados que classifica como forte sua participação cai para 24%, em média. Na comunidade, apenas 7% dos associados considera sua participação fraca, sendo que na cooperativa esse percentual chegou a 20%. Os demais classificaram suas participações com intensidade média (56% para a cooperativa e 42% para a comunidade).

Esses números possibilitam algumas análises. Os associados, por serem, em sua maioria, participantes ou filhos de participantes do processo de colonização da região, baseado nos princípios da doutrina cristã, expressam nas relações comunitárias e espirituais a vitalidade de uma cultura que prega o amor a Deus e ao próximo, a solidariedade e as relações de amizade como forma de convivência fraterna e expectativa de vida eterna. Isso é mais fácil de ser materializado no grupo menor, na pequena comunidade e, sobretudo, pela influência do catolicismo que, culturalmente, se identifica mais com os aspectos espirituais e menos com os materiais e econômicos. Por isso também a participação na cooperativa é menor. O associado, apesar de enxergar na cooperativa o seu canal de sobrevivência e continuidade na atividade agrícola e, portanto, a garantia de continuidade de suas expressões identitárias, não empresta a mesma disposição de participação nas decisões como se percebe quando se trata das decisões e ações em prol da sua comunidade. Na igreja ou na comunidade o resultado do esforço comum é mais palpável, é mais visível. Geralmente em número reduzido, os membros das pequenas comunidades alimentam mais intensamente o sentimento de responsabilidade pelo sucesso ou fracasso de suas ações comuns, o que os faz participar mais ativamente.

Os agricultores da unidade de Itaipulândia são os que participam mais intensamente das atividades da comunidade/vila/igreja, com 80% dos associados afirmando ser forte sua participação. Os associados da unidade de Medianeira são os que consideram a

sua participação mais intensa na cooperativa, com 53% indicando a participação como forte. As propriedades da unidade de Ramilândia são as que consideram mais fraca sua participação na igreja (33%) e as propriedades da unidade de Matelândia são as que consideram mais fraca sua participação na cooperativa, com 61% considerando fraca a participação.

Questionou-se também se, independente da participação maior ou menor dos associados, a cooperativa tem proporcionado e favorecido a participação dos associados nas decisões. Sobre essas questões, obtiveram-se as respostas:

Tabela 19 - A cooperativa favorece a participação nas decisões?

UNIDADES	NÃO	SIM	MAIS OU MENOS
São Miguel do Iguaçu	15%	85%	0%
Santa Rosa do Ocoy	8%	92%	0%
São Roque	0%	100%	0%
Serranópolis do Iguaçu	16%	84%	0%
Santa Terezinha de Itaipu	6%	94%	0%
Ramilândia	14%	86%	0%
Missal	5%	93%	2%
Matelândia	30%	70%	0%
Itaipulândia	0%	100%	0%
Medianeira	0%	100%	0%
Santa Helena	7%	93%	0%
Céu Azul	8%	92%	0%
Diamante do Oeste	11%	89%	0%
Média	9%	91%	0%

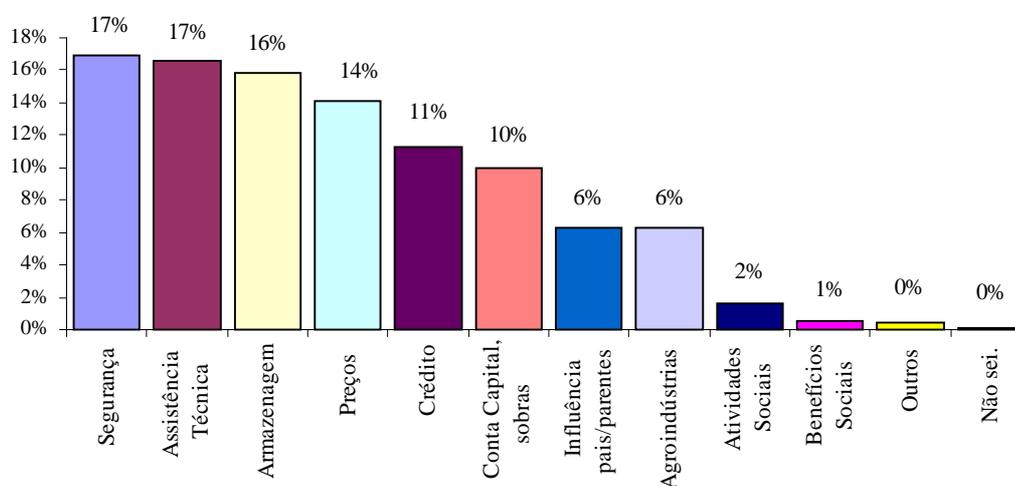
Fonte: Dados da pesquisa

Com essas informações, fica claro que, na visão dos associados, a cooperativa tem proporcionado a sua participação nas decisões acerca dos seus rumos e objetivos. Uma ressalva pode ser feita em relação à unidade de Matelândia, onde 30% dos associados afirmam que a cooperativa não proporciona e nem favorece a sua participação. Talvez resida aí o índice que aponta que 61% dos associados daquela unidade consideram fraca sua participação na cooperativa, o que merece uma averiguação pontual para diagnosticar as causas desta postura dos cooperados em relação à cooperativa.

4.3.2 Motivações para a associação

Ao se elaborar uma tese de que os associados pequenos proprietários buscam nas relações de cooperação uma forma de fortalecimento da sua propriedade, julga-se necessário, dentre outros indicadores, verificar efetivamente os motivos que levaram os associados a ingressarem na cooperativa. O gráfico mostra esses reais motivos.

Gráfico 3 - Motivações para a associação na cooperativa



Fonte: Dados da pesquisa

Observe-se que a necessidade de fortalecimento pode ser materializada nos primeiros três itens evidenciados no resultado da pesquisa. A cooperativa representou, para esses associados, uma segurança frente ao mercado que se apresentava emergente e, ao mesmo tempo, para os menos preparados e com poucos recursos, excludente. Segurança esta traduzida numa confiança que não era reproduzida pelas grandes empresas de capital nacional e internacional cada vez mais presentes, crescentes e ao mesmo tempo volúveis, ou seja, sem expectativas de fixação de raízes na região e com interesses especulativos e capitalistas. A cooperativa representou também uma segurança em relação às demais cerealistas da própria região, que, apesar de serem também opções, acabaram por prejudicar muitos pequenos produtores, que se deparavam com o produto entregue, mas dificuldades para receber a remuneração devida, uma vez que as empresas permaneciam por pouco tempo na região ou

mesmo quebravam.

A questão da segurança como forma de fortalecimento das pequenas propriedades fica mais visível quando se observam as propriedades da unidade de Missal, onde se originou a cooperativa. Esta unidade obteve a maior média entre todas as unidades, ou seja, 25% dos associados afirmaram ser por segurança os motivos pelos quais se associaram, enquanto que, nas demais unidades, a média para esse item foi de 17%.

A assistência técnica também pode ser considerada como parte de uma estratégia de fortalecimento da pequena propriedade. Considerando o seu nível de educação formal e técnica relativamente baixo, além de os recursos para o investimento em treinamento e tecnologias serem escassos, os pequenos proprietários analisam como prudente e necessário unirem forças e buscar tecnologia e conhecimento necessários para a viabilização da propriedade, capacitando-se melhor para poder enfrentar o mercado que é disputado pelos grandes produtores. Muito mais que venda de insumos agrícolas, a assistência técnica é também um meio educativo, no qual o pequeno proprietário tem acesso às noções e práticas desconhecidas até então, especialmente no trato com a terra, a importância da rotação de culturas, utilização adequada de agrotóxicos, numa interação entre produtividade e responsabilidade, produzindo com ética e respeito ao meio ambiente e gerações futuras. “A educação é um processo social fundamental na vida dos homens. Na cooperação como processo social, produz-se educação, sendo assim, a organização cooperativa, além de seus outros significados, também é um lugar social de educação.” (FRANTZ, 2001, p. 3).

Da mesma forma, a construção de estruturas para armazenamento da produção torna-se inviável, senão impossível para os pequenos proprietários, quando pensada isoladamente. Unindo-se em cooperativa, eles podem entregar a sua produção e, dependendo das condições de mercado, deixá-la armazenada nas instalações da cooperativa, estrategicamente aguardando por melhores preços.

4.3.3 Significados e percepções sobre a pequena propriedade e o cooperativismo

Entender os significados e percepções dos associados sobre temas como cooperativismo, pequena propriedade, e, além disso, conhecer as ações cooperativistas mais valorizadas é um caminho que pode levar à compreensão acerca das hipóteses aventadas.

No que diz respeito à necessidade de valorização da produção, a organização cooperativa tem definido, em seu estatuto social (ESTATUTO, 2003), no Capítulo 2, Art. 2º, como objetivo institucional, a “promoção e o desenvolvimento econômico e social dos associados e comunidade, através da agregação de valores à produção agropecuária”. Assim, desde que estejam condizentes com as operações da cooperativa, com origem nas atividades dos associados, e que obedeçam aos critérios mínimos de qualidade, proceder-se-á ao recebimento da produção dos associados, independente de quantidade, buscando pela maior agregação de valor possível, seja via busca de mercado, seja pela industrialização. Diferentemente das grandes empresas de capital, que escolhem os produtores e negociam preços de produtos específicos e em função de quantidades, o associado pequeno proprietário tem a certeza de que poderá produzir o que é possível na sua propriedade e que esses produtos terão o destino e a remuneração garantidos. Além disso, desde o início da década de 1990, os associados têm votado favoráveis à implementação de unidades industriais, como forma de agregar ainda mais valor à produção e possibilitar o ingresso em outras atividades, para possibilitar a diversificação das suas propriedades.

Essas e outras afirmativas, além de estarem no discurso da cooperativa, puderam ser corroboradas com a realização da pesquisa.

Em relação à questão da valorização da produção, 90% dos associados reconheceram que a cooperativa efetivamente tem valorizado a produção da pequena propriedade. Os que disseram ser a cooperativa uma entidade que não acrescenta nada em

relação às outras empresas somam 9%. A unidade de São Miguel do Iguaçu obteve o maior número de associados que fizeram essa afirmação. Entre os 1% que afirmam que a cooperativa é menos importante que as outras empresas, estão as unidades de Santa Rosa do Ocoy e Matelândia.

Uma outra questão foi desenvolvida buscando confirmar ou não as respostas da pergunta anterior. A questão buscou descobrir se a cooperativa, na visão dos cooperados, atende aos interesses e às necessidades da pequena propriedade.

Tabela 20 - A cooperativa e o atendimento aos interesses e necessidades da pequena propriedade

UNIDADES	NÃO ATENDE	ATENDE	MAIS OU MENOS
São Miguel do Iguaçu	11%	84%	5%
Santa Rosa do Ocoy	15%	85%	0%
São Roque	6%	94%	0%
Serranópolis do Iguaçu	11%	89%	0%
Santa Terezinha de Itaipu	0%	100%	0%
Ramilândia	0%	100%	0%
Missal	10%	83%	7%
Matelândia	12%	88%	0%
Itaipulândia	0%	100%	0%
Medianeira	0%	100%	0%
Santa Helena	7%	90%	3%
Céu Azul	0%	100%	0%
Diamante do Oeste	0%	100%	0%
Média	6%	93%	1%

Fonte: Dados da pesquisa

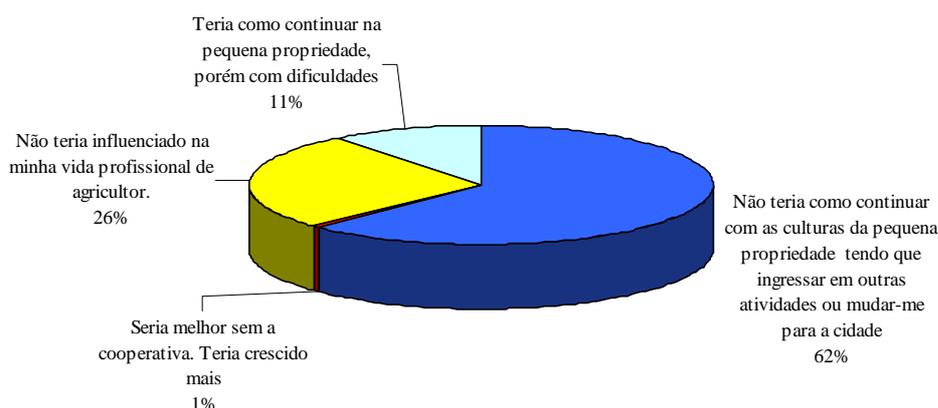
Pode-se, portanto, afirmar que, na média, os associados afirmam ser a cooperativa uma fonte de suprimento de necessidades gerais de condução das atividades das pequenas propriedades. Novamente se confirmam nas unidades de Santa Rosa do Ocoy e Matelândia os maiores índices de insatisfação, o que pode servir de subsídios para a cooperativa aprofundar a análise, avaliar as possíveis causas e propor medidas.

4.3.4 Instrumento de defesa dos interesses econômicos?

Além das situações já levantadas, especialmente na questão da assessoria técnica e da armazenagem, que, mesmo indiretamente, representam opções para a defesa dos interesses econômicos, buscou-se avaliar a opinião dos associados sobre a importância ou não da cooperativa na defesa dos seus interesses econômicos.

Motivou-se, portanto, os entrevistados ao exercício mental de imaginar a ausência da cooperativa na sua trajetória profissional. Os resultados foram os seguintes:

Gráfico 4 - Opinião dos associados sobre a hipótese de ausência da cooperativa



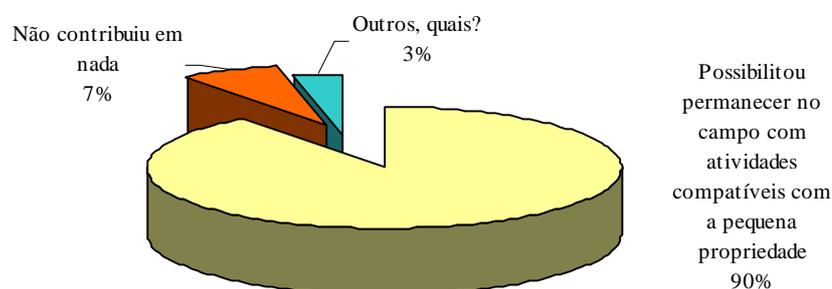
Fonte: Dados da pesquisa

Pode-se constatar, desta forma, que, para a maioria dos associados, a presença da cooperativa é considerada importante na defesa dos interesses econômicos. Contudo o indicador “não teria influenciado na minha vida profissional de agricultor” também teve representativa significância. Esse número é mais significativo em unidades como São Miguel do Iguaçu e Diamante do Oeste. Essas unidades também estão entre as que possuem maiores áreas médias de terra por produtor. Nas unidades de Santa Rosa do Ocoy e São

Roque, onde estão as menores áreas médias, a opinião dos associados expressa no indicador “não teria como continuar com as culturas da pequena propriedade tendo que ingressar em outras atividades ou mudar-me para a cidade” foi consideravelmente alto, chegando a 85% e 81% respectivamente. Os associados da unidade de Missal foram os que mais opinaram sobre a possibilidade de uma continuidade das atividades, no caso de não existir a cooperativa, porém com dificuldades (32%).

Com o intuito de aferir se a cooperativa efetivamente teve contribuição na estabilidade econômica dos pequenos proprietários e, caso positivo, em que contribuiu, a pesquisa evidenciou as seguintes posições a partir das entrevistas:

Gráfico 5 - Opiniões sobre a contribuição da cooperativa para a estabilidade econômica dos associados



Fonte: Dados da pesquisa

Nessa questão, além de ficar mais evidente a opinião positiva dos associados sobre a cooperativa, esta também se destaca como instrumento de fixação dos produtores no campo. Valeria a pena investigar a unidade de Ramilândia, onde 29% dos associados afirmaram que a cooperativa não influenciou em nada a sua estabilidade econômica. Também as unidades de São Miguel do Iguazu e Santa Rosa do Ocoy mereceriam uma investigação mais cuidadosa, já que, para esses, 14% e 15% respectivamente, opinaram

também que a cooperativa não contribuiu para a sua estabilidade econômica.

Sobre as outras contribuições para a estabilidade econômica, destacam-se as seguintes opiniões anônimas:

“Segurança. Posso vender quando eu quiser, pois tenho segurança em deixar os produtos armazenados. Além disso, ela oferece contratos de garantia de preço”

“Contribui, facilita”

“Opção de comercialização”

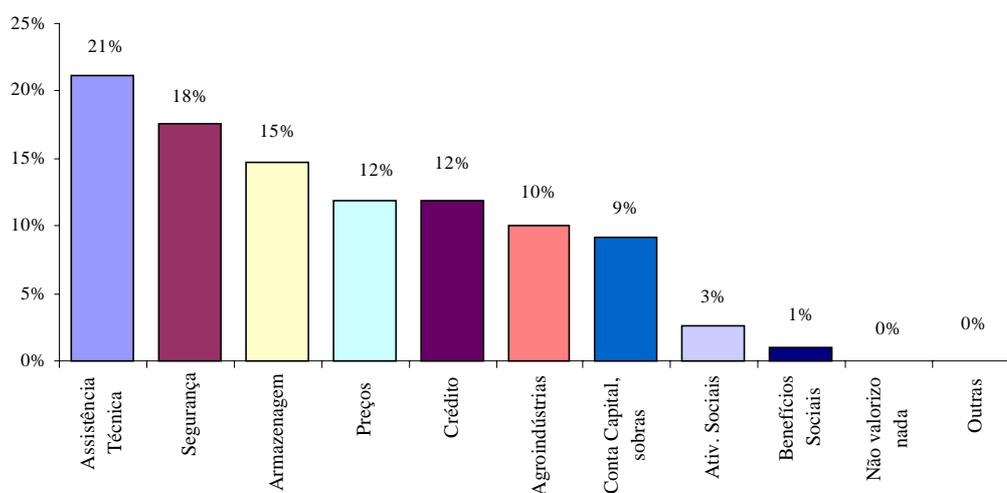
“Aprendi algo em cursos”

“É uma opção a mais para negociar” (QUESTIONÁRIOS, 2005).

4.3.5 Ações cooperativas mais valorizadas e a presença do elemento identitário

Não muito diferentes das motivações que os levaram a associar-se, as atividades ou aspectos da cooperativa que mereceram uma valorização maior por parte dos associados foram, em nível importância, Assistência Técnica, Segurança e Armazenagem, que, somadas, representam 54% das opiniões coletadas.

Gráfico 6 - As ações mais valorizadas pelos associados



Fonte: Dados da pesquisa

É importante mencionar que os questionários foram respondidos pelo

associado titular, em sua maioria homens, do que pode se deduzir o papel central que assume quando se trata de questões econômicas.

De uma forma espontânea, em pergunta aberta, buscou-se verificar, também, o que os associados mais valorizam na sua cooperativa. O resultado desse questionamento poderá ser utilizado pela cooperativa como subsídio para avaliar se suas práticas e discursos atuais estão sendo convertidos em melhoria das condições de sobrevivência dos pequenos proprietários, sejam elas econômicas ou mesmo sociais. Em síntese, as respostas foram:

Quadro 3 - Síntese da questão: o que você mais valoriza na sua cooperativa atualmente?

Segurança	Associado participa nas decisões
Facilidade de comercialização dos produtos	Integridade
Bom atendimento	Igualdade entre os associados
Tecnologias de assistência	A segurança da pequena propriedade
Supermercado	Amizade, 2ª família, as pessoas se conhecem
O coleguismo e as oportunidades que nos oferecem	A seriedade com que a diretoria vem buscando novos mercados para nossos produtos
Parceria	Trabalho com associado e família
Qualidade dos insumos	Preço firme
Organização	Valorização social que a cooperativa exerce
Crédito	É correta, segura
Criatividade	A oportunidade de crescer junto com a família
Responsabilidade	Agricultura e avicultura
Confiança	Incentivo para a agricultura
Dinamismo na questão de agroindustrialização para o setor	No momento atual vejo a cooperativa trabalhando para atender seus objetivos
Tudo	Seu crescimento e desenvolvimento
A valorização do quadro social	Suas indústrias
Possibilita permanecer na pequena propriedade	A preocupação da diretoria com o associado
Valorizo a sensação de ser "dono", participar de uma grande empresa	A cooperativa é muito diversificada em atividades e produtos
O trabalho diversificado do fomento	Quadro social
Significa o segundo lar, valorização, ser humano sem discriminação, garantia do nosso suor.	Assistência técnica. Ótima opção, vende os insumos mais em conta. Valoriza mais os produtos.
Bom atendimento, me sinto em casa	Segurança
Atendimento e emprego	A parte humana; bom atendimento
A estrutura forte que nos dá maior garantia	As atividades sociais
A estabilidade e a valorização do agricultor	Posso confiar na cooperativa
A certeza de ter onde entregar a produção	Administração confiável
A presença do gerente.	O incentivo para os pequenos produtores.

Fonte: Dados da pesquisa

Nota-se que, apesar de, nas questões dirigidas, os fatores econômicos revelarem-se de forma importante, as questões mais voltadas às expectativas de satisfação de necessidades de sociabilização, da expressão da amizade, de busca de um local público de encontro e de compartilhamento, do sentir-se valorizado como agricultor, sobressai-se também com significativa importância. Expressões como “me sinto em casa”, “a sensação de ser dono”, “coleguismo”, “amizade”, “a segunda família”, “as pessoas se conhecem” fornecem as premissas para se poderem apontar as questões sociais como marcantes e deveras importantes no meio social. O associativismo visto pelo seu sujeito pode ser entendido ainda como uma negação às conseqüências negativas da modernidade, como a impessoalidade, a necessidade da busca incessante pelo sucesso econômico e um certo esvaziamento das relações sociais. A expressão do “sentir-se em casa” ao referir-se à cooperativa pode ser analisada como mescla entre oportunidade de satisfação de necessidades econômicas com a de exercício da sociabilidade, manutenção e recriação da cultura e da identidade do agricultor, necessários para a sua satisfação e realização pessoal e familiar. A questão econômica, que, a princípio, pode parecer prioritária, é, na verdade, condição necessária e complementar para a sobrevivência, recriação do espaço e crescimento familiar.

A valorização da propriedade como instrumento de sobrevivência, mas também como resultado de “muita luta e trabalho”, traduz o sentimento de conquista e realização pessoal ante às situações adversas por que passaram, seja na terra de onde migraram ou na própria região, cujas dificuldades vêm sendo abordadas no decorrer deste trabalho.

Na questão aberta sobre os significados da pequena propriedade para si e sua família, em síntese, o que se viu, de uma forma ou de outra, em praticamente todas as respostas foram as representações de “sobrevivência” e “tudo”. Esse “tudo”, nas representações dos pequenos proprietários, vem denotar a unicidade de significados,

expressos numa fusão entre a importância dada à necessidade de sobrevivência e/ou subsistência, e às suas relações sociais e com a natureza, o que lhes proporciona lazer e vida saudável. Em outras palavras, a pequena propriedade é o local onde o agricultor se autocontempla como sujeito e construtor da sua realidade e também é o local onde ele recria seu espaço familiar e projeta sua realização plena.

Em síntese, algumas das opiniões dos associados acerca de suas representações sobre o significado da pequena propriedade.

Quadro 4 - Síntese da questão: o que a sua propriedade significa para você e sua família?

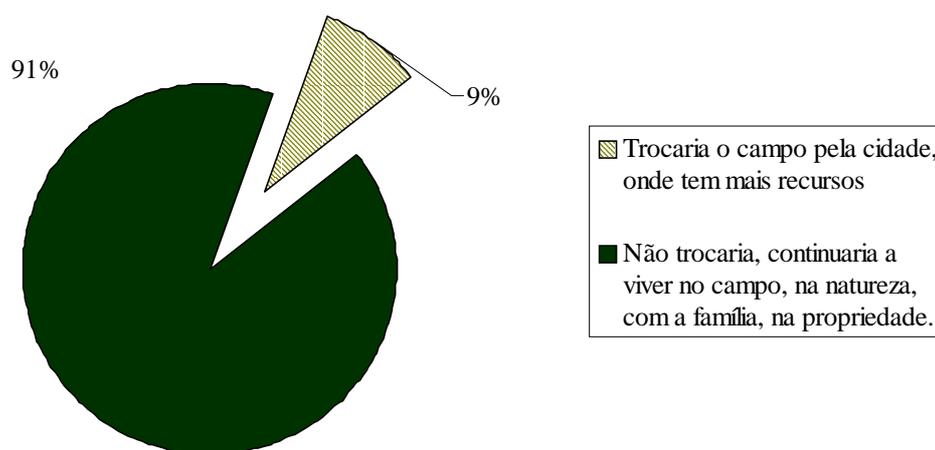
Tudo	Tudo o que tenho, devo à propriedade
Significa muito, pois tiro o meu sustento da terra	É a vida (toda a história)
Segurança, futuro	Significa que sou dono e produzo
Tudo. Se eu não trabalho, não tenho nada	Uma vida adquirida com o tempo
Significa tudo, porque sem ela não poderia dar condição para minha família	Um capital que foi conquistado, forma de ganhar dinheiro
Tudo. Auto-estima, a vontade de superar obstáculos, buscando sobretudo o bem-estar das pessoas que sobre ela vivem	Modelo de porte menor de uma cooperativa, pois é diversificada, dinâmica, funcional e com expectativa de futuro
O meu futuro e dos meus futuros filhos e principalmente a minha vida	Significa ter uma forma de viver bem com saúde e sustentabilidade
Um lugar de trabalho	Boa qualidade de vida; crescimento; sustento
É o local onde trabalhamos com prazer, ganhamos dinheiro e nos sentimos bem neste local	Meio de vida, bem-estar, trabalho, nos sentimos felizes, local de encontro familiar, produzimos tudo o que necessitamos. Se pudesse eu gostaria de ser enterrado na minha na propriedade, de tanto que gosto!
Significa ter moradia própria e sustento da família	Conquista, realização
Bem-estar, estar de bem com a natureza	O bem-estar em viver
Significa tudo, porque construí tudo com muito sacrifício	Tudo, a família sobrevive da propriedade, encontramos lazer
É o lastro que assegura um local caso outra empreitada não der certo	Segurança e bem-estar e certeza de estar com os pés no chão
O bem mais importante	Significa tudo o que tenho de melhor
Um pilar, ou seja, tudo	É um bem, com um valor incalculável, pois dali sai o sustento familiar
Significa tudo, vida, liberdade	Estabilidade na área rural a qual não vendo para ir para a cidade
A vida e o trabalho de cada membro da família	A razão do meu viver feliz é a minha propriedade e minha família
O trabalho, vida, lazer	Significa o meio de sobrevivência com dignidade
Significa mais tranquilidade e mais conforto	Contribuiu em realizar os desafios da família
A conquista do meu espaço de trabalho e sobrevivência para minha família.	Valores pessoais, familiares, dependendo dela.

Fonte: Dados da pesquisa

A questão da identidade pode ser afirmada quando se constata o gosto e o desejo de permanência com a natureza, nas relações sociais que se estabelecem no campo através das reuniões e encontros comunitários, bem como nas expressões de união e serviço voluntário para a consecução de objetivos comuns.

Uma outra forma encontrada para a verificação dessa identidade foi um questionamento acerca de uma possibilidade de mudança de ambiente, no caso de as rendas serem iguais no campo ou na cidade. Consideram-se decisivas as respostas dos associados para a elucidação da questão da identidade:

Gráfico 7 - Os associados e sua identidade com a vida no campo



Fonte: Cooperativa Agroindustrial Lar

Nessa questão, a preferência maciça pela vida no campo dos pequenos proprietários associados ficou claramente expressa. Eliminando-se a variável econômica, evidenciou-se, com 91% dos associados preferindo permanecer no campo, todo o sentido de pertencimento e satisfação com as coisas e relações sociais criadas e cultivadas no meio rural.

É preciso, no entanto, não descurar de algumas unidades onde foi detectado um maior descontentamento com as atividades e vivência no meio rural. Novamente a unidade de Matelândia destacou-se pelo maior índice de descontentamento, com 28% dos

associados afirmando que trocariam o campo pela cidade, no caso de rendas iguais. Apesar disso, com base nesses levantamentos acerca das opiniões e sentimentos do associados, é possível apontar o cooperativismo como um dos mecanismos e instrumentos encontrados para a consecução dessas expectativas dos pequenos agricultores, seja na defesa dos seus interesses econômicos e de valorização da produção, seja na manutenção do seu espaço familiar e da sua identidade. Frantz (2001) já abordava o cooperativismo como forma de resgate de valores identitários. Para ele,

Movimentos sociais, associações, cooperativas ou outras práticas sociais podem constituir-se em lugares sociais privilegiados para a reconstrução do coletivo, dos laços sociais rompidos, de reconhecimento e identificação social e cultural dos indivíduos. (LÉVY, 1999 apud FRANTZ 2001, p. 12)

4.3.6 Representações construídas sobre o conceito de cooperativismo

Apesar de a maioria desses aspectos já terem sido devidamente corroborados pelos associados em respostas a questões anteriores, buscou-se, também, de uma forma mais direta, conhecer as representações dos associados acerca do cooperativismo. Uma síntese das respostas é apresentada abaixo:

Quadro 5 - Os associados e o significado do cooperativismo

Organização de produtores	Forma de organização que permite manter-se na lavoura
Uma sociedade onde todos lutam por um objetivo comum	É uma maneira de organização para beneficiar um grupo de pessoas
A cooperativa é como se fosse uma família. Ela tem uma "cabeça" e decide como um todo.	Significa ajuda no trabalho e a colaboração de profissionais mais competentes
Em nossa família formamos o cooperativismo. Um meio de tomar decisões para um grupo e não para apenas um	Sistema econômico e social, que luta pelos interesses de seus associados, visando ao que é melhor para eles
Seria pra desenvolver mais a agricultura, porém agora está mais para a indústria	E a união de todos por um bem comum, cada um fazendo sua parte para o crescimento de todos
É formada por vários sócios, não tendo somente um dono	Um professor que, no dia-a-dia, a gente aprende sempre mais
O futuro	Valor ao pequeno agricultor

Segurança, confiança	Contribui para a minha estabilidade financeira
Órgão que coopera com produtor	Cooperar uns com os outros. Todos são iguais
Significa uma grande coisa para a propriedade, ajudando, facilidades em realizar negócios	Significa um meio melhor de comprar e integração e informação
É uma maneira de conseguir as coisas mais fácil em conjunto	Mais valorização à pequenas propriedades dando mais oportunidade aos pequenos
Os cooperados cooperam para ela se segurar	Troca de experiência
A cooperativa é uma empresa dos associados	A melhor coisa para o pequeno produtor
União da família cooperada	Oportunidade
Todos por um e um por todos	União e valorização
União, força, integração	Companheirismo e segurança
Deveria ter cooperação entre sócios com mesmos direitos	A união de um grupo de pessoas criando oportunidades para todos, com isso, vida melhor
Conjunto de pessoas com mesmos ideais	Avanço nas novas tecnologias
Uma sociedade de agricultores em busca de melhores condições para a propriedade	Foi e é aquela que nos dá segurança total as cooperados
Benefícios para todos os sócios	Confiança, incentivo ao pequeno produtor
Ajuda a resolver problemas, novas tecnologias	Na prática o cooperativismo fortaleceu todos os setores produtivos da agropecuária
Trouxe o progresso para a região	Como uma mãe para seus filhos
O fortalecimento do pequeno produtor	Significa uma parceria, onde os dois saem ganhando, produtor e empresa
Incentivo às propriedades	Cooperar é dividir alegrias e tristezas, lucros e despesas
Grupo de associados que trabalham juntos com visão de lucros para melhorar a situação de cada associado	É cooperar, mas eu acho que a Lar pensa muito nas grandes empresas, porque ela se tornou muito grande
Organização para o bem de todos.	Uma família.

Fonte: Dados da pesquisa

Nesses depoimentos, ficam evidentes algumas das hipóteses aventadas nessa pesquisa, como a questão do espaço público para a troca de experiências, aprendizado, disseminação de tecnologias, e especialmente pelas oportunidades geradas entre os pequenos proprietários. Sentimentos de pertença são identificados especialmente quando se observa, nas opiniões, associados que comparam o cooperativismo a uma família, onde todos buscam a realização de objetivos comuns.

Alguns sentimentos divergentes podem merecer uma atenção maior por parte dos próprios sócios e/ou da cooperativa pesquisada enquanto organização, pois, mesmo não sendo comportamentos-padrão, podem estar revelando alguns pontos de insatisfação. Refere-se a depoimentos do tipo: “deveria ter cooperação entre sócios com mesmos direitos”, “é cooperar, mais eu acho que a Lar pensa muito nas grandes empresas, porque ela se tornou

muito grande” e “seria pra desenvolver mais a agricultura, porém agora está mais para a indústria”.

Por fim, uma questão estaria, juntamente com as demais, auxiliando na resposta à questão central desse estudo, isto é, o porquê de os pequenos proprietários associarem-se e permanecerem na cooperativa. Estruturou-se, portanto, uma questão que levou em consideração duas premissas básicas: a econômica – voltada para a possibilidade de acréscimo na renda monetária – e a social, mormente na defesa e fortalecimento da unidade familiar, da identidade, no apego à natureza, nos laços culturais e no sentimento de pertencimento a um grupo que mantém os mesmos ideais, angústias, dificuldades e desejos. As respostas foram as seguintes:

Tabela 21 - Motivos pelos quais os associados permanecem na cooperativa

UNIDADES	PERTENÇO A UM GRUPO (COOPERATIVA) QUE COMPARTILHA DOS MESMOS VALORES, SÍMBOLOS, DISCURSOS, ETC.	NA COOPERATIVA POSSO OBTER MAIS RENDA DO QUE SE TRABALHASSE COM EMPRESAS DA REGIÃO	OUTRO. QUAL?	PERTENÇO A UM GRUPO COM MESMOS VALORES E POSSO OBTER MAIS RENDA
São Miguel do Iguaçu	40%	20%	25%	15%
Santa Rosa do Ocoy	54%	46%	0%	0%
São Roque	44%	50%	6%	0%
Serranópolis do Iguaçu	37%	37%	5%	21%
Santa Terezinha de Itaipu	16%	42%	0%	42%
Ramilândia	14%	57%	14%	14%
Missal	36%	62%	2%	0%
Matelândia	31%	44%	13%	13%
Itaipulândia	7%	47%	0%	47%
Medianeira	52%	15%	0%	33%
Santa Helena	41%	24%	7%	28%
Céu Azul	38%	38%	0%	23%
Diamante do Oeste	44%	22%	11%	22%
Média	35%	39%	6%	20%

Fonte: Dados da pesquisa

Considerando-se que existem empresas prestadoras de serviços pretensamente semelhantes aos da cooperativa, especialmente no que diz respeito à venda de

insumos e comercialização, mesmo assim a cooperativa é vista, pelos associados, como melhor alternativa de renda do que essas empresas de capital.

Não obstante, além das questões econômicas, com praticamente mesmo grau de importância estão os sentimentos identitários, de pertencimento a um mesmo grupo de compartilhamento de símbolos, valores, discursos, dentre outros. Se considerarmos os associados que escolheram as duas opções (pertencer a um mesmo grupo e obter mais renda), os associados que consideram a questão da identidade na sua decisão de permanecer na cooperativa somam 55%.

Entre as outras motivações para a permanência, expressas anonimamente, estão:

“Divisão das sobras”

“Onde a cooperativa se instala, não sai mais”

“No final do período (ano) posso resgatar parte do lucro”

“Porque investimos nas atividades”

“Porque ajudei construindo”

“Segurança, assistência”

“Porque a soma dos pequenos pode formar uma grande força”

“Garantia nas vendas dos produtos agrícolas”

“Facilidade de negociação”

“Comercialização, atendimento de qualidade e produtos”

“A cooperativa visa mais lucros para o pequeno agricultor, segurança e confiança”

“Assistência técnica”

“A força da agricultura brasileira depende em parte das cooperativas”

“Facilidade de crédito” (QUESTIONÁRIOS, 2005).

Como forma de subsidiar a direção da cooperativa com idéias e sugestões dos próprios associados, bem como avaliar os possíveis descontentamentos por parte dos associados, buscou-se avaliar, em forma de questão aberta, as suas opiniões acerca de como a cooperativa poderia contribuir para melhorar o desempenho da pequena propriedade.

O resultado foi sintetizado no quadro abaixo:

Quadro 6 - Opiniões sobre assuntos que poderiam melhorar na cooperativa

Ter pequenas reuniões técnicas nas propriedades mostrando o que poderia melhorar	Reduzir a taxa de juros
Não falta nada	Mais agroindústrias (outras rendas)
Melhorar os preços agrícolas	Está bom assim
Mais oportunidade para a diversificação, especialmente nos fomentos a suínos, aves, mandioca e vegetais	Acho que está bom assim. Os preços não dependem só da cooperativa. Subsídio seria difícil para atender a todos
Diferenciar melhor sócio de não sócio	Manter o preço de igual para igual
Ter mais vantagens do que o não associado na compra de insumos	Disponibilizar técnicos para atender especificamente pequenas propriedades

Fonte: Dados da pesquisa

Os pequenos proprietários sugerem, em linhas gerais, que a cooperativa continue buscando alternativas de diversificação para a viabilização da pequena propriedade, mormente para os fomentos pecuários. Além de uma atenção especial por parte da assistência técnica, eles pedem uma valorização maior pelo fato de serem associados da cooperativa, especialmente na questão dos preços dos insumos (na compra) e dos produtos agrícolas (na venda), bem como na questão dos encargos financeiros cobrados nas vendas a prazo.

4.4 Amostra de controle

As visões, opiniões, bem como as reais motivações que fazem os pequenos proprietários aderir ao cooperativismo foram evidenciadas na pesquisa direta com os próprios associados. Considerou-se oportuna, contudo, uma investigação acerca dos principais motivos pelos quais os associados deixam a cooperativa.

Todo associado, ao ingressar na cooperativa, preenche um “Cadastro de Admissão e Matrícula” (Anexo II), que se encerra na sua demissão, com o preenchimento pelo próprio associado (ou representante) das justificativas e motivos pelos quais deseja deixar a sociedade. Com base nesses documentos, buscou-se conhecer essas causas.

Foram amostrados 300 ex-sócios, que deixaram a cooperativa entre 1999 e 2005. A amostra ficou assim composta, por ano:

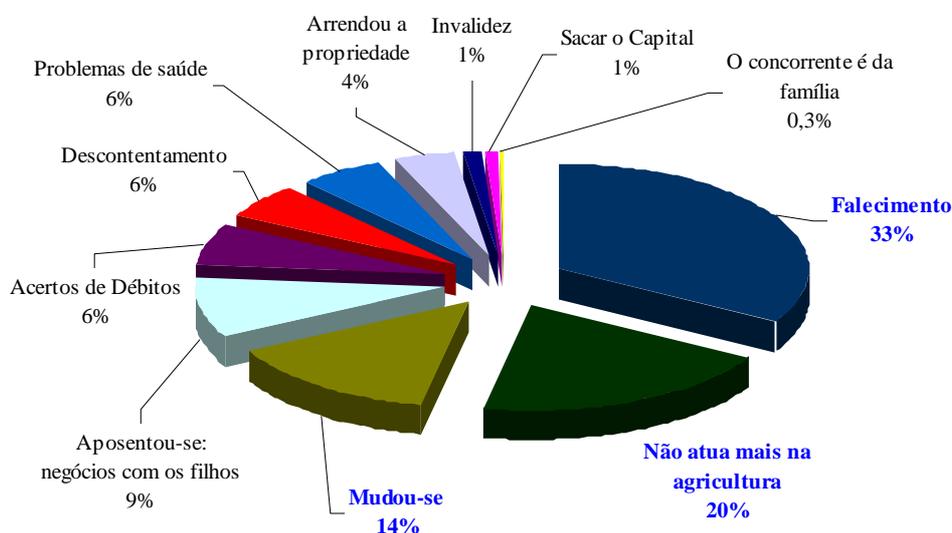
Tabela 22 - Amostra de controle – ex-sócios da Cooperativa Lar – 1999-2005

ANOS	AMOSTRA (ASSOCIADOS PESQUISADOS)
1999	66
2000	74
2001	55
2002	43
2003	28
2004	24
2005	10
TOTAL	300

Fonte: Dados da pesquisa

Estratificando-se os principais motivos, obtiveram-se as seguintes informações:

Gráfico 8 - Principais motivos pelos quais os associados deixam a cooperativa



Fonte: Dados da pesquisa

Corroborando e complementando as informações que tratam do sentimento de confiança nas ações da cooperativa para o pequeno proprietário – especialmente pelo

tempo médio em que permanecem na cooperativa – fica claro que, na questão dos motivos pelos quais os associados deixam o quadro social, prevalecem os fatores “naturais”. O falecimento dos sócios é o que predomina sobre as principais motivações. Em segundo lugar, estão os associados que pedem demissão, em função de não atuarem mais na agricultura, alguns motivados pela idade avançada e/ou pelo fato de os filhos também não estarem mais vinculados com a atividade, o que os obriga a vender ou arrendar a propriedade, e outros, ainda, porque realmente mudaram de atividade ou ocupação. A razão corrente entre os associados com idade mais avançada está expressa no depoimento que segue: “Estou desestimulado, tenho problemas de saúde na família. Os filhos todos saíram de casa, e agora somos somente eu e minha esposa. Irei arrendar as terras e diante disto decidi pedir demissão” (PROPOSTAS, 2005).

Essa informação se completa com o 4º motivo, que é por aposentadoria, onde os filhos estão assumindo a gestão da propriedade. Isto significa que, apesar de alguns filhos estarem deixando o campo para morar e trabalhar na cidade, ainda existe, como também se pôde evidenciar nas famílias dos pequenos produtores, filhos contraindo matrimônio e assumindo a condução das atividades agrícolas dos pais (16% dos casados), reproduzindo as relações familiares de produção.

A questão do descontentamento aparece, na ordem, como o 6º motivo dos pedidos de demissão, com 6% de representatividade entre todos os motivos.

Os motivos alegados foram os seguintes:

“Estou descontente com o atendimento”

“Como sócio não tenho mais vantagens que os não sócios”

“Não concordo com o desconto da taxa de capital e com a taxa de juros”

“Falta incentivo às pequenas propriedades”

“Gerente negou financiamento”

“Não atende às necessidades do miniprodutor”

“Não concordo com a mudança no estatuto”

“Não concordo que cooperados desviam produção e continuam sócios”

“Estou descontente com os preços dos insumos e preços pagos pela produção”

“Quero poder negociar preços com outras empresas” (PROPOSTAS, 2005).

Observe-se que a demissão não pode ser negada, conforme previsto no Estatuto (Art. 13º). Assim, como em toda sociedade com bases democráticas e de participação livre, há membros que não compactuam com algumas diretrizes, práticas, idéias e/ou valores. Respostas como “não tenho mais vantagens que os não sócios” podem estar se referindo a algumas dessas práticas.

Um outro fator que motiva, também, alguns associados a pedirem demissão é a possibilidade de sacar o montante acumulado do capital social, mesmo com as medidas adotadas pela cooperativa para evitar uma evasão de recursos. Uma das principais medidas tomadas por ocasião da revisão do Estatuto Social, em 1999, foi propor que o pagamento do capital social, por ocasião das demissões, fosse realizado em cinco parcelas anuais. Isso acabou gerando, para alguns, certo descontentamento, uma vez que, atualmente somente nos casos de doença grave, invalidez e morte, os associados e/ou representantes legais podem sacar o capital em parcela única. Nos casos de idade, quando completarem 65 anos de idade, os associados poderão retirar 90% do seu capital, também em parcela única.

Destarte, apesar de se evidenciar alguma representatividade, de maneira geral, é possível afirmar que os associados não deixam a cooperativa por descontentamento, mas por outras necessidades, como a mudança de residência ou de atividade, e, principalmente, por falecimento, o que lhes concede uma prerrogativa de confiança e consistência de visão por parte do quadro social.

5 A COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR E SUAS AÇÕES E RELAÇÕES COM OS PEQUENOS PRODUTORES

O propósito da seção é verificar se as ações desenvolvidas pela Cooperativa Lar atendem aos princípios cooperativistas, especialmente aqueles que se referem às práticas utilizadas em suas relações com os associados – como a *adesão livre e voluntária, educação, formação e informação, gestão democrática e livre, intercooperação e participação econômica dos associados* – e com a comunidade regional, através do princípio da *preocupação com a comunidade*. Pôde-se observar a consecução desses princípios em ações que enfatizam a educação cooperativista e na forma de organização do quadro social daí decorrente, resultando no desenvolvimento de formas alternativas de atuação econômica e geração de oportunidades sociais para o desenvolvimento dos associados. A chave para o entendimento desses resultados – que não eliminaram todas as dificuldades da pequena propriedade, mas atribuíram-lhe opções e condições de continuidade – parece encontrar-se em elementos compreendidos na noção de capital social. Sua conceituação tem, portanto, o intuito de contribuir para o entendimento do perfil, da inserção e da relação do quadro social com a organização cooperativa.

5.1 Considerações sobre o capital social

De maneira geral, capital é tudo o que gera ou contribui para a geração de riquezas. Tomando-se como base a análise do Banco Mundial, é possível estabelecer quatro formas básicas de capital: o natural, formado pela dotação de recursos naturais; o construído, gerado pelo homem e que inclui diversas formas de capital: infra-estrutura, bens de capital, financeiro, comercial, etc.; o capital humano, determinado pelo grau de nutrição, saúde e educação de sua população; e o capital social, descoberta recente das ciências do

desenvolvimento (KLIKSBURG, 2002). Acredita-se, por alguns estudos desse mesmo organismo, que as duas últimas formas de capital detêm uma parcela majoritária do desenvolvimento econômico das nações, indicando que nelas há chaves decisivas para o progresso tecnológico, a competitividade, o crescimento sustentado, o bom governo e a estabilidade democrática.

Um dos precursores das análises do capital social, Robert Putnam³¹ (1994) apud Kliksberg (2002, p. 20), conceitua o capital social como sendo “o grau de confiança existente entre os atores sociais de uma determinada sociedade, pelas normas de comportamento cívico praticadas e pelo nível de associativismo que a caracteriza”. Através desses fatores é que se pode determinar a riqueza e a força do tecido social interno de uma sociedade. Segundo ele, a

Confiança, por exemplo, atua como “reduzidor de potenciais conflitos” limitando o recurso às reclamações. As atitudes positivas em matéria de comportamento cívico, que vão do cuidado com os espaços públicos ao pagamento de impostos, contribuem para o bem-estar geral. A existência de altos níveis de associativismo indica que é uma sociedade com capacidade para atuar cooperativamente, armar redes, coalizões e sinergias de toda ordem em seu interior.

Esse tipo de capital social, traduzido por Putnam como Cultura Cívica, é, segundo este e outros autores, importante para a consolidação de práticas democráticas em uma comunidade. Além disso, pela especificidade desse estudo, admite-se que, “assim como outras formas de capital, o capital social é produtivo, possibilitando a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse” (COLEMAN³², 1988 p. 302 apud REIS, 2003, p. 44). Na visão desse mesmo autor, o capital social se apresenta de duas formas, a individual e a coletiva. A primeira refere-se ao relacionamento do indivíduo com sua rede

³¹ PUTNAM, R. *Para hacer que la democracia funcione*. Editorial Galac: Venezuela, 1994.

³² COLEMAN, J. S. Social capital in the creation of human capital. *American Journal of Sociology*, Chicago, v.94, Supplement, p. S95-S120, 1988.

de contatos sociais, reciprocidade e confiança. A segunda trata da relação de confiança e cumprimento de normas tácitas entre os indivíduos de uma comunidade ou sociedade, de forma a produzir ordem pública. Em seu exemplo, se, em uma vizinhança, as pessoas seguem normas comuns de cuidado uns com o outros, tão maior poderá ser o seu nível de segurança.

Alguns estudos indicam que o capital social pode ser usado de uma forma negativa, sob a forma *lobbies* políticos para extração de rendas ou mesmo em organizações criminosas (LAZZARINI et al, 2000), o que não invalida as potencialidades do capital social positivo.

A partir dessa conceituação é que se pretende visualizar o capital social, especialmente para este estudo. Não é objetivo, contudo, a medição quantitativa dos índices de capital social, mas a sua possibilidade de existência a partir das informações obtidas das manifestações do quadro social e demais informações obtidas junto à cooperativa.

Os resultados da pesquisa realizada com associados da cooperativa em estudo demonstraram a existência de certo grau de confiança, especialmente quando da constatação de que a permanência média dos associados na sociedade é de 16 anos, e também quando das evidências quanto ao fator *segurança* como um dos principais motivos pelos quais os associados ingressaram na cooperativa. Esse comportamento pode indicar coesão ou mesmo importantes relações de confiança entre associados e direção, o que facilita a definição de estratégias e metas para a organização. Importa mencionar que essa relação de confiança poderia ser quebrada se ações adversas às expectativas do quadro fossem tomadas, como o ingresso em atividades diversas às características da maioria e/ou por comportamentos que ferissem os valores culturais ou morais da sociedade. De outra forma, portanto, com decisões e ações desenvolvidas de acordo com as expectativas, cultura e valores do quadro social, fortalecem-se esses laços de confiança e aumentam-se os níveis de capital social, podendo, inclusive, despertar interesse de ingresso por parte de produtores não sócios.

Assim, o interesse pelo ingresso em sociedades cooperativas pode ser atribuído, em parte, pelas formas com que operam, transmitem e buscam informações junto ao quadro social, bem como pela própria sistemática pela qual essas organizações realizam o processo de admissão de novos sócios. O princípio da *adesão livre e voluntária* faz com que as sociedades cooperativas se caracterizem como entidades associativas e espaços públicos visados, especialmente pela confiança gerada e, mais ainda, quando definem como objetivos a inclusão econômica e social de seus membros. Portanto, especialmente na luta contra a exclusão, a cultura aparece como elemento de destaque. “Os grupos desfavorecidos têm valores que lhes dão identidade. Seu desrespeito ou marginalização pode ser totalmente lesivo a sua identidade, bloqueando as melhores propostas produtivas. Pelo contrário, sua potencialização e afirmação podem liberar enormes potenciais de energia criativa” (KLIKSBURG, 2002), agregando ainda mais valor ao capital social.

5.1.1 Forma de ingresso

A liberdade de adesão nas sociedades cooperativas pode contribuir para a coesão da sociedade e estímulo ao desenvolvimento do capital social, já que, grosso modo, há uma tendência de que permaneçam na organização os membros que comungam de mesmos pensamentos, opiniões e visões de mundo, ou seja, o sentimento de pertença que lhes proporciona identidade.

Um olhar mais subjetivo em relação a essa *liberdade* de adesão parece sugestivo e pertinente. Ao se pensar a organização cooperativa como um ente econômico, faz-se necessário considerar que essa *liberdade* de adesão não está totalmente ao nível do consciente do sujeito, uma vez que as circunstâncias econômicas podem influenciar e despertar o comportamento associativo, direcionando-o para a adesão em uma sociedade de

peçoas. No entanto, é experimentando o processo de educação cooperativista e as formas de participação democrática propostas pela entidade, que se faz possível a esse sujeito social a criação de suas próprias concepções acerca do movimento, o que contribui para a sua permanência e desenvolvimento da confiança necessária para a sustentabilidade do capital social. De maneira geral, o que se percebeu através da pesquisa com os produtores, é que, mesmo podendo não ser uma escolha totalmente racional, existe, em linhas gerais, um comportamento de confiança na organização cooperativista.

Um outro aspecto a que se pode recorrer sobre a decisão de associação é o que trata da influência cultural da colonização, especialmente das etnias germânicas e italianas, que estão assentadas sobre estruturas familiares e comunitárias historicamente gestadas e que, face a isto, percebem o sistema cooperativista como uma extensão das expectativas e das possibilidades da própria família e da comunidade. Essa é, aliás, uma das especificidades da cooperativa em estudo, cujas famílias associadas são compostas, mormente, por descendentes de alemães e italianos.

Os aspectos culturais apresentam-se, portanto, como elementos importantes quando da identificação do grau ou amplitude do capital social de uma sociedade, uma vez que comungam de aspectos básicos como a confiança, o comportamento cívico e o grau de associativismo. Esses aspectos culturais são vistos, na perspectiva de Geertz (1978, p. 15), como “o legado social que o indivíduo adquire do seu grupo”, e, ainda, “um mecanismo para a regulamentação normativa do comportamento”. Sendo assim, cultura envolve valores, percepções, imagens, formas de expressão e de comunicação, além de diversos outros aspectos que definem a identidade das pessoas e das nações. Valores que tenham suas raízes na cultura e sejam fortalecidos por esta – como o grau de solidariedade, altruísmo, respeito, tolerância – são essenciais para um desenvolvimento sustentável (KLIKSBURG, 2002).

Operacionalmente, na Cooperativa Lar, todo agricultor que reside ou tem

propriedade em sua área de ação pode vir a tornar-se sócio. Demonstrando interesse, o agricultor procura uma das unidades e inscreve-se através do preenchimento do “Cadastro de Admissão e Matrícula” (Anexo II), apresentando os documentos pessoais e de posse da propriedade, e/ou de arrendamento, se for o caso. O setor técnico da cooperativa realiza uma visita à propriedade para a checagem dos dados e, levantados os demais dados relativos à índole do futuro sócio (situação civil e criminal), procede-se o envio para a apreciação do Conselho de Administração, que faz a ratificação de todos os interessados, em reunião mensal. Assim, conforme definido em estatuto, toda pessoa física ou jurídica é livre para ingressar na cooperativa, desde que pratique atividade agropecuária ou extrativa condizente com as praticadas pela organização e que tenha livre disposição pessoal e de seus bens (ESTATUTO, 2003).

Uma vez sócio, o produtor pode participar dos comitês por atividades e das programações relativas à educação cooperativista destinada ao quadro social, além das oportunidades de participação para discussão e decisões da sociedade.

5.1.2 Formas de organização e participação democrática dos associados

A especificidade de demonstrar as formas utilizadas pela cooperativa para o relacionamento com os pequenos produtores tem como objetivo primeiro discutir as metodologias de incentivo à participação e da promoção do capital social.

Em seus primeiros anos de fundação, a cooperativa focou esforços e ações na busca de sua consolidação como empresa. Para isso, formulou as funções-chave de gestão e organizou as atividades em busca de condições de inserção no mercado, definindo canais de comercialização dos produtos agrícolas com implementação de tecnologias de cultivo agrícola.

Concomitante ao desenvolvimento dos processos administrativos e incrementos nas atividades, buscou estruturar-se de forma a atender aos interesses e demandas dos pequenos proprietários associados, entendendo-se estas a partir de ações econômicas de viabilização das atividades agrícolas, bem como das demandas sociais e de integração. Evidenciou, a partir daí, a necessidade de desenvolver o seu aporte de capital social, através de aprimoramento dos conhecimentos dos associados em torno dos princípios do associativismo e, sobretudo, do cooperativismo, visando ao entendimento das especificidades de uma organização cooperativa. A efetiva formação dessas novas competências, juntamente com o estímulo à troca de experiências, possibilitaria ao produtor maior autonomia nas suas decisões, sobretudo em suas atividades agrícolas, novas tecnologias, decisões de investimento, bem como auxiliaria a cooperativa na definição de rumos que pudessem representar a vontade e as necessidades do próprio quadro social. Na interação dos associados, dos cooperantes, em sua ação comunicativa, em seu diálogo como partícipes de um projeto comum, é possível a produção das condições ideais para um processo de socialização de conhecimentos e de experiências (FRANTZ, 2001a).

Portanto, além da questão da disseminação do conhecimento, julgou-se necessária uma maior participação e inclusão dos associados na vida da cooperativa, de forma a conhecê-la melhor, e, sobretudo, vivenciar, acompanhar e fiscalizar o cumprimento dos objetivos e princípios do cooperativismo, propiciando um canal aberto para críticas e principalmente sugestões. Os conhecimentos técnicos e comportamentais, além da disseminação e apreensão dos ideais e da doutrina cooperativista, faziam-se necessários tanto para o associado quanto para a sua família, entendendo-se esta como a totalidade do ente afetado pelas decisões da cooperativa e co-participante nas decisões do associado.

Residem, nessas ações, algumas das práticas relativas ao conceito de capital social, pois, ao que se percebe, trazia em seu bojo a visão de que a geração de riquezas

poderia advir do esforço das próprias pessoas, através do conhecimento e comprometimento com suas próprias causas.

Assim, no início da década de 1980, sob a égide dos princípios do cooperativismo, a cooperativa iniciou o seu processo de integração e participação do pequeno produtor rural, encontrando fundamentação doutrinária no princípio da *Educação, Formação e Informação*. O princípio atesta que “as cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas. Informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação” (OCB, 2004, p. 24).

Foram capacitados, inicialmente, em torno de 700 líderes, em temas como associativismo, doutrina cooperativista e vantagens da cooperação. Esses assuntos relacionavam-se com o exercício da liderança, trabalho em grupo, dificuldades e alternativas para as pequenas propriedades e da própria cooperativa, e demais campos das atividades humanas, no intuito de buscarem soluções para um melhor desempenho.

A capacitação deu-se, num primeiro momento, com os associados líderes de cada comunidade. Os cursos voltados às esposas dos associados e aos jovens começaram na mesma época, dando origem aos primeiros Clubes de Mães Cooperativistas e aos primeiros Grupos de Juventude Rural Cooperativistas.

Num segundo momento, no âmbito do quadro social, pensou-se na estruturação de uma forma de organização que pudesse fazer com que os associados pudessem cumprir com o duplo fluxo de comunicação com a cooperativa, seja no repasse de conhecimento e informação aos demais associados, como na oportunidade da participação dessas comunidades de produtores nas atividades da cooperativa, de forma contínua. Assim, a solução engendrada foi organizar os produtores associados em comitês educativos regionais,

onde cada entreposto (ou unidade) representava uma região. Nesses comitês tratava-se de assuntos de interesse do quadro social, como informações sobre a cooperativa, situação econômica do país e perspectivas para o cooperativismo, bem como de assuntos técnicos relativos às atividades agrícolas desenvolvidas, melhores práticas, administração da propriedade, dentre outros.

Esse sistema de organização por regiões representou um meio para a discussão dos assuntos comuns aos associados de uma região, de conhecer mais sobre a cooperativa e cooperativismo, bem como de técnicas de gestão da unidade de produção como um todo.

Contudo, com uma visão mais voltada para agregação de valores à produção agropecuária, em especial da pequena propriedade, em face às mudanças econômicas, especialmente com a liberalização dos mercados a partir da década de 1990, os esforços passaram a se direcionar para programas de incrementos de novos produtos e melhoria de eficiência e qualidade nos produtos já existentes. Essas medidas, além de uma visão prospectiva de melhoria de saúde econômico-financeira da cooperativa para a sua continuidade, visavam, ao mesmo tempo, prover o pequeno produtor de alternativas de produção compatíveis com sua estrutura produtiva e fundiária. Destarte, pelo incremento do número de atividades ofertadas pela cooperativa, com o início dos projetos de agroindustrialização, e pela necessidade de incremento em tecnologia e qualidade para o aumento da produtividade, necessitou-se de um tempo e também de uma atenção maior para o tratamento dos assuntos técnicos junto ao quadro social. A sistemática de organização social por região, onde todos os assuntos sobre todas as atividades eram tratados nas mesmas reuniões, necessitou ser revista.

A partir da primeira metade da década de 1990, utilizando o mesmo conceito dos comitês regionais, a cooperativa organizou os associados em comitês por

atividades, de acordo com as maiores incidências destas entre os associados.

Além das atividades agropecuárias, esses comitês incluíram ainda as mães (ou esposas) e jovens (ou filhos) dos associados, representando, além de alternativas para a participação dos associados, uma espécie de apoio decisorial na condução das atividades e negócios, uma vez que têm representantes no Conselho de Administração da cooperativa.

Portanto, essas ações de redirecionamento da organização social em comitês por atividades visaram, além da necessidade de proteção dos associados ante a desenfreada concentração de capital no campo, tornar a organização cooperativa competitiva ante o acirramento da liberalização comercial e o clima de instabilidade institucional que se intensificava no início da década de 1990. Os programas de qualidade e produtividade no campo, além dos estudos de novas atividades e até mesmo os projetos agroindustriais foram utilizados como alternativas viáveis para essa nova realidade econômica. O envolvimento e desenvolvimento da família associada, com a criação dos comitês de mães e jovens, visaram ainda à solidez da organização cooperativa, numa perspectiva de geração de um capital social fundado em bases coesas e que pudesse representar, além de um diferencial competitivo, através da comunhão de esforços e comprometimento, uma expectativa de geração de melhorias econômico-sociais para os próprios associados. Além disso, essas ações de envolvimento da família nas relações cooperativas podem estar relacionadas ao que Schallenberger (2003b, p. 10) tratou de “recidadanização”, que implica:

Transformar os indivíduos em sujeitos sociais, isto é, fazer crer que cada um era capaz de dar prioridade em tudo o que fizesse para o bem do todo, o que reverteria, depois, para o bem de cada um. A responsabilização em torno das funções sociais e a aproximação das mulheres e dos jovens da vida da comunidade significaram a busca da fonte de articulação do poder local na família, em base às relações do cotidiano. A família, a propriedade e a vida estariam, nesse sentido, mais seguras numa comunidade com um alto grau de capital social.

A representação esquemática dessa forma de organização social por comitês

pode ser verificada na figura abaixo:

Figura 2 - A forma de organização social da Cooperativa Lar



Fonte: Cooperativa Agroindustrial Lar.

Os objetivos dos comitês estão definidos no Estatuto Social, conforme segue:

Art. 19º - A cooperativa manterá o seu quadro social organizado em Comitês Educativos, Comitês por Atividades, bem como, representações de mães e jovens, formados exclusivamente por associados atuantes e/ou seus familiares na sua área de atuação, sem que possuam, entretanto, qualquer poder de ação ou deliberação administrativas.

I – O Comitê Educativo visará atuar com funções educativas, consultivas e auxiliares ao Conselho de Administração, devendo informar a este os anseios e reivindicações dos associados, bem como ser o órgão divulgador e transmissor da diretriz geral da sociedade.

II – Os Comitês por Atividades visarão promover o profissionalismo e a viabilidade dos produtores associados, bem como da sua família, dentro das atividades desenvolvidas pela Cooperativa.

III – As representações de mães visarão promover o desenvolvimento pessoal e profissional da mulher rural, com visão e ações voltadas para a co-participação da gestão da propriedade e da Cooperativa.

IV – As representações de jovens, filhos de associados, visarão promover o desenvolvimento pessoal e profissional do jovem rural, buscando despertar nele a sua vocação, bem como a identificação e a formação de novas lideranças, comprometidas com o futuro e a continuidade da Cooperativa (ESTATUTO, 2003, p. 16).

Percebe-se, pelos objetivos, que a educação proposta pela cooperativa na conformação dos comitês vai além da educação formal e objetiva uma capacitação mais técnica, no âmbito da pequena propriedade.

Aos associados é dada a liberdade de participação em qualquer um (ou mais de um) dos comitês por atividades, que, além dos ensinamentos e práticas do cooperativismo, configuram-se como fóruns de discussões, debates técnicos, sugestões e reivindicações de interesses comuns dos associados à cooperativa. Essa organização também tem possibilitado a inserção dos associados em outras esferas, especialmente as públicas, quando da reivindicação de políticas públicas para o seu segmento. Esta função já havia sido propalada por Schallenberger (2003b), quando relatava que, no início das primeiras comunidades cristãs, formadas a partir da colonização e organização da igreja da imigração, houve iniciativas de organização de produtores em associações³³ ou sociedades que, além de objetivarem a apreensão da complexidade do universo dos pequenos agricultores, buscavam nas formas cooperadas as respostas aos desafios dos colonos, tanto no universo privado como no público. No universo público, foram responsáveis, junto com outras entidades como os sindicatos e as próprias caixas rurais, pela formação do espírito de civismo entre os colonos, através da sua participação na vida pública, o que evoluiu para a formação e solidificação do próprio poder

³³ Como a Associação Rio-grandense de Agricultores – *Bauerverein*, liderada, em 1900, por Theodor Amstad.

local, com a promoção e viabilização das mudanças sociais desejadas, sob a égide da religião (SCHALLENBERGER, 2003a, p. 16). Este poder tornava-se necessário pela insuficiência da presença do Estado no atendimento das demandas daquelas comunidades e, por isso, as cooperativas, como organizações autônomas, sem vínculo com o Estado, representaram e representam, também nos dias atuais, uma espécie de instituto de autodefesa das comunidades.

As ações da cooperativa em estudo, como representante desse poder local frente às demandas da comunidade, podem ser verificadas, inicialmente, a partir da sua origem, quando objetivava, em espírito cristão, apoiar e prover os colonizadores de produtos e serviços básicos, numa região de difícil acesso e distante dos aparatos estatais. Assim,

“[...] a fundação foi uma opção dos agricultores e uma necessidade de sobrevivência. Não houve nem interferência e nem participação de órgãos do governo. [...] Outra característica importante da cooperativa foi a prestação [de serviços] na abertura e manutenção de estradas, pontes, escolas e poços, além de organizar as atividades produtivas, sociais, culturais e esportivas, mantendo um clube social.” (JORNAL COTREFAL SICREDI, 1999, p. 7).

Mais recentemente, além das ações desencadeadas através dos comitês na defesa dos interesses das atividades específicas³⁴, tem atuado de forma mais abrangente, como no exemplo da viabilização de crédito e mediação, junto a órgãos ambientais, de questões que afetam os pequenos proprietários.

Na forma de organização social da cooperativa, cada comitê tem sua diretoria e se reúne a intervalos planejados. No estágio atual, a cooperativa comporta os seguintes comitês:

³⁴ Como a viabilização, junto a prefeituras, de sistemas de irrigação para os hortigranjeiros, distribuição gratuita de ramas de mandioca, convênios com órgãos públicos para a promoção e treinamento, definição de preços mínimos em determinadas culturas, como o milho, a mandioca, dentre outras.

Quadro 7 - Os comitês por atividades

ATIVIDADE	COMITÊ
Agricultura (1)	Cooper Agri
Leite	Cooper Leite
Suínos	Cooper Sui
Aves	Cooper Aves
Ovos	Cooper Ovos
Vegetais	Cooper Vegetais
Amidos	Cooper Amidos
Mães	Cooper Mães
Jovens	Cooper Jovens

Fonte: Cooperativa Agroindustrial Lar.

Nota (1): Entendida, nesse caso, como o cultivo de cereais, especialmente soja, milho e trigo.

Por questões logísticas e para viabilizar a participação de maior número de associados, esses comitês foram divididos em núcleos, tendo como critério a proximidade entre os entrepostos ou unidades. A divisão dos núcleos é apresentada abaixo:

Quadro 8 - Os comitês e a divisão por núcleos

COMITÊ	NÚCLEO	UNIDADES PARTICIPANTES
Cooper Aves	São Roque	São Roque, Missal e Itaipulândia
	Céu Azul	Céu Azul e Diamante do Oeste
	Matelândia	Matelândia e Ramilândia
	Santa Helena	Santa Helena
	Medianeira	Medianeira e Serranópolis do Iguaçu
	São Miguel do Iguaçu	São Miguel, Santa Terezinha e Santa Rosa
Cooper Suínos	Missal	Missal, Santa Helena, São Roque, Itaipulândia, Santa Rosa e Diamante do Oeste
	Medianeira	Medianeira, Céu Azul, Ramilândia, Serranópolis do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu e Matelândia
Cooper Vegetais	Itaipulândia	Todas as unidades
Cooper Leite	Santa Helena	Santa Helena, São Roque e Diamante do Oeste
	Missal	Missal e Itaipulândia
	São Miguel do Iguaçu	São Miguel do Iguaçu, Santa Rosa e Santa Terezinha de Itaipu
	Medianeira	Medianeira e Serranópolis do Iguaçu
	Matelândia	Matelândia, Céu Azul e Ramilândia
Amidos	Missal	Todas as unidades
Cooper Agrí	Cada unidade é um núcleo	Todas as unidades
Ovos	Medianeira	Todas as unidades
Cooper Mães	Cada unidade é um núcleo	Todas as unidades

COMITÊ	NÚCLEO	UNIDADES PARTICIPANTES
Cooper Jovens	Cada unidade é um núcleo	Todas as unidades

Fonte: Cooperativa Agroindustrial Lar.

Cada núcleo possui uma diretoria composta por quatro membros: coordenador e vice-coordenador, secretário e vice-secretário.

Dos comitês por atividades emerge o Comitê Educativo Central (ou Comitê Central). Como cada comitê tem sua coordenação própria, os seus coordenadores e secretários (dois membros por comitê) representam os demais associados no Comitê Central. Quanto aos comitês de mães e jovens, participam do Comitê Central os Coordenadores e Secretários Gerais. Ou seja, o Comitê Central é formado pelos representantes de cada comitê. O Comitê Educativo Central é composto da seguinte forma:

Tabela 23 - Composição do Comitê Educativo Central

COMITÊS	NÚCLEOS	DIRETORIA	TOTAL MEMBROS LÍDERES	PARTICIPAM DO COMITÊ EDUCATIVO CENTRAL
Aves	6	4	24	12
Suínos	2	4	8	4
Vegetais	1	4	4	2
Leite	5	4	20	10
Amidos	1	4	4	2
Agrícolas	13	4	52	26
Ovos	1	4	4	2
Mães	13	4	52	2
Jovens	13	4	52	2
Conselho Fiscal				6
Conselho de Administração				12
Total	55	36	220	80

Fonte: Cooperativa Agroindustrial Lar.

Além dos representantes de cada comitê de negócios, fazem também parte do Comitê Educativo Central os conselheiros fiscais e os conselheiros de administração, definidos como membros “natos”.

O Comitê Educativo Central é um órgão oficial de assistência e apoio direto

ao trabalho do Conselho de Administração da cooperativa, isto é, como visto nos objetivos, um órgão auxiliar funcional e consultivo, de atuação doutrinária, porém sem poder de voto ou de deliberação na cooperativa.

A valorização da família, através das representações de mães e jovens, que têm cadeira no Conselho de Administração, representados pelos seus coordenadores gerais, juntamente com o coordenador do Comitê Central, é um dos fundamentos da educação cooperativista da Cooperativa Lar. Apesar de os seus membros não terem poder de voto, é possível que essas coordenações possam representar uma opção de participação e de voz aos associados junto às decisões estratégicas da cooperativa. Como são organismos de consulta, os membros podem utilizar a argumentação, o questionamento e o debate para influenciar as decisões do Conselho de Administração na definição das políticas e dos programas a serem desenvolvidos pela cooperativa.

O Comitê Central tem suas atividades planejadas no início de cada ano, com a definição de ações e cronograma de reuniões. O planejamento anual das atividades é elaborado com cada grupo organizado de acordo com seus interesses e em consonância com a missão da cooperativa. As reuniões do Comitê Central são também vistas como um fórum de discussões onde são avaliadas as atividades, informados os resultados da cooperativa, bem como discutidos os rumos, objetivos e metas para o período subsequente.

Para efeito de cotejo, os objetivos e a filosofia dessa forma de organização social atendem ao princípio cooperativista da *gestão democrática e livre*, que diz que os associados devem participar ativamente na formulação de políticas e tomadas de decisão (OCB, 2005).

É pertinente que se observe que esse mesmo sistema não está isento de riscos, especialmente os que incidem sobre as formas de representação, em que diretorias e coordenações estão mais presentes nos níveis estratégicos de decisão. Embora se trate de um

sistema de organização que, em sua essência, busca a participação, envolvimento e capacitação dos pequenos proprietários associados numa possibilidade de maior viabilização das atividades agrícolas, pode-se incorrer em cooptação, excesso de lealdade e passividade nas questões estratégicas da organização, cujos melhores remédios são encontrados nos programas de educação cooperativista e na constante rotatividade dessas coordenações regionais e setoriais.

As coordenações de todos os comitês, inclusive a do Comitê Central, são eleitas para um período de dois anos. Escolhe-se o coordenador, vice-coordenador, secretário e vice-secretário de cada núcleo de comitê e os coordenadores e secretários, eleitos em todos os núcleos, passam a participar como membros efetivos do Comitê Central. O processo eleitoral acontece a partir da auto-apresentação voluntária dos candidatos, postos em votação secreta para a definição das coordenações locais, isto é, dos núcleos. O nome mais votado em cada cargo (coordenador e secretário) será o titular e o segundo mais votado será o vice. No caso de mães e jovens, existe também a eleição das coordenações regionais (núcleos), mas a coordenação geral, que irá participar do Comitê Central, é eleita a partir dos núcleos, também com auto-apresentação de candidatos para coordenador e vice, secretário e vice, gerais. No caso do Comitê Central, a eleição da coordenação se dá a partir das coordenações de todos os comitês de atividades. Entre os 80 integrantes do grupo de coordenação dos comitês são escolhidos o coordenador geral e vice, secretário e vice, da mesma forma como se elegem os coordenadores e secretários dos comitês por atividades.

Essa forma de organização sugere a presença da *intercooperação* no interior da própria cooperativa. A concepção do princípio da *intercooperação* diz respeito, em geral, à cooperação entre cooperativas. No caso da cooperativa em estudo, a forma de organização em comitês que refletem setores produtivos específicos faz com que os interesses e a complementaridade de ações sejam postos a serviço do engrandecimento do todo.

Já nas primeiras organizações cooperativas do Sul do Brasil, como as desenvolvidas pela Sociedade União Popular (*Volkverein*) no Rio Grande do Sul, entendia-se que, para a promoção do bem-estar social e a elevação cultural, era necessário promover a melhoria das condições materiais de vida. Os indivíduos estariam seguros de si se encontrassem nas famílias o equilíbrio e nas comunidades as vias para o desenvolvimento. O sustentáculo dessas bases residia na poupança e na produção organizada e cooperada. Entre as lições para a consecução desta base, apregoava-se que:

[...] Pelo resultado da soma das pequenas economias podem ser realizados grandes projetos.

[...] Na destinação das pequenas sobras, as grandes obras assistenciais encontram a sua realização.

[...] Na cooperação está a possibilidade da realização dos limites individuais e a promoção do bem-estar de todos resulta da satisfação de cada um (SCHALLENBERGER, 2001, p. 545-546).

Assim, cada associado é convidado a contribuir com o todo a partir de suas possibilidades, mesmo que pareçam, individualmente, pouco representativas.

A organização por comitês possibilita ao quadro social, que é dotado de uma heterogeneidade marcada por especificidades tanto locacionais e climáticas quanto culturais e sociais, a concretização do conceito e do próprio exercício da cooperação. Contribuindo com suas disponibilidades individuais, sejam econômicas – mesmo que em pequenas cotas de produção – ou por sua inserção e participação na cooperativa, os pequenos proprietários associados estão também contribuindo para o somatório e a composição do todo, possibilitando à cooperativa o ingresso em novas possibilidades de geração de riqueza e renda. A interação e integração das diversas atividades da cooperativa acabam por avolumar-se e contribuir não somente de forma individual, para o próprio associado, que se utiliza da assistência técnica e dos rendimentos da sua atividade, mas também para os demais associados que atuam em outras atividades. Um exemplo disso está na forma de distribuição

das sobras de final de exercício, que é realizada tendo como base o montante originário do somatório de todas as atividades. Assim, os associados se beneficiam das tecnologias repassadas nos comitês, auxiliam no crescimento da cooperativa fornecendo a sua produção e sua participação, e acabam recebendo rendas originárias também de outras atividades, bem como beneficiando outros associados com a renda de suas próprias atividades.

Pode-se também considerar, a partir dessa forma organizacional e da assistência técnica oferecida, as interferências de ordem cultural na vida da família associada. Se, por um lado, as inovações tecnológicas geram maior produtividade nas atividades agrícolas, por outro acabam contribuindo para o aporte, criação e recriação de valores e de elementos culturais. A variável tecnológica, por exemplo, pode influenciar a cultural, agregando conhecimento e modernidade ao meio rural. Com o conhecimento dos mecanismos que definem os preços das *commodities* ou o acesso a tecnologias de cultivo, informações meteorológicas precisas, além de equipamentos e processos modernos, os pequenos proprietários acabam ingressando em um novo patamar cultural, de domínio ou, no mínimo, de aceitação de algumas das vantagens da modernidade. A cooperativa pode representar, portanto, um canal para a inclusão tecnológica da família associada, que, entendendo as novas tecnologias aplicáveis às atividades da propriedade, acaba ampliando a visão e acessando também as tecnologias disponíveis para o conforto da vida familiar, como a televisão e outros mecanismos. Isso pode estar incluso no conceito de recidadanização visto anteriormente, porque auxilia, através do processo de educação, no crescimento e desenvolvimento do capital social da organização.

Por fim, se, para a formação e desenvolvimento do capital social, são necessários elementos como cooperação, altruísmo e confiança, é possível que, nas organizações cooperativas do Oeste do Paraná, especialmente na cooperativa em estudo, estejam presentes os elementos centrais para a sua concretização. A doutrina do social-

catolicismo, em cujos preceitos inspiram-se os princípios do cooperativismo, possui os elementos fundantes e tidos como necessários para a geração desse capital social, quais sejam a cooperação, confiança mútua e a negação às lutas de classes. Evidencia-se, portanto, desde suas origens, as condições ideais para o desenvolvimento do capital social.

5.1.3 Outras formas de participação

A participação social, sob a ótica do capital social, é vista como fator crítico para o sucesso e a continuidade do grupo. Entendido por James Joseph³⁵ (1998) apud Kliksberg (2002, p. 21) como um “vasto conjunto de idéias, ideais, instituições e arranjos sociais através das quais as pessoas encontram voz e mobilizam suas energias individuais para causas públicas”, a noção de capital social pressupõe, para efeito desse estudo, que as organizações cooperativas devem proporcionar e motivar continuamente a participação dos seus cooperados, seja por meio de representação e/ou por outras formas, de maneira que se possibilite a oportunidade de expressão e voz a todos os interessados. Na cooperativa em questão, além das oportunidades de participação através da organização por comitês, os associados também são incentivados a participarem em outras oportunidades, quais sejam:

a) Giro de reuniões com a diretoria: pelo menos uma vez por ano, a diretoria executiva realiza o chamado giro de reuniões, com visitas a todas as unidades de sua área de ação, levando as informações quanto ao desempenho, ações realizadas e não realizadas, planos e a situação do ambiente de negócios (político, econômico e social) no qual está inserida a cooperativa. Além de trazer informações aos associados, a diretoria se abre às manifestações do quadro social, no saneamento de dúvidas, críticas e sugestões de melhorias

³⁵ JOSEPH, J. (1998). *Democracy's social capital: civil society in a new era*. Adress, January 15.

na condução das atividades.

b) Pré-assembléias: além do giro de reuniões anual, a diretoria realiza, nos meses que antecedem à Assembléia Geral Ordinária, outro giro de reuniões com os associados de todas as unidades, de forma a antecipar e discutir os principais assuntos a serem tratados na assembléia, tais como resultados do ano, números que demonstram o desempenho dos negócios, principal ação do ano, planejamento de ações para o ano seguinte, discussões quanto às necessidades de investimentos e destinação das sobras do exercício, se for o caso.

c) Assembléias: Anualmente são realizadas as Assembléias Gerais Ordinárias, com a ratificação ou rediscussão dos assuntos tratados nas pré-assembléias, e prestação de contas do exercício anterior, compreendendo relatório do Conselho de Administração, balanço geral, demonstrativo da conta de sobras e perdas, parecer do Conselho Fiscal e da auditoria externa, plano de atividades e previsão orçamentária para o exercício seguinte. Também destinação das sobras do exercício, e eleição e posse dos membros do Conselho Fiscal para o exercício seguinte.

Caso haja decisões estratégicas, previstas em estatuto e necessárias no decorrer do exercício, há a convocação dos associados para as Assembléias Gerais Extraordinárias. Um exemplo dessa situação ocorreu em julho de 2001, quando os associados foram convocados para tratar da reforma do Estatuto Social da cooperativa.

5.2 A propriedade e a produção na cooperativa

5.2.1 As políticas de agroindustrialização e as relações com a estruturação da produção na propriedade

Esses conhecimentos e esclarecimentos acerca dos princípios e ideologia

cooperativistas, obtidos nos comitês e nas outras formas de participação, contribuíram para a formação de um capital social que foi capaz de visualizar, de forma mais clara, a necessidade de evolução da organização, inclusive da necessidade de uma administração mais moderna e profissionalizada, preparada para os novos desafios que se apresentaram. Assim, nas pré-assembléias e assembléias realizadas no início da década de 1990, os associados decidiram eleger uma nova diretoria, com um estilo de gestão voltado para o mercado competitivo, e ao mesmo tempo para os seus interesses, no desenvolvimento de novas atividades devidamente alinhadas e relacionadas com a estruturação da produção das pequenas propriedades, objetivando torná-las mais viáveis. Isto fez otimizar a própria mão-de-obra familiar disponível, inclusive a do jovem, que, em muitos casos, assumiu algumas das atividades da propriedade, contribuindo para a diminuição do êxodo rural. Algumas dessas atividades, como a mandioca, vegetais (cenoura, couve, brócolis, milho verde), frangos (com aviários financiados pela Sicredi) e suínos, representam as maiores e mais rentáveis atividades da cooperativa.

O fato é que dirigentes e associados perceberam que as novas demandas de mercado, aliadas à situação de continuidade com atividades suscetíveis às intempéries climáticas, fariam por descapitalizá-los. Além disso, para além das questões climáticas, uma exclusividade ou foco maior em culturas geralmente produzidas em áreas maiores, como a soja e o milho, desvirtuaria os ideais cooperativistas, uma vez que poderia privilegiar um grupo menor.

A organização do quadro social, definida através dos comitês por atividades e por um comitê central, desenvolveu e capacitou o quadro social, tendo assumido papel decisivo na mudança do perfil da cooperativa e na consecução dos seus objetivos econômicos e sociais. A agroindustrialização, sob a égide da viabilização da cooperativa e das atividades dos associados, pequenos produtores, parece ter sido a tônica e o foco das ações da

cooperativa, especialmente a partir da década de 1990, quando os maiores investimentos têm sido feitos nas plantas industriais das pequenas culturas, como a Mandioca (1994), Beneficiamento/Classificação de Ovos (1996), Vegetais (1998), Produção de Leitões (1998) e Aves (1999).

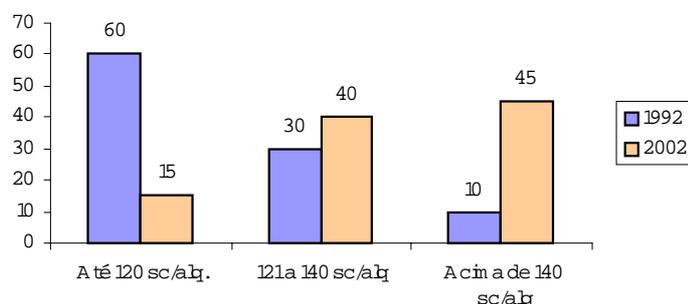
Essa mudança de perfil e os resultados obtidos através da organização social se expressam na evolução da produtividade das atividades no decorrer dos anos, conforme demonstração abaixo:

5.2.2 Atividades Agrícolas (Cooper Agri, Cooper Amidos, e Cooper Vegetais)

A partir do início da década de 1990, a cooperativa iniciou uma série de ações em conjunto com os Comitês, como técnicas de manejo do solo (como o plantio direto), palestras técnicas, dias de campo, orientações sobre cultivares, utilização correta de defensivos, dentre outras ações que foram batizadas de Programas de Eficácia.

Para ilustrar a mudança em termos de produtividade, observe-se o gráfico, que traz a produtividade da soja de 1992 comparativamente à de 2002. Em 1992, 60% dos associados colhiam até 120 sacas por alqueire, 30% colhiam de 121 a 140, e apenas 10% colhiam uma produção acima de 140 sacas por alqueire. Com a implementação dos Programas de Eficácia, esses índices de produtividade se reverteram. Em 2002, apenas 15% dos produtores colheram até 120 sacas por alqueire, 40% de 121 a 140 e 45% colheram com uma produtividade acima de 140 sacas por alqueire de soja.

Gráfico 9 - Evolução da produtividade da soja



Fonte: Cooperativa Agroindustrial Lar

Percebeu-se ainda que, apesar de a cooperativa ter associado novos produtores a cada ano e ter sofrido com frustrações de safras, houve uma evolução nos volumes de recebimento da produção, atribuída à aplicação da tecnologia ofertada através da assistência técnica e disseminada nos comitês, resultando em aumento nos níveis de produtividade das propriedades. Isto pode ser demonstrado a partir do histórico de dados disponibilizados pelas atividades desenvolvidas nos diferentes comitês de associados.

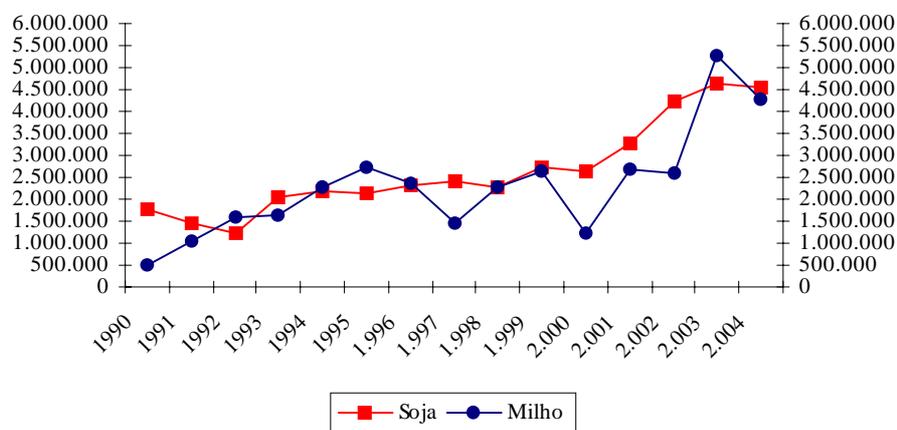
Especialmente na soja e no milho, o aporte de tecnologia começa com a orientação técnica e com a escolha de cultivares adequados para cada tipo de solo e clima. Nesse sentido, a cooperativa busca, através do princípio da *intercooperação*, o apoio tecnológico necessário junto a uma cooperativa central, a Cooperativa de Pesquisa Agrícola - COODETEC, que desenvolve pesquisas na área de melhoramento genético. Esse estreito relacionamento, possibilitado pelas relações entre cooperativas, possibilita aos produtores o acesso à tecnologia de ponta e qualidade em matéria de sementes.

A evolução do recebimento da soja experimentou uma taxa geométrica de crescimento³⁶ médio na ordem de 8,37% ao ano, e o milho em 10,15% no período que está

³⁶ Mede o crescimento instantâneo de um conjunto de números num determinado período de análise. Maiores considerações sobre o processo de cálculo desta taxa, ver: HOFFMANN & VIEIRA (1987).

representado no gráfico abaixo.

Gráfico 10 - Evolução do recebimento de soja e milho, em sacas – 1990-2004



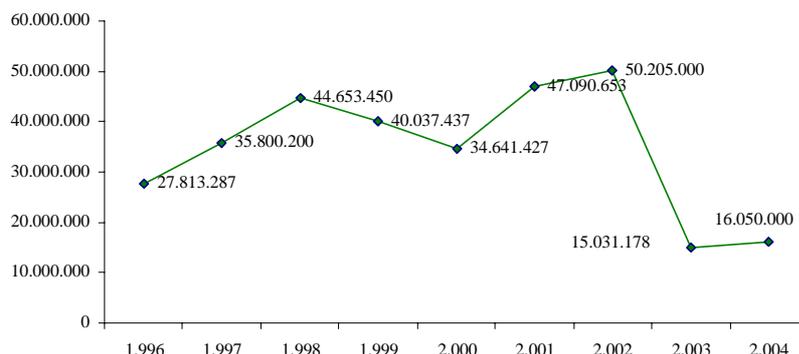
Fonte: Cooperativa Agroindustrial Lar

Para estimular o aumento dos índices de produtividade do quadro social, a cooperativa realiza, anualmente, um concurso interno de produtividade, que premia os produtores que obtiveram as melhores médias de produção, especialmente nas culturas de soja, milho e trigo. O concurso de produtividade premia tanto os associados adultos quanto os jovens.

As demais culturas, também articuladas nos comitês por atividades, apresentaram configurações distintas.

A produção da mandioca, coordenada pelo Cooper Amidos, sofreu forte influência do preço da soja, que, por ser muito atrativo de 2003 até meados de 2004, ocasionou uma importante queda na quantidade recebida. Os produtores migraram para aquela cultura de soja até que os preços da mandioca estivessem mais convidativos. A taxa geométrica de crescimento média em termos de recebimento dessa última cultura ficou em - 7,08% ao ano, no período representado através do gráfico abaixo.

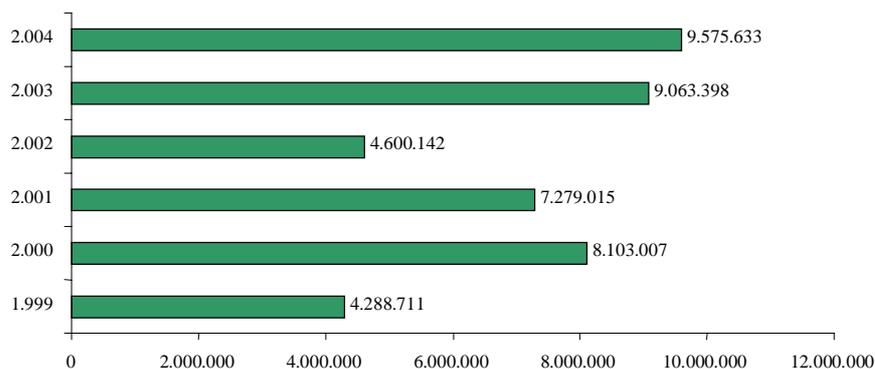
Gráfico 11 - Evolução do recebimento mandioca, em quilogramas – 1996-2004



Fonte: Cooperativa Agroindustrial Lar

Quanto aos hortigranjeiros, a vazão é dada pela Unidade Industrial de Vegetais, inaugurada no final de 1998. O Cooper Vegetais é o fórum onde se discutem as alternativas para a atividade. Um exemplo do envolvimento entre associados, cooperativa e órgãos públicos, é quanto à busca de novas tecnologias, como a viabilização de projetos de irrigação e cultivares apropriados à região.

Gráfico 12 - Evolução do recebimento de vegetais, em quilogramas – 1999-2004



Fonte: Cooperativa Agroindustrial Lar

Esta foi uma das atividades engendradas pela cooperativa quando dos estudos de novas oportunidades em atividades que pudessem adaptar-se às especificidades das pequenas propriedades, especialmente quanto à utilização de poucas áreas de terra e emprego da mão-de-obra familiar. É uma atividade que vem se destacando pela adesão dos pequenos

produtores. São processados na unidade, sob forma de alimentos congelados, o milho verde, a cenoura, a couve-flor, o brócolis, a mandioca de mesa, e a batata-frita (matéria-prima importada). Também são enlatados o feijão, o milho verde, a ervilha e o dueto (milho verde com ervilha).

Apesar de se tratar de culturas delicadas e suscetíveis ao clima, ao que se apresenta, experimentaram importante crescimento, desde o início das atividades, com taxa geométrica de crescimento na ordem de 11,76% ao ano, no período analisado.

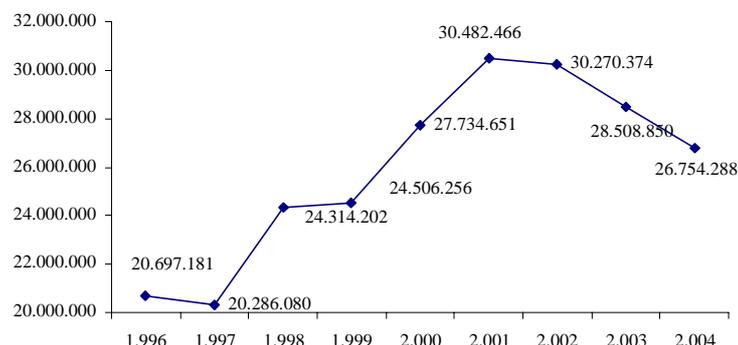
5.2.3 Atividades Pecuárias (Cooper Leite, Cooper Sui, Cooper Ovos e Cooper Aves)

No caso do Cooper Leite, o recebimento da produção também pode espelhar um aumento nos níveis de produtividade, especialmente a partir de 1997. No entanto, a partir de 2003 experimentou-se uma queda no recebimento da produção, explicada, em parte, como na cultura da mandioca, pela valorização do preço da soja, que fez com que alguns produtores vendessem seus plantéis para investirem em terras e máquinas destinadas ao cultivo da soja. Somou-se a isso a concorrência em preços por litro de leite com outras empresas, fazendo com que alguns produtores desviassem a produção para empresas não cooperativadas. Por fim, registrou-se também um certo desestímulo por parte de alguns produtores dada a intensidade de trabalho que a atividade exige e a sua baixa rentabilidade.

Em termos de organização da produção, é uma atividade que se integra facilmente com as culturas de soja e de milho. Uma sistemática de integração comumente adotada é a do produtor que cultiva soja no verão, utilizando os dejetos bovinos como adubo, e planta aveia ou milho para silagem, no inverno, para o alimento do rebanho leiteiro.

Um histórico de produção pode refletir o crescimento da atividade, que obteve taxa geométrica de crescimento de 4,62% ao ano, no período analisado.

Gráfico 13 - Evolução da produção de leite, em litros – 1996-2004



Fonte: Cooperativa Agroindustrial Lar

A suinocultura é outra atividade que está presente desde o início das operações da cooperativa.

A complexificação e as exigências do mercado demandaram uma progressiva necessidade de evolução em sua matriz de integração, de forma a possibilitar a continuidade da atividade junto aos pequenos proprietários. Pôde-se evidenciar essa evolução a partir do cumprimento de algumas fases, que podem ser assim caracterizadas:

a) Ciclo completo – os produtores associados operavam em todas as fases da produção, adquirindo as matrizes, os reprodutores, iniciando a produção com os leitões e terminando os suínos para posterior entrega à cooperativa. O envolvimento da cooperativa era basicamente o de prestação de assistência técnica, crédito e no fornecimento (venda) da ração. Esta tecnologia de produção iniciou com a cooperativa e se estendeu até meados da década de 1990. Esse sistema de integração acabou por gerar o problema da baixa produtividade. As causas principais residiam, especialmente, na falta de instalações adequadas para a criação dos leitões e na falta de especialização da mão-de-obra, mesmo com a assistência técnica da cooperativa.

b) Especialização por fases de produção – houve uma divisão do trabalho entre os produtores associados. Nesse sistema havia basicamente duas fases: a do produtor iniciador (que possuía as matrizes e reprodutores, iniciando os leitões até 63 dias) e a do

terminador (que recebia o leitão com 63 dias e fazia a terminação até a entrega à cooperativa). O envolvimento básico da cooperativa centrou-se, também, na assistência técnica e na venda de rações.

Os problemas principais residiam na necessidade de altos investimentos por parte dos iniciadores, que necessitavam adequar suas instalações, com creches, maternidade, e adquirir matrizes, o que despertou pouco interesse por parte dos produtores. Isso acabou gerando, também, problemas para os terminadores, que não tinham produção suficiente para viabilizar suas pocilgas. Além disso, ao misturar os lotes com suínos oriundos de diversos produtores iniciadores, houve um agravamento das questões de sanidade animal, com resultados negativos para alguns produtores. Essa fase perdurou até o final da década de 1990.

Em virtude desses problemas e após discutir sobre a sua interferência nesse processo, a cooperativa resolveu iniciar a operação de uma Central de Produção de Leitões, de forma a produzir animais com qualidade necessária para os associados terminadores.

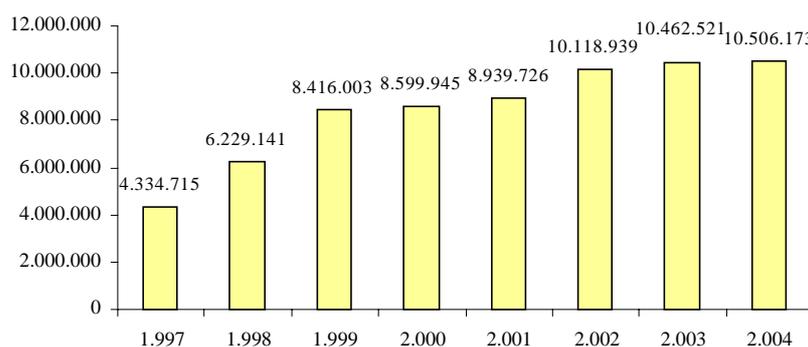
c) Centrais Produtoras de Leitões – apesar de alguns produtores ainda continuarem com a atividade de iniciação, houve uma certa centralização, por parte da cooperativa, dessas atividades que exigem um grau maior de investimento, tecnificação e de especialização da mão-de-obra. Na Unidade Produtora de Leitões, a cooperativa produz as matrizes e adquire os reprodutores, realizando inseminação artificial através de uma central de inseminação. Dispõe de toda a estrutura necessária, com condições controladas de acesso contra contaminação, produzindo os leitões com até 63 dias, que são entregues aos terminadores. Assumindo essa atividade, a cooperativa fez com que algumas melhorias fossem possíveis, como a formação de lotes com suínos oriundos da mesma origem, padronização genética superior, possibilidade de formação de lotes de suínos com pesos mais homogêneos, melhor controle sanitário, melhor controle ambiental dos dejetos (granjas construídas distante de nascentes), menor consumo de água por animal, dentre outras. Em

função de o estrato fundiário ser formado por pequenos proprietários, a cooperativa limitou em 500 o número de animais por associado, visando um melhor controle ambiental. Aos associados que desejam entrar na atividade, é feita uma avaliação sobre a localização atual ou futura da pocilga, orientando-os sobre a correta localização e sobre a necessidade do controle ambiental dos dejetos.

Nesta atividade a cooperativa também revela seu papel de facilitar a vida dos pequenos produtores, especializando-se em atividades com considerável nível de tecnificação, liberando o associado para a realização das etapas que são de seu interesse e domínio.

Essas mudanças, assim como outros assuntos da suinocultura (como conversão alimentar), são debatidos e difundidos através do comitê Cooper Sui. A evolução da produção, que apresentou taxa geométrica de crescimento de 11,82% ao ano, no período analisado, é demonstrada no gráfico abaixo.

Gráfico 14 - Evolução da produção de suínos, em quilogramas – 1997-2004



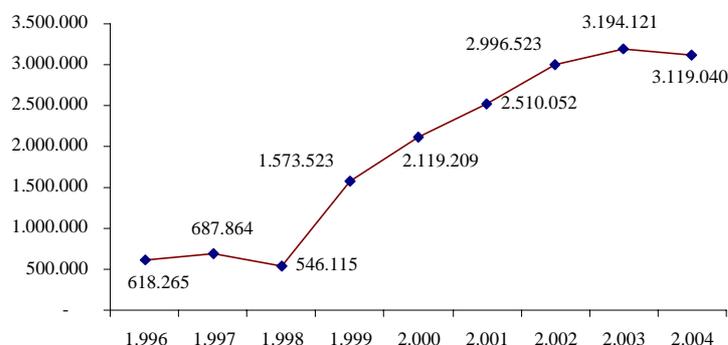
Fonte: Cooperativa Agroindustrial Lar

O princípio da *intercooperação* também é praticado nas atividades de produção de leite e de suínos, já que é a Cooperativa Central Agropecuária Sudoeste Ltda. – Frimesa – quem faz a industrialização das matérias-primas, transformando-as em produtos embutidos de suínos e derivados de leite.

A atividade de ovos postura representa, também, uma opção para os pequenos produtores, já que demanda pouco espaço e pode-se utilizar da mão-de-obra familiar. Toda a produção dos associados é levada à Unidade de Classificação de Ovos e comercializada em sua totalidade. O principal mercado é o extremo oeste paranaense.

A partir das informações disponíveis, que vão de 1996 a 2004, pôde-se evidenciar a evolução da produção de ovos, coordenada pelo Comitê Cooper Ovos, que se preocupou, juntamente com a assistência técnica da cooperativa, com melhorias no armazenamento de ração para as galinhas poedeiras e demais itens que pudessem garantir uma melhor qualidade da produção. Isso fez com que a atividade tivesse um crescimento geométrico de 28,29% ao ano, no período analisado.

Gráfico 15 - Evolução da produção de ovos, em dúzias – 1996-2004



Fonte: Cooperativa Agroindustrial Lar

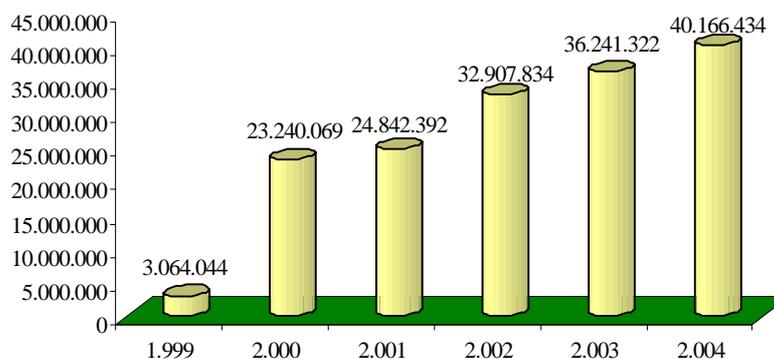
Esta atividade tem despertado o interesse dos pequenos proprietários, evidenciado pelo aumento do número de integrados ano a ano. Em 1996, quando as atividades do setor foram iniciadas pela Cooperativa Lar, eram 30 e em 2004 passaram a ser 46 produtores integrados.

A atividade avícola, iniciada em 1999, é considerada um dos marcos do processo de agroindustrialização da cooperativa, já que, para um bom número de pequenos proprietários, tornou-se uma das principais alternativas de renda.

A cooperativa consegue, dessa forma, agregar valor à produção dos associados, buscando a verificação e o atendimento às demandas externas, com exportação de praticamente toda a sua produção.

Coordenada no quadro social pelo Cooper Aves, a atividade apresentou um crescimento geométrico médio na ordem de 51,25% ao ano, apresentando o seguinte retrospecto.

Gráfico 16 - Evolução do recebimento de aves, em cabeças – 1999-2004



Fonte: Cooperativa Agroindustrial Lar

Seguindo reivindicação dos associados pequenos proprietários, a cooperativa planeja para os próximos anos uma ampliação da capacidade de abate da sua Unidade Frigorífica.

Em linhas gerais, a partir da abertura dos volumes de recebimento da produção da cooperativa, pode-se perceber a ocorrência de crescimento em praticamente todas as atividades, com exceção da mandioca, o que tem contribuído para a manutenção da saúde financeira da cooperativa, dado que seus resultados têm-se mantido positivos. Parte desses resultados está sendo destinada aos associados sob a forma de sobras ou sendo capitalizados na sociedade na forma de investimentos, especialmente na agroindustrialização. Além disso, no âmbito do quadro social, o capital social gerado é revertido em melhorias na

gestão da propriedade, conforme observado por Kliksberg (2002, p. 22), quando diz que o capital social acumulado através da participação pode beneficiar o associado individualmente e criar benefícios coletivos, como: a) práticas agrícolas mais eficientes do que nas propriedades em que não há a participação; b) aumento do nível de informação e tecnologia com utilização de fertilizantes e agroquímicos aprimorados; c) melhores informações sobre o mercado; d) maior disposição ao risco pelo sentimento de segurança em fazer parte de uma rede social; e) cooperam mais na comunidade onde estão inseridos.

5.2.4 Outras formas de atuação econômica para o desenvolvimento dos associados

A agroindustrialização foi uma das formas marcantes de atuação econômica para o desenvolvimento dos pequenos produtores na Cooperativa Lar e para a mudança do perfil econômico tanto da pequena propriedade quanto da cooperativa, que passou da fase de beneficiamento e intermediação de produtos primários para a da transformação e agregação de valor. Não obstante, quando se remete ao princípio cooperativista de *participação econômica dos associados*, além das formas de intervenção e promoção de atividades econômicas vistas acima, outras formas podem ser identificadas.

a) Distribuição de sobras

Os associados participam economicamente na cooperativa integralizando o capital por ocasião da sua admissão (de 100 a 700 quotas partes, dependendo do tamanho da propriedade). Uma das especificidades da Cooperativa Lar é o fato de não descontar taxa de integralização de capital por ocasião da movimentação dos associados, especialmente na entrega da produção. Por outro lado, no caso da cooperativa auferir resultados positivos, todos os associados acabam por receber uma parcela do montante das sobras, com parte sendo transferida para o seu capital social (que poderá ser sacado nas situações já mencionadas), e

outra parte sendo recebida em dinheiro.

No ano 2004, a Assembléia Geral Ordinária aprovou a distribuição de R\$ 12.736.459,00 (Doze milhões, setecentos e trinta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais) aos associados, sendo que 60% desse valor foram creditados na conta de capital e 40% foi pago em dinheiro. Nessa distribuição, considerou-se a movimentação das operações do associado com a cooperativa e o saldo da conta capital de cada um. Os valores foram distribuídos proporcionalmente a esses movimentos.

A justificativa para a distribuição dos resultados econômicos desta forma está na natureza das sociedades cooperativas, isto é, são, por princípio, sociedades de pessoas com fins econômicos, cuja remuneração se dá pelo trabalho das pessoas e não no capital, como o das grandes corporações capitalistas. Ao atuar com empresas de capital, além de o produtor não auferir participação nos resultados econômicos, essas empresas, via de regra, remetem os resultados econômicos para outros centros ou outros países, contribuindo menos com o desenvolvimento regional.

b) Comercialização

A cooperativa define, para toda a sua área de ação, suas próprias políticas de comercialização. As empresas de capital tomam como base os preços praticados pela cooperativa para a fixação do valor dos produtos de compra. Assim, é possível entender que a ausência da cooperativa nessa região poderia provocar uma insegurança para os agricultores, especialmente quanto aos preços praticados pelas empresas de capital. Uma combinação de níveis de preços, por privilegiar a acumulação de capital, poderia prejudicar a saúde econômico-financeira das unidades agrícolas, deixando-as sem opção de comercialização da produção.

As formas de negociação revelam, por seu turno, peculiaridades. No caso da

comercialização da produção agrícola, normalmente os preços de compra da produção são definidos muito próximos ao momento da colheita ou até mesmo diariamente (mercado spot). Assim, é comum, entre os produtores, a realização de contratos de garantia de preço e fornecimento da produção, muitas vezes ainda no momento do plantio, como uma prevenção contra quedas acentuadas no momento da comercialização. Esse mesmo instrumento pode ser utilizado por empresas de capital como vantagem, se, no momento da compra da produção, os preços negociados em contrato com os produtores se configurarem menores do que a realidade de mercado. As empresas, via de regra, cumprem os preços negociados em contrato. No caso da cooperativa, o altruísmo faz com que situações como esta possam ser contornadas, evitando perdas maiores para os associados. Um exemplo disso foi o que aconteceu nas safras de soja e milho nos anos 2003 e 2004. Na soja, os associados que haviam fechado contrato a US\$ 10,00 por saca e, na safra, por condição de mercado, podiam ser vendidos a US\$ 12,00, tiveram a oportunidade de ignorar o contrato e vender o produto a esse preço de mercado (ou quando melhor lhes conviesse), pagando as custas de 10% sobre o valor contratado. Para os produtores essa opção foi vantajosa, já que, se tivessem que vender, por exemplo, 1.000 sacas de soja a US\$ 10,00, conforme contrato, teriam uma renda de US\$ 10.000,00. Ignorando o contrato e pagando os US\$ 1.000,00 de custas, tiveram um acréscimo de renda de US\$ 1.000,00, pois a receita totalizou US\$ 12.000,00.

Num outro exemplo, para o caso do milho safrinha, cuja safra é prevista para os meses de agosto e setembro, a cooperativa garantiu, ainda no mês de novembro do ano anterior, através de contratos, o preço mínimo de R\$ 15,00 por saca para todos os associados interessados. Se nos meses de safra os preços de mercado estivessem acima deste valor, a cooperativa não consideraria o contrato e pagaria o preço de mercado, sem nenhuma multa contratual. Evidentemente, se o preço estivesse menor que R\$ 15,00, a cooperativa garantiria esse valor aos seus associados. A garantia do preço mínimo visa assegurar a oferta

de milho para as atividades pecuárias da cooperativa, especialmente rações para os fomentos aves e suínos. A definição dos preços antecipadamente é pautada em projeções de custos que, em última análise, poderiam ser agregados aos produtos finais que utilizam o milho como matéria-prima. Isto foi definido pela diretoria executiva e repassado às unidades de atendimento por ato administrativo interno.

Em levantamentos realizados, não foi possível evidenciar esse tipo de negociação nas empresas de capital presentes na área de ação da cooperativa.

5.2.5 Atividades sociais com mães (Cooper Mães) e com jovens (Cooper Jovens)

O envolvimento da família através da participação faz aumentar os níveis de capital social. Mães e jovens tornam-se cúmplices e parceiros quando do entendimento e comprometimento com as causas familiares e da propriedade, mas também coletivas, quando articuladas em conjunto com seus pares na busca de alternativas para os problemas comuns.

As atividades desenvolvidas com as mães visam reforçar o potencial feminino de realização e de participação e influência nas decisões domésticas. No início dos trabalhos com as mães, focava-se mais o aprendizado das prendas domésticas, como corte e costura, culinária e outras atividades. Mais recentemente, especialmente a partir da criação do comitê Cooper Mães, os trabalhos de educação cooperativista com as mulheres estão sendo focados mais no sentido de envolvê-las nas questões da propriedade e da família, como liderança, oratória, persuasão e, principalmente, técnicas de viabilidade e administração rural.

O investimento no jovem visa proporcionar a continuidade e a melhoria da produção da pequena propriedade, com a manutenção do homem no seu meio. O objetivo do constante aprimoramento é o de desenvolvimento e preparação do jovem para que possa assumir postos de liderança na comunidade e também na cooperativa, como futuros

dirigentes.

Além dos concursos de produtividade, o jovem é envolvido em treinamentos técnicos sobre administração rural, liderança, dentre outras.

É possível que essas ações desenvolvidas pela cooperativa estejam concorrendo, portanto, com as aspirações do quadro social quanto à viabilização das suas atividades e desenvolvimento social, no contexto da pequena propriedade.

5.2.6 Atividades do Cooper Jovem nas escolas

Além do trabalho de educação cooperativista para os jovens associados e filhos de associados, a cooperativa mantém integração com diversas escolas da sua área de ação, visando levar a importância da cooperação também às comunidades em que está inserida, atendendo, além do *princípio da educação, formação e informação*, o *princípio do interesse pela comunidade*. Segundo Frantz (2001, p. 5), o cooperativismo nas escolas é um processo de intervenção pedagógica e de práticas educativas

Presentes nas atividades escolares, com a expectativa de que produzam os seus integrantes novos valores, novas visões, novos comportamentos, enfim, de que se eduquem sujeitos, comprometidos com as mudanças, e construtores de uma sociedade mais justa, na qual se superem as profundas diferenças sociais, antagonismos e contradições hoje existentes.

Iniciado em 2002, o projeto tem como objetivo geral inserir o cooperativismo como temática de educação nas escolas, e, como objetivos específicos, a inclusão de atividades cooperativistas, qualificação de professores e promoção de intercâmbios.

Atualmente a Cooperativa Lar possui diversas escolas afilhadas:

Tabela 24 - Cooperativismo nas escolas - 2005

Cidade	Escola	Nº Alunos Envolvidos	Nº Professores Envolvidos
Missal	Pe. Eduardo Michels	700	6
Santa Helena	Pedro Álvares Cabral	201	4
	Colégio Santa Helena	109	4
Serranópolis do Iguaçu	Presidente Kennedy	180	12
Medianeira	João Manoel Mondrone	1700	5
	Idalina Pasquoto Bonatto	100	2

Fonte: Cooperativa Agroindustrial Lar

Com uma estratégia de capacitação implantada a partir da metodologia de participação e ação, para professores e alunos, as principais atividades desenvolvidas nas escolas são: repasse de conteúdos aos professores e aos monitores das escolas, como cooperativismo e cooperação, envolvimento com a comunidade no plantio de árvores, coleta de lixo, além de maratonas ecológicas e atividades sobre educação ambiental.

5.3 Desenvolvimento regional

A importância das organizações associativas como partícipes no desenvolvimento local ou regional vem sendo creditada há algum tempo por alguns autores. Schneider (1991) já expressava, de forma exaustiva, as diversas formas pelas quais as cooperativas auxiliam no desenvolvimento das localidades nas quais se inserem, especialmente pela geração de riquezas via produção e crédito, participação social e pela atenção dada às questões do meio ambiente. Schallenberger (2001) também relata, a partir de seus estudos sobre o associativismo cristão no Sul do Brasil, que as organizações associativas, representadas por associações comunitárias e cooperativas, constituíram formas de poder local que viabilizaram a estruturação e o desenvolvimento de comunidades, que, em muitas circunstâncias, evoluíram para cidades com altos índices de qualidade de vida.

Os estudos mais atuais sobre o desenvolvimento apontam, também e cada vez mais, para a importância do envolvimento do ser humano, especialmente através de

organizações coletivas locais de aprendizagem, de ação e interação, como forma de se transformar e construir uma nova ordem socioeconômica. O fenômeno da globalização teve, nesse caso, uma participação importante, pois desencadeou a necessidade de novas habilidades e competências, que, articuladas em comunidade, representaram uma forma de articulação do poder local frente às novas demandas sociais, culturais e econômicas.

Essa realidade foi concretizada em uma definição sintética acerca do conceito de desenvolvimento, que afirma que: “desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos, capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população” (BUARQUE, 1999, p. 23). Nessa perspectiva, o que fica claro é que o efetivo desenvolvimento somente ocorre quando o crescimento econômico ocorrer de forma contínua e, sobretudo, vier acompanhado de indicadores econômicos e sociais que resultem em bem-estar da população (MARTINS & MARTINS, 2001).

O desenvolvimento local, portanto, constitui-se num movimento de forte conteúdo interno e que está, ao mesmo tempo, inserido em uma realidade mais ampla e complexa com a qual interage e da qual recebe influências e pressões positivas e negativas.

Para efeito do estudo em pauta, a representação de interesses dos pequenos proprietários em torno da cooperativa pode ser considerada como um instrumento de desenvolvimento regional, configurada numa organização social local, com força endógena, isto é, gerada a partir do grupo, auto-estruturada e gerida, com condições de ampliar ou mesmo de criar formas e alternativas para a promoção de uma realidade econômica e social diferente.

Essa organização associativa facilita as ações comuns e se torna efetivamente um poder local, que valoriza e preserva a cidadania através da identidade social e cultural do pequeno produtor, possibilitando sua fixação no campo e oportunizando formas

de produção e renda, sem perder de vista a necessidade de busca de projeção global em termos de mercado e colocação da produção.

Nesse sentido, Frantz (2001, p. 5), analisando a importância da cooperação para o desenvolvimento regional, corrobora essa análise afirmando que

Necessita a região, em função de seu desenvolvimento, de incentivo à pesquisa científica, de inovação tecnológica, de novas aprendizagens e de cooperação de todos os atores e sujeitos presentes nos seus diferentes espaços das atividades humanas. Porém, como algo que nasce de dentro da região, enraizado e participado como expressão de sua afirmação no contexto maior. Estes aspectos todos precisam conduzir a uma base de força política, de identidade e afirmação.

Essa participação do cooperativismo na região ainda contribui, portanto, para o aumento do capital intelectual, através da agregação de conhecimento e tecnologia, bem como para o capital social, através das mudanças sociais engendradas a partir de uma conscientização, mobilização e atuação maior dos atores sociais (pessoas e organizações) envolvidos.

Atuando na sua área de localização, que é configurada por necessidades e demandas sociais, a cooperativa exerce ainda uma função de auxílio na articulação e no estabelecimento de políticas públicas e sociais, seja via participação em movimentos sociais como os fóruns de desenvolvimento nos municípios em que está inserida, ou em representações públicas para a defesa dos interesses dos associados. Schneider (2004, p. 5) afirma que

Na conquista da cidadania urge superar a desarticulação e integrar os movimentos populares, promovendo a construção de baixo para cima, eliminando as perversas desigualdades existentes e a crescente concentração x exclusão no plano das camadas sociais, dos municípios, dos Estados, do país e do mundo.

A ocorrência de outro exemplo dessa articulação na defesa dos interesses

dos associados foi quando a cooperativa participou de um movimento contra uma lei que exigia a necessidade de o pequeno proprietário ceder 20% de sua área para a reserva legal, além da necessidade (já estabelecida em lei) da preservação dos 30 metros destinados à mata ciliar. O que se queria era que os 30 metros já fossem contados como a parcela destinada à reserva legal e não a somatória de áreas. Na época em que ocorreu esse movimento, a cooperativa participava como parceira de um movimento pela preservação do meio ambiente, coordenado pela Itaipu Binacional, que visava à recuperação de nascentes e proteção das matas ciliares, denominado Cultivando Água Boa. Essa representação denota uma preocupação com as causas dos associados e, ao mesmo tempo, com a comunidade, através da preservação do meio ambiente.

O ingresso na agroindustrialização dinamizou a sua região de abrangência, sobretudo na questão da geração de emprego. Com aproximadamente 3.500 empregos diretos, acaba participando como elo de apoio público na satisfação das necessidades de trabalho e distribuição de renda, seja através das próprias frentes de trabalho ou através da geração de impostos, que retornam aos municípios.

É possível presumir, a partir dessas análises, que a organização vem buscando atender ao princípio cooperativista de *preocupação com a comunidade*, porque procura envolver os diversos segmentos e sujeitos sociais numa dinâmica e num complexo socioprodutivo articulado com o mercado global. Portanto, ao participar como impulsionadora dessas práticas e melhorias produtivas endógenas, a cooperativa assume sua posição como um representante desse poder local atuando sobre o global, com ritmo e personalidade própria, gerando melhorias que acabam também repercutindo sobre as práticas culturais e representações sociais, promovendo mudanças sociais significativas em sua área de abrangência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do estudo objetivou examinar a relação existente entre uma estratégia de fortalecimento – materializada na necessidade de defesa de interesses econômicos, de valorização da produção e de construção da identidade – e o comportamento associativo do pequeno proprietário, no universo do cooperativismo.

Inicialmente, é pertinente considerar que o modelo de assentamento agrícola promovido pela Sociedade de Incremento à Propriedade Agrícola Ltda. (SIPAL), no início da década 1960, fundado nos preceitos do social-catolicismo, representou as bases para a formação e consolidação do associativismo na região em estudo, especialmente na área de ação da atual Cooperativa Agroindustrial Lar. Além disso, o capital humano destinado à Gleba dos Bispos, formado especialmente por pequenos proprietários, maioria descendente de imigrantes alemães, também merece destaque, uma vez que desempenhou papel decisivo na orquestração dessa força de representação cooperativa. Os produtores trouxeram em suas representações sociais e culturais as bases necessárias para o estabelecimento do associativismo e da formação do capital social necessário para sustentar a organização cooperativa, como a convivência em comunidade, a confiança e os laços de cooperação apregoados pela doutrina social católica. Aliada às questões culturais, a ausência dos espaços públicos estatais fez com que o fenômeno do cooperativismo pudesse consolidar-se na região focalizada no presente estudo, como um espaço público alternativo para o atendimento das demandas sociais, econômicas e tecnológicas da família rural.

Fundada, portanto, por pequenos produtores em bases cristãs, a cooperativa focou sua atenção principal para a viabilidade e manutenção da pequena propriedade, com ações que passaram pela preparação dos associados, através da educação cooperativa e pelas formas de organização da produção desenvolvidas a partir das especificidades locais e

fundiárias, mormente pequenas propriedades.

Destarte, a condução da pesquisa junto aos produtores e a complementação dessas informações com os levantamentos secundários conduzem para a aceitação das hipóteses formuladas inicialmente, ou seja, o cooperativismo se constitui numa estratégia fundamental, não única, para o fortalecimento do pequeno proprietário no campo.

A hipótese de esse fortalecimento estar vinculado a uma necessidade de defesa de interesses econômicos pôde ser confirmada quando se constatou a ênfase dada pelo pequeno proprietário a aspectos como assistência técnica para o incremento da produção e das expectativas quanto à melhoria dos preços dos produtos agrícolas e dos insumos. A questão da segurança ficou, também, latente como uma estratégia de manutenção e melhoria do *status* econômico do pequeno proprietário, constituindo-se na principal motivação para a associação na cooperativa. Mesmo havendo empresas com produtos e serviços pretensamente semelhantes aos da cooperativa, os pequenos produtores ainda confiam a esta última a sua produção. Este sentimento de confiança é alimentado pela forma com que a cooperativa toma suas decisões e pelo trato prestado à pequena propriedade em seus projetos e ações. Além disso, nas ações e relações com os associados, percebeu-se que, diferentemente de empresas de capital, a cooperativa tem atuado de forma altruísta, especialmente quando se evidenciaram as sistemáticas de garantia de preços via contratos, para a segurança econômica dos associados, e o abrandamento da exigência destes no momento em que pudessem representar perdas ao pequeno proprietário. Essa relação de confiança e reciprocidade tem agregado valor ao capital social e representa um diferencial competitivo por parte da organização estudada.

Além das opiniões positivas dos associados acerca da participação da cooperativa em seu desenvolvimento econômico, ações como a isenção da taxa de capital sobre a produção, distribuição de sobras e possibilidade de migração para atividades mais rentáveis, proporcionada pela diversidade de atividades e culturas fomentadas pela

cooperativa, corroboram a hipótese da presença do elemento econômico como impulsionador do fenômeno associativo.

Sobre a hipótese de valorização da produção como uma das estratégias de fortalecimento da pequena propriedade, a pesquisa apontou ser esse também um elemento decisivo na busca pelo associativismo cooperativo. Isto foi percebido na opinião dos associados, que reconhecem, em sua maioria, a valorização dada pela cooperativa à pequena produção. Além disso, afirmam que a organização tem atendido aos interesses da pequena propriedade, e enxergam na diversificação de atividades e na agroindustrialização as bases para o seu incremento.

O esforço de valorização da produção ficou também evidente, nas ações da cooperativa, quando definiu, em estatuto, o objetivo institucional de promoção da agregação de valores à produção agropecuária. Ademais, a sistemática de organização do quadro social possibilitou uma participação que privilegiou, através da organização dos comitês setoriais, a inserção dos diferentes segmentos produtivos na vida da cooperativa. Essa forma de organização social por comitês de atividades pode ser vista como uma especificidade da cooperativa estudada, que busca envolver os associados no debate acerca das práticas e técnicas de manejo da pequena produção, disseminando tecnologia e, ao mesmo tempo, tornando-se um mecanismo pertinente de participação nas decisões estratégicas do grupo.

O ingresso na agroindustrialização das culturas produzidas na pequena propriedade forneceu, também, evidências quanto ao interesse na agregação de valores à produção local, que tem especificidades importantes em termos de clima e solo, além da questão fundiária. Com a agroindustrialização, a cooperativa assumiu um papel decisivo no processo de inserção da pequena propriedade numa cadeia produtiva capaz de consolidar o seu próprio espaço no mercado globalizado. É bem verdade que a agroindustrialização de pequenas culturas e criações ainda não está acessível a todos os associados. Não obstante,

percebe-se um esforço no sentido de se possibilitar a ampliação dessas atividades, especialmente com a duplicação da sua Unidade de Produção de Leitões e o planejamento da ampliação da Unidade Industrial de Aves.

O elemento identidade confirma-se também como hipótese válida nas formas de materialização do fortalecimento da pequena propriedade através da associação, uma vez que se observou, na opinião dos associados, a importância atribuída aos laços de coleguismo, amizade e sentimento de pertença a um grupo com os mesmos valores e elementos culturais, referindo-se ao ambiente de sociabilização encontrado na cooperativa. Ainda, a opção da maioria em continuar no campo, em se considerando rendas iguais às do meio urbano, confirma a hipótese de que a cooperativa tem favorecido a criação e recriação dos laços identitários. Esse elemento identitário confirma, também, que, fornecidas as condições básicas para o desenvolvimento da pequena agricultura, como insumos de qualidade, assistência e crédito, pode-se minimizar o fenômeno do êxodo rural, já que a preferência dos agricultores, nesse caso, é permanecer no campo. O cooperativismo tem se tornado um mecanismo para o fornecimento dessas condições.

A valorização das mães e jovens, isto é, da família associada, remete à cooperativa um papel de construção e respeito a referenciais humanitários, contribuindo para a manutenção dos laços identitários e se co-responsabilizando na busca pela continuidade da pequena propriedade e da permanência do homem no campo.

Para além da confirmação das hipóteses, cabe ressaltar a participação da cooperativa como instrumento de desenvolvimento regional. A intercooperação, constatada na valorização da diversidade das atividades agrícolas, representa um elo de construção de redes de complementaridade, favorecendo a criação, distribuição e multiplicação dos excedentes econômicos nos municípios em que se faz presente, marcando o perfil do desenvolvimento regional.

Focada na possibilidade de encontrar viabilidade para a pequena agricultura, a cooperativa fomenta diferentes e novas formas de manejo das atividades agrícolas, o que faz com que as pequenas propriedades da sua área de ação se dinamizem, experimentando incremento em tecnologia e acesso às informações de toda ordem, com a realização da inclusão tanto econômica quanto tecnológica, social e cultural. As possibilidades da cooperativa se realizam, portanto, na articulação das necessidades e das potencialidades locais frente às demandas globais. Esse é o seu papel no desenvolvimento regional. Ela é capaz de construir democraticamente o seu espaço social através da sua capacidade de auto-organização, transformando uma sociedade inanimada e segmentada em organizada, consciente da necessidade da articulação das diferentes organizações sociais e do poder local para a promoção do desenvolvimento regional.

Por fim, o estudo não pretendeu apregoar o ente cooperativo como panacéia mágica ou como solução para todos os problemas das pequenas propriedades, mas como uma opção pertinente para a sua viabilidade e, por conseguinte, para o desenvolvimento regional. Não sendo definitivo, o trabalho pode remeter a futuros estudos que tratem do aprofundamento da temática do cooperativismo, como possíveis conflitos internos vivenciados entre a empresa cooperativa em estudo e os seus associados, especialmente quando estes últimos se apresentam em configurações diversas de participação, nas condições de sócios, clientes e, ao mesmo tempo, fornecedores. Estudos que possam evidenciar as causas da especificidade da Região Oeste do Paraná, que se destaca por abrigar diversas cooperativas agropecuárias e não agropecuárias, poderiam evidenciar pistas com riqueza ainda maior de detalhes para o estabelecimento de políticas públicas de incentivo do associativismo cooperativo, no âmbito do desenvolvimento regional.

Refletir sobre essas questões pode resultar em importantes chaves para as pretensões de mudança da sociedade em base aos referenciais de equidade e justiça social.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, E.; MOURA FILHO, J. A. Unidade de produção agrícola e administração rural. *Informe Agropecuário*, Belo Horizonte, v. 14, N.º 157, p. 25-29, 1988.
- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 2. ed. Hucitec, ANPOCS, Editora da UNICAMP. São Paulo, Campinas, 1998.
- AMSTAD, Theodor. *Memórias autobiográficas*. São Leopoldo: UNISINOS, 1981.
- BACKES, Pe. José. Depoimento cedido a Adroaldo Bombardelli. Santa Cruz do Sul/RS, 12, 13 e 14 de março de 1984. Mímeo, 83 p.
- BITTENCOURT, G.A.; BIANCHINI, V. *A agricultura familiar na região sul do Brasil - Quilombo - Santa Catarina: um estudo de caso*. Consultoria UTF/036-FAO/INCRA, Quilombo, 1996.
- BLUM, R. Agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, J. C. (Org). *Agricultura familiar – realidades e perspectivas*. Passo Fundo: Universidade Passo Fundo, 1999. 349 p.
- BOISIER, S. Desarrollo (local): de qué estamos hablando? In: BECKER, Dinizar Ferminiano (Org.). *Determinantes e desafios contemporâneos*, Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000. 228 p.
- BORDIEU, P. *O campo econômico: a dimensão simbólica da dominação*. Campinas, São Paulo: Papius, 2000.
- BRANDENBURG, A. *Agricultura familiar: ONGs e desenvolvimento sustentável*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1999. 326 p.
- BRASIL. *Estatuto da terra*. Lei n.º 4.504 - de 30 de novembro de 1964. Disponível em: <<http://www.faepe.com.br/comissoes/assfund/legislacao/LEI%204504%2064.doc>>. Acesso em: 24 mar. 2005.
- _____. *Lei agrária*. Lei n.º 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Disponível em: <<http://www.faepe.com.br/comissoes/assfund/legislacao/Lei%208629%2093.doc>>. Acesso em: 24 mar. 2005a.
- BRUXEL, A. *Os trinta povos guaranis*. Porto Alegre: Sulina; Caxias do Sul: UCS, EST, 1978.
- BROD, E. Depoimento cedido a Adroaldo Bombardelli. Missal/PR, 12, 13 e 14 de março de 1984. Mímeo, 83 p.
- BUARQUE, S. *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável*. IICA, Recife, Brasil, 1999.
- CARVALHEIRO, E. M. *A agroindústria canavieira do Paraná: evolução histórica e impactos sobre o desenvolvimento local*. 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

- CASTELLS, M. *O poder da identidade*. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 530 p.
- CHARBONNEAU, P. E. *Cristianismo, sociedade e revolução*. 2. ed. São Paulo: Herder, 1965.
- CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- COLODEL, J. A. In: PERIS, José Alfredo Fonseca (Org.). *Estratégias de desenvolvimento regional: região Oeste do Paraná*. Cascavel: Cascavel, 2003. p. 2-47.
- COTREFAL. Ano 20. Histórico. Mimeo, s.d. 7 p.
- DAPPER, E. Depoimento cedido a Adroaldo Bombardelli. Missal/PR, 12, 13 e 14 de março de 1984. Mimeo. 83 p.
- ESTATUTO Social da Cooperativa Agroindustrial Lar “Lar”, Medianeira, 2003.
- FABRINI, J.E. *O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato*. Revista Terra Livre, Ed. Jul./Dez, p. 75-94. São Paulo: V.Ilust., 2002.
- FULLER, A.M. *From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe*. Journal of Rural Studies, 6 (4): 361-373, Londres, 1990.
- FRANTZ, W. *O cooperativismo e a prática cooperativa*. In: Perspectiva econômica. Ano XIX, n.º 51, Série Cooperativismo, n.º 16, São Leopoldo: Unisinos, 1985.
- _____. *Educação e cooperação: práticas que se relacionam*. Sociologias n.º 6. Porto Alegre, julho/dezembro 2001.
- _____. *Participação em organizações cooperativas*. Ijuí: Editora Unijuí, 2001a.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GODOY, A. S. *Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais*. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v.35, n.3, Mai./Jun. p. 20-29, 1995.
- GREGORY, V. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-1970)*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002. 266 p.
- HOFFMANN, R.; VIEIRA, S. *Análise de regressão: uma introdução à econometria*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1987. 379 p.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A família brasileira. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/familia.html>>. Acesso em: 30 jun. 2005.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2000 - Resultados do universo.
- INFORMATIVO COTREFAL. 1984. Publicação mensal da Cooperativa Agropecuária Três Fronteiras Ltda., ANO V, n.º. 29. 36 p.

_____. 1984a, p. 7. Publicação mensal da Cooperativa Agropecuária Três Fronteiras Ltda., ANO V, n.º 30. 24 p.

_____. 1984b, p. 10. Publicação mensal da Cooperativa Agropecuária Três Fronteiras Ltda., Ano V, n.º 32. 20 p.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Fundação Édson Vieira. *Cooperativas Paranaenses. Análise Conjuntural*. Curitiba, (1) 8, jan./1986.

_____. *Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Oeste Paranaense*. Curitiba: IPARDES, 2003. 143 p.

JORNAL COTREFAL SICREDI. 1999, p. 7. Publicação mensal da Cooperativa Agropecuária Três Fronteiras Ltda., Ano XX, n.º 175.

KAUTSKY, K. *A questão agrária*. Trad. C. Iperoig. 3. ed. São Paulo: Proposta, 1980.

KLIKSBERG, B. *Capital social e cultura: as chaves esquecidas do desenvolvimento*. Programa de Promoção da Reforma Educativa na América Latina e Caribe (PREAL). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (CPDOC), 2002.

KLAUCK, S. *Gleba dos bispos: colonização no Oeste do Paraná – uma experiência católica de ação social*. Porto Alegre: EST, 2004. 120 p.

LAMARCHE, H. *A agricultura familiar: comparação internacional*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

LAZZARINI, S. G.; CHADDAD, F. R.; NEVES, M. F. *O conceito de capital social e aplicações para desenvolvimento e estratégia sustentável*. Revista Preços Agrícolas, Ed. Maio, p. 10-13. São Paulo: FEA/USP, 2000.

LEÃO XIII. *Rerum Novarum*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1981, p. 12, vrs 10.

LIMA, A. P.; et al. *Administração da unidade familiar de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultura*. Ijuí – RS: UNIJUÍ, 2001. p. 145.

LUXEMBURGO, R. *Reforma social ou revolução?* São Paulo: Global Editora, 1986. 124 p.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1996.

MARSCHALL, C.R.; SCHALLENBERGER, E. *Programas de qualidade nas cooperativas do Oeste do Paraná: estudo de caso da Cooperativa Agroindustrial Lar*. Revista Unircoop – Rede Universitária das Américas em estudos cooperativos e associativismo. Vol. 2, n° 1, p. 154-167, Quebec, Canadá, 2004.

MARTINS, G.I.V.; MARTINS, C.I.D. *Desenvolvimento local: da teoria à prática*. In: MARQUES, H. M.; RICCA, D.; FGUEIRED, G.P.; MARTÍN, J.C. *Desenvolvimento local em Mato Grosso do Sul: reflexões e perspectivas*. Campo Grande: UCDB, 2001.

MÜLLER, J. “Vater Raiffeisen”. In: Der Familienfreund. Porto Alegre: Tipografia do Centro, vol. 18, 1930, p. 183-5; MUSKOPF, Hélio L. “Raiffeisen - Ehre seinen Andenken”. In: Skt

Paulusblatt, maio de 1999. p. 18-9.

OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras. *Cooperativismo brasileiro: uma história*. Ribeirão Preto: Versão BR Comunicação e Marketing, 2004.

_____. *Estatísticas do cooperativismo brasileiro*. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br>>. Acesso em: 31 jan. 2005.

OLIVEIRA, N. B. *Cooperativismo: guia prático*. Porto Alegre: Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, 1979. 280 p.

PETRONE, M. T. S. *O imigrante e a pequena propriedade (1824-1930)*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

PINHO, D. B. *O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária*. São Paulo: Saraiva, 2004. 357 p.

_____. *A doutrina cooperativa nos regimes capitalistas e socialistas*. São Paulo: Pioneira, 1966.

PIO XI. *Quadragesimo anno encyclical of pope PIUS XI on reconstruction of the social order*. Vatican, 1931. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals>.

PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia*. Brasiliense, 1970. p. 1 – 168.

PROPOSTAS de admissão e matrícula de sócio pesquisadas, 2005.

QUESTIONÁRIOS respondidos pelos associados da Cooperativa Agroindustrial Lar, 2005.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. *Manual de investigação em ciências sociais: trajectos*. 2. ed. Lisboa: Gradiva Publicações, 1998.

RAMBO, A. B. O associativismo teuto-brasileiro e os primórdios do cooperativismo no Brasil. In: *Perspectiva econômica*. Vol. 23, N.º. 62-63, jul./dez. 1988. p. 3-276.

REIS, B.P.W. *Capital social e confiança: questões de teoria e método*. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, 21, nov. 2003. p. 35-49.

RELATÓRIO E BALANÇO. Cooperativa Agroindustrial Lar, dez. 2004. 32 p.

RIBEIRO, A. *5S: um roteiro para implantação bem sucedida*. Salvador, BA: Casa da Qualidade, 1994.

ROCHA, E. E. R. B. *O cooperativismo agrícola em transição: dilemas e perspectivas*. 1999. 226 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

RODRIGUES, R. L. *Cooperativas agropecuárias e relações*

intersectoriais na economia paranaense: uma análise de insumo-produto. 2000. 171 f. Tese (Doutorado). Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo, Piracicaba.

SCHALLENBERGER, E.; COLOGNESE, S. *Migrações e comunidades cristãs no Sul do Brasil*. Toledo, UNIOESTE, 1993.

SCHALLENBERGER, E. *A integração do prata no sistema colonial – colonialismo interno e missões jesuíticas do Guairá*. Toledo: Editora Toledo, 1997.

_____. *O associativismo cristão no Sul do Brasil – a contribuição da Sociedade União Popular e da Liga das Uniões Coloniais para a organização social e para o desenvolvimento sul-brasileiro*. 2001. 593 f. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

_____. Social-catolicismo: elementos fundantes de um estatuto social sob a ótica alemã e sul-brasileira. In: V CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS IBERO-AMERICANOS. *Anais*. Porto Alegre: PUCRS, 2003.

_____. *Social-catolicismo e associativismo cristão: Alemanha e sul do Brasil*. Revista Estudos Ibero-Americanos. v. XXIX, n.2, p. 117-134. Porto Alegre: PUCRS, 2003a.

_____. *Cooperativismo e desenvolvimento comunitário*. Revista Mediações, v. 8, n.º. 2, p. 9-26, Londrina: EDUEL, jul./dez. 2003b.

SCHNEIDER, J. E. R. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro. In: LOUREIRO, M. R. (Org.). *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1981. p. 11-40.

SCHNEIDER, J. O. Democracia, participação e autonomia cooperativa. *Perspectiva Econômica – Série Cooperativismo*, São Leopoldo (RS): UNISINOS, v. 26, n. 29-30, 1991.

_____. Globalização, desenvolvimento local sustentável e cooperativismo. In: ENCONTRO DE INVESTIGADORES LATINOAMERICANOS DE COOPERATIVISMO, 3. 2004, São Leopoldo. *Anais*. São Leopoldo: UNISINOS, 2004.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 18, n. 51, 2003. p. 99-121.

SEAB/DERAL - SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO – SEAB; DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL – DERAL. Valor bruto da produção agropecuária 2003. Curitiba, 2004.

SESCOOP - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO/ PARANÁ: Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná – OCEPAR. *O cooperativismo do Paraná no terceiro milênio*. 2. ed. Curitiba, 2001.

SESCOOP - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO/ PARANÁ: Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná – OCEPAR. Cooperativas do Paraná. Disponível em: <<http://www.ocepar.org.br/ocepar/index.html>>. Acesso em: 08 jan. 2005.

SEYFERTH, G. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990.

SINGER, P. *Uma utopia militante*. Repensando o socialismo. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

STOFFEL, J. A. *A viabilidade da agricultura familiar: formas de organização produtiva no Oeste do Paraná*. 2004. 127 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Toledo.

VEIGA, S. M.; FONSECA, I. *Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação*. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2001.

WACHOWICZ, R. C. *Obrageiros, mensus e colonos: história do oeste paranaense*. 2. ed. Curitiba: Vicentina, 1987.

WANDERLEY, M. N. B. *Raízes históricas do campesinato brasileiro*. XX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, MG, 1996.

WAUTIER, A. M. *A construção identitária e o trabalho nas organizações associativas*. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2001.

WESTPHALEN, C. M. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. *Boletim da Universidade Federal do Paraná*. Curitiba, n. 7, 1968.

ANEXOS

ANEXO I – QUESTIONÁRIO

Sr. Associado(a)

Ajude-nos a traçar o perfil do pequeno produtor associado. Leia com atenção e responda com sinceridade. Não precisa se identificar. As informações/opiniões deverão preferencialmente ser fornecidas pelo chefe de família ou pela sua esposa.

Unidade em que opera: _____

- 1) **A idade do(a) chefe de família é:** _____ anos.
 1.1 Número de filhos de 1 a 7 anos: _____
 1.2 Número de filhos de 8 a 15 anos: _____
 1.3 Número de filhos de 16 a 23 anos: _____
 1.4 Número de filhos com mais de 23 anos: _____
 1.5. Número de filhos casados: _____
 1.6. Número de filhos casados que estão na agric/pecuária _____
 1.7. Do total de filhos, quantos ainda moram com os pais: _____
- 2) **Você e/ou seus pais chegaram ao Paraná em que ano?** _____
- 3) **Vindos da cidade/município de _____, Estado ____.**
- 4) **Por que vieram para a região?**
 1.() Buscar novas oportunidades 2.() Comprar terra suficiente
 3.() Outro motivo: _____
- 5) **Qual o tamanho de sua propriedade?** _____ hectares
Cultiva algo em área arrendada? () Não () Sim _____ hectares
- 6) **Você é sócio da cooperativa há _____ anos**
- 7) **De que forma sua propriedade foi adquirida?**
 () 1. Herança () 2. Compra () 3. Parte herança e parte compra
- 8) **Sua escolaridade é:**
 () 1. Não sou alfabetizado () 5. Segundo grau completo
 () 2. Primário (fundamental) incompleto () 6. Curso Superior incompleto
 () 3. Primário (fundamental) completo () 7. Curso Superior completo
 () 4. Segundo grau incompleto () 8. Pós graduação

- 9) **Tem filhos estudando?**
 () Não.
 () Sim. 9.1. N.º de filhos no nível médio _____ () 1 Ensino Público () 2 Privado
 9.2. N.º de filhos no nível superior _____ () 1 Ensino Público () 2 Privado
- 9.3 **Qual(is) curso(s) superior(es)?** _____ Local: _____
- 9.4 **A intenção dele(s), após os estudos, é**
 () 1. voltar para a propriedade
 () 2. trabalhar na cidade, em que ramo: _____
 () 3. está indeciso

- 10) **Você considera sua participação enquanto associado**
 Na cooperativa (reuniões/assembleias) () Fraca () Média () Forte
 Na comunidade/igreja/vila? () Fraca () Média () Forte

11) Por qual(is) motivo(s) você associou-se à cooperativa? (MARQUE 3 itens)

() 1. Meus pais/parentes me influenciaram	() 7. Atividades sociais e treinamentos com mães, jovens
() 2. Melhores preços pelos produtos agrícolas e insumos	() 8. Facilidade em armazenar e comercializar a produção
() 3. As agroindústrias para processar o frango, os vegetais, suínos, leite, etc.	() 9. Facilidade de crédito/Prazo nas compras
() 4. Benefícios econômicos (Conta Capital, Participação nas sobras,).	() 10. Não sei.
() 5. Assistência técnica (tecnologia para as atividades da pequena propriedade)	() 11. Benefícios Sociais (Plano de saúde, seguros, etc)
() 6. Segurança para a pequena propriedade (certeza de que a cooperativa não vai fechar as portas em breve)	() 12. Outros, quais? _____

12) Marque um X na(s) atividade(s) em que você atua:

Cultura	Produtividade média (sem gada/seca)
() 1. Agricultura (cereais: soja, milho, trigo, arroz, feijão, etc...)	Soja:scs/alqueire Milho:scs/ .. Trigo:scs/ ..
() 2. Avicultura de corteaviário(s) demetros
() 3. Hortifrutigranjeiros (milho verde, brócolis, couve-flor, cenoura, mandioca de mesa, etc)hectares
() 4. Mandioca para a pecuáriahectares
() 5. Suinoculturacabeças
() 6. Leitelitros/mês
() 7. Outras, quais?	Produtividade: _____

13) Quanto aos números MÉDIOS da propriedade, oriundos das atividades agropecuárias:

A Renda MENSAL da sua propriedade (RECEITA menos os CUSTOS de produção, incluindo a terra arrendada, se tiver)?

- () 1. Até R\$ 1.000,00 () 5. De R\$ 3001,00 a R\$ 4.000,00
 () 2. De R\$ 1.001,00 a R\$ 1.500,00 () 6. De R\$ 4001,00 a R\$ 5.000,00
 () 3. De R\$ 1501,00 a R\$ 2.000,00 () 7. Acima de R\$ 5.000,00
 () 4. De R\$ 2001,00 a R\$ 3.000,00

14) Quantos por cento da sua renda familiar vem das atividades agropecuárias? _____%

15) Tens algum empregado que não seja da família trabalhando na propriedade?
 () Sim. Quantos? _____ () Não

- 16) **Na sua opinião a cooperativa:**
 () 1. É fundamental e valoriza a produção da pequena propriedade
 () 2. Não acrescenta nada em relação às outras empresas
 () 3. É menos importante que as outras empresas

16.1 Quanto à organização da cooperativa (pode ser mais de um item)

1. A Cooperativa favorece a participação dos associados nas decisões?
 () Sim () Não
2. Atende os interesses do associado e as necessidades da pequena propriedade?
 () Sim () Não

17) O que a sua propriedade significa para você e sua família?

18) O que a palavra “cooperativismo” significa para você e sua família ?

19) Escreva na linha abaixo o que você mais valoriza na sua cooperativa atualmente (o que você considera mais importante).

20) O que você mais valoriza na sua cooperativa atualmente? (MARQUE 3 itens)

() 1. Assistência técnica (tecnologia para as atividades da pequena propriedade)	() 6. Atividades sociais e treinamentos com mães, jovens
() 2. Preços pelos produtos agrícolas e insumos	() 7. Facilidade em armazenar e comercializar a produção
() 3. As agroindústrias para processar o frango, os vegetais, suínos, leite...	() 8. Facilidade de crédito/Prazo nas compras
() 4. Outros benefícios econômicos (Conta Capital, Participação nas sobras).	() 9. Benefícios Sociais (plano de saúde, seguro, etc) () 10. Não valorizo nada
() 5. Segurança (certeza de que a cooperativa não vai fechar as portas em breve)	() 11. Outras, quais? _____

21) Se a cooperativa não estivesse presente na sua vida familiar e econômica:

- () 1. Não teria como continuar com as culturas da pequena propriedade tendo que ingressar em outras atividades ou mudar-me para a cidade
 () 2. Seria melhor sem a cooperativa. Teria crescido mais.
 () 3. Não teria influenciado na minha vida profissional de agricultor. Teria ficado da mesma forma que estava antes de me associar.

22) A Cooperativa contribuiu para a sua estabilidade econômica porque:

- () 1. Possibilitou permanecer no campo com atividades compatíveis com a pequena propriedade
 () 2. Não contribuiu em nada
 () 3. Outros, quais: _____

23) Em que aspectos a cooperativa poderia contribuir para melhorar o desempenho da pequena propriedade ?

- a) _____
 b) _____
 c) _____
 () Não falta nada

24) Você permanece sócio porque (pode ser mais que 1 item):

- () 1. Pertencço a um grupo (cooperativa) que compartilha dos mesmos valores, símbolos, discursos, etc.
 () 2. Na cooperativa posso ter mais renda do que se trabalhasse com empresas da região
 () 3. Outro. Qual? _____
- 25) Se as rendas fossem iguais no campo e na cidade, você:**
 () 1. Trocaria o campo pela cidade, onde tem mais recursos
 () 2. Não trocaria, continuaria a viver no campo, na natureza, com a família, na propriedade.

OBS: UTILIZE O VERSO DESTA FOLHA PARA ESCREVER MAIS, SE NECESSÁRIO. POR FAVOR, NÃO DEIXE PERGUNTAS EM BRANCO

ANEXO II – CADASTRO DE ADMISSÃO E MATRÍCULA

		CADASTRO DE ADMISSÃO E MATRÍCULA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR				MATRÍCULA
MATRÍCULA SICREDI		PRODUTOR				SEXO
MATRÍCULA ANTERIOR		ENDEREÇO/LOCALIDADE			CÓD.LOC.	MATRÍCULA REPRES.
MUNICÍPIO		CÓD.MUN.	CEP	DATA NASCIMENTO		NACIONALIDADE
TELEFONE	C/IRG	UF	CIC/CPF	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	
NOME CÔNJUGE					DATA NASC.CÔNJUGE	
TIPO DE COOPERADO		LAC	CATEGORIA			CÓD. EXPL.FUNRURAL
NOME DO BANCO		CÓD. BANCO	CÓD. DA AGÊNCIA	NÚMERO DA CONTA		
TERRAS QUE IRÁ EXPLORAR		OUTROS BENS PRÓPRIOS				
TIPO	PRÓPRIA	ARRENDADA				
Mecanizada						
Pastagens						
____/____/____ DATA EMISSÃO		_____ ASSINATURA DO PRODUTOR				
_____ ASSINATURA DO CONSELHEIRO			_____ ASSINATURA DO GERENTE DA UNIDADE			
OBSERVAÇÕES						
APROVAÇÃO						
APROVADO EM REUNIÃO DO CONSELHO						
____/____/____ DATA		_____ ASSINATURA DO PRESIDENTE				
DESLIGAMENTO						
MOTIVOS						
DESLIGADO EM REUNIÃO DO CONSELHO						
____/____/____ DATA		_____ ASSINATURA DO PRODUTOR				

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária
UNIOESTE/Campus de Toledo.
Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel - CRB – 9/924

M363p Marschall, Clélio Roberto
Pequena propriedade e cooperativismo no Oeste do Paraná
: um estudo a partir da Cooperativa Agroindustrial Lar / Clélio
Roberto Marschall. -- Toledo, PR : [s. n.], 2005.
197 f.

Orientador: Dr. Erneldo Schallenberger
Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e
Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
Campus de Toledo. Centro de Ciências Sociais Aplicadas

1. Cooperativismo – Paraná, Região Oeste 2. Pequena
propriedade – Paraná, Região Oeste 3. Desenvolvimento
regional 4. Cooperativas agropecuárias 5. Agroindustrialização
6. Cooperativa Agroindustrial Lar 7. Pequeno proprietário –
Condições econômicas I. T

CDD 20. ed. 334.68098162